

SELMA MARTINS DUARTE

***ISTO É: OS DISCURSOS EM TORNO DA LENTA REDEMOCRATIZAÇÃO
BRASILEIRA (1976-1981)***

**UFGD
2007**

SELMA MARTINS DUARTE

***ISTO É: OS DISCURSOS EM TORNO DA LENTA REDEMOCRATIZAÇÃO
BRASILEIRA (1976-1981)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos de Souza

Dourados – 2007

981.0722

D812 i

Duarte, Selma Martins

Isto É: os discursos em torno da lenta redemocratização brasileira (1976-1981)/ Selma Martins Duarte. – Dourados, MS: UFGD, 2007.

134p.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos de Souza.
Dissertação (Mestrado em História)

1. Imprensa brasileira – História política – *Isto É* (revista). 2. Ditadura Militar – Redemocratização. 3. Movimentos sociais. I. Título.

SELMA MARTINS DUARTE

***ISTO É: OS DISCURSOS EM TORNO DA
LENTA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA
(1976-1981)***

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

Dourados, _____ de _____ 2007.

DADOS CURRICULARES

SELMA MARTINS DUARTE

NASCIMENTO: 26/03/1980 – DOIS VIZINHOS/PR

FILIAÇÃO: Verônica Maria Duarte
Mario Possato Duarte

1998/2002 Curso de Graduação em História
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

2003/2005 Curso de Especialização em História
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

2004/2007 Curso de Pós-Graduação em História - Mestrado
Universidade Federal da Grande Dourados

Aos meus pais.

Agradecimentos

Ao professor João Carlos, pela excelente orientação e, sobretudo, pela paciência e compreensão aos meus atos relapsos no decorrer da pesquisa;

À todos os professores da graduação, da especialização na UNIOESTE e do programa de mestrado em História da UFGD;

Ao Gilberto Calil, pela amizade e apoio como coordenador do Laboratório de Ensino de História, na disponibilização do material de pesquisa;

À amiga Carla Luciana Silva, ex-orientadora, que muito contribuiu na pesquisa, com conversas, sugestões e empréstimo de bibliografia;

À minha orientadora na especialização e amiga Geni Rosa Duarte;

À Meri Frostcher, amiga que dividiu momentos duros, mas felizes de minha vida;

Não poderia deixar de mencionar meus agradecimentos a todos que me acompanharam neste trabalho, Cleube, Diva, Carlos, Marcos, Meire, Rodrigo, Mirta, Miriam, Renato, mais que colegas, grandes amizades que fiz através do mestrado;

Aos amigos Mário Sá e Claudia Melissa, pessoas especiais, com quem tenho o prazer de trabalhar;

À Grazi, ao Dionésio, ao Felipe, à Cida, ao Guilherme, ao José Rigato, ao Tomás, alunos e professores da Uniderp que são muito mais que colegas de trabalho, são grandes amigos;

Ao querido amigo Emilio;

À Márcia e à Fernanda, pessoas que vim conhecer melhor em Dourados, e que tornaram-se muito especiais;

À minha amada família que teve uma participação especial no cumprimento desta pesquisa, sempre dedicando apoio financeiro e, principalmente, o apoio emocional, tão necessário em minha vida;

Ao Gustavo, meu grande amor, que deu-me a base onde construí o alicerce da vivência durante esse tempo em Dourados, mesmo distantes fisicamente, sempre me acompanhou e dividiu comigo as angústias, aflições, receios, certezas e incertezas na

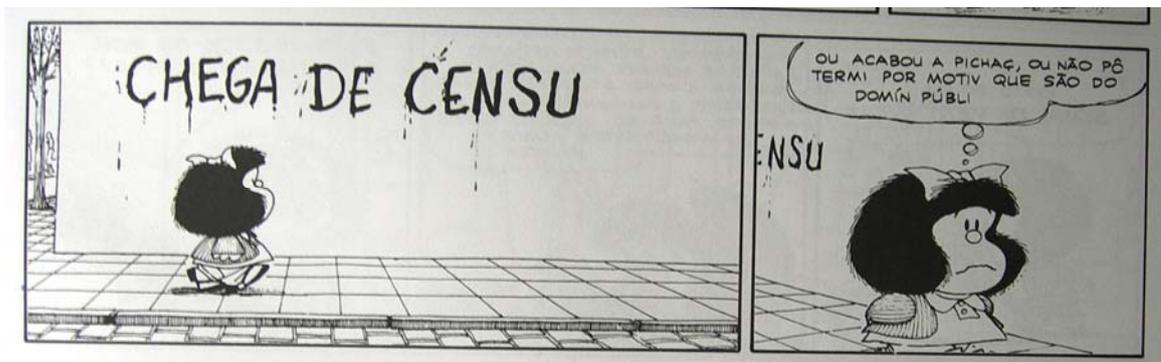
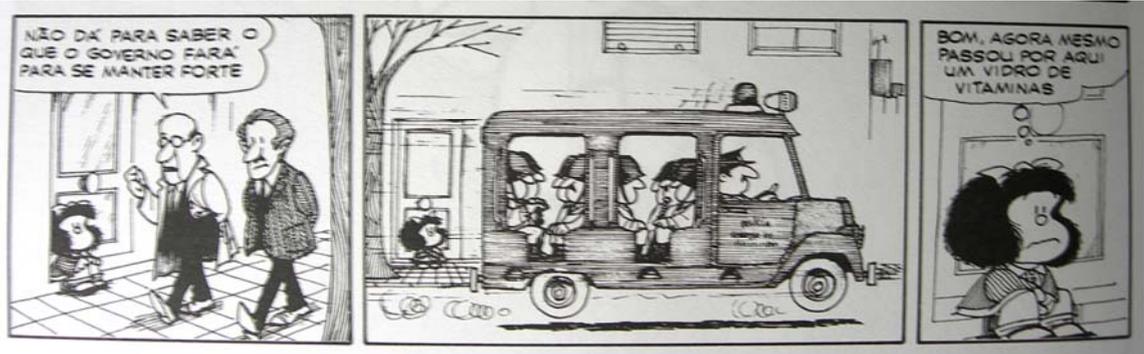
pesquisa. Obrigada por me acompanhar, por ser tão especial em minha vida, e por toda a ajuda que me deu nesses tão longos anos;

Às minhas amigas e companheiras Carla, Giseli e Meire, que dividiram comigo, nesses anos, momentos de tristeza e de dificuldades. Mas, apesar desses tristes momentos terem marcado nossas vidas, ficarão registradas na memória as alegrias dos maravilhosos momentos que compartilhamos nessa super experiência de fazer mestrado.

À Capes, por um ano de financiamento da pesquisa.







A Mafalda

Quino

Sumário

RESUMO	13
ABSTRACT	14
INTRODUÇÃO	15
1. A IMPRENSA BRASILEIRA E A CRIAÇÃO DE <i>ISTO É</i>	21
2. O GOVERNO GEISEL: UM GOVERNO DE TRANSIÇÃO?	50
3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ÓTICA DE <i>ISTO É</i>	81
3.1 Movimento Sindical	82
3.2 Movimento Estudantil	89
3.3 Direitos Humanos e Anistia Política	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
Livros e Capítulos de Livros	108
Monografias, Teses e Dissertações.....	112
Artigos em Revistas e Anais de Eventos	113
Verbetes em Dicionários e Enciclopédias	113
Sites Consultados.....	114
ANEXOS	116
Anexo A: Movimento Sindical (1977 a 1981)	116
Anexo B: Movimento Estudantil (1977 a 1981)	124
Anexo C: Movimento pela Anistia, e pelos Direitos Humanos (1977 a 1981).....	127

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo analisar o discurso da revista *Isto É* sobre a redemocratização no Brasil. A pesquisa consiste em um estudo das matérias e dos editoriais que abordaram o projeto de distensão do general presidente Ernesto Geisel – projeto que pretendia ser “lento, gradual e seguro”; a sucessão presidencial por João Baptista Figueiredo; a formação dos novos partidos políticos; e a rearticulação e luta dos movimentos sociais no processo de abertura do sistema político. O período estudado foi a primeira fase de *Isto É*, em que a revista esteve sob a direção de Mino Carta (1976 a 1981). A partir deste trabalho, observou-se que no contexto analisado, *Isto É* não teve um posicionamento político de esquerda. No entanto, contribuiu na crítica a alguns aspectos da ditadura militar e à própria postura dos militares no protelamento da redemocratização. Também se observa uma opção da linha editorial em, destacar na pauta de *Isto É*, matérias sobre a rearticulação dos movimentos sociais, bem como a luta pelos Direitos Humanos e anistia política. Dessa forma, observa-se que o processo de abertura política esteve permeado pelas tensões, tanto dentro do governo, na sociedade, quanto entre governo e sociedade.

Abstract

This paper has as its objective to analyze the speech of the magazine *Isto É* about the re-democratization in Brazil. The research consists of a study of subjects and publishing that had approached the distention project of the president General Ernesto Geisel – a project that supposed to be "slow, gradual and safe"; the presidential succession by João Baptista Figueiredo; the formation of new political parties; and the re-articulation and fights of social movements in the process of the re-opening of the political system. The studied period was the first phase of *Isto É*, in which the magazine was under Mino Carta's publishing responsibility (1976 through 1981). From this work, it was observed that in the analyzed context *Isto É* did not have a left political position. However, it contributed to criticize some aspects of the military dictatorship, such as the position of the military to postpone the re-democratization. It is also observed an option of the publishing line in standing out in *Isto É* subjects about the re-articulation of social movements, as well as the fight for the Human Rights and political amnesty. So, it is observed that the process of political opening had been evolved by tensions, such inside the government, in the society, as between the government and the society.

Introdução

A vontade de pesquisar a imprensa brasileira e, mais especificamente, a revista *Isto É*, partiu primeiramente de uma experiência no Laboratório de Ensino de História da UNIOESTE, onde desenvolvi, no período de um ano e meio, um projeto de Iniciação Científica. Esse projeto tinha por objetivo a organização de um acervo de fontes da imprensa escrita, para o ensino e a pesquisa sobre a história política do Brasil República (PIBIC/UNIOESTE/CNPq)¹. Dentre as atividades do projeto, foram desenvolvidas leituras teóricas acerca da mídia, que possibilitaram refletir sobre os diferentes veículos de comunicação e suas implicações na sociedade.

Posteriormente, foi elaborado, como trabalho de conclusão de curso, uma monografia intitulada *Imprensa e Violência: os casos de Veja e Caros Amigos*. A pesquisa consistiu na análise das interpretações feitas pelas revistas, acima citadas, sobre a Rebelião do Carandiru e a Chacina da Candelária, buscando compreender as propostas e cobranças feitas por estes meios de comunicação para a solução dos problemas sociais brasileiros.

Ao trabalhar com *Veja*, uma revista da grande imprensa nacional, foi necessário um estudo atento aos demais veículos de comunicação que fazem parte deste grupo. Entre as revistas analisadas esteve a *Isto É*, que por um longo período foi a segunda revista de maior circulação nacional e que, diferentemente, de *Veja*, tem um número pequeno de pesquisas sobre sua atuação em nossa sociedade. As duas revistas de maior circulação nacional, nas décadas de 1980 e 1990, foram fundadas sob a direção de Mino Carta, com uma distância de aproximadamente uma década. A revista *Veja*, pertencente ao grupo Abril, propriedade da família Civita, foi criada em 1968, e a revista *Isto É*, propriedade de Domingo Alzugaray e Mino Carta, em 1976.

¹ DUARTE, Selma & SILVA, Carla L. *Constituição de um acervo de recortes de jornais sobre a história política do Brasil República*. PIBIC/UNIOESTE/CNPq, Marechal Cândido Rondon, ago./2000-Set/2001. Mimeo.

Junto ao curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como professora temporária, tive a oportunidade de desenvolver um projeto de pesquisa e extensão vinculado ao Laboratório de Ensino de História (LEH), projeto que consistiu na organização, higienização e indexação de um acervo de revistas doado ao Laboratório (constituía o acervo do LEH na época as seguintes revistas: *Visão*, *Afinal*, *Época*, *Veja* e *Isto É*), bem como a realização de oficinas e grupo de estudos sobre imprensa. Para o desenvolvimento do projeto, foi de fundamental importância a colaboração da Fabiane, da Priscila, do Alex, da Cíntia, da Sônia e do Tiago, alunos da graduação em História.

Entre o acervo de revistas organizado no LEH, consta a coleção praticamente completa da revista *Isto É*, que foi manuseada durante a execução do projeto, no intuito de buscar artigos sobre algumas temáticas abordadas em atividades nas oficinas desenvolvidas. A riqueza das temáticas tratadas, fundamentalmente nos anos iniciais de seu lançamento, é perceptível a todo observador atento. Com artigos longos e que aprofundavam temas complexos, se comparados aos trabalhos jornalísticos recentes das revistas da grande imprensa brasileira, como, por exemplo, temáticas que discutiam o marxismo no mundo, bem como as teorias de Gramsci, Freud, Hannah Arendt, entre outros pensadores. Nessa análise superficial da revista *Isto É*, observou-se o destaque especial para temas da política e da economia brasileira.

Não posso deixar de externar a preciosa contribuição de minha ex-orientadora, Carla Luciana Silva, na opção pelo tema desta pesquisa. Foi em agradáveis conversas sobre a imprensa brasileira que Carla me instigou a pesquisar a atuação da revista *Isto É* no cenário político nacional.

Após definir *Isto É* como o objeto de análise na pesquisa, a delimitação dos objetivos não foi difícil. A revista apresenta em suas páginas uma vasta quantidade de matérias sobre política, e o período estudado era o da ditadura militar que já se encaminhava para a redemocratização, ou seja, ainda no contexto estudado a imprensa no Brasil estava sob a censura do governo federal.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi de analisar o discurso da revista *Isto É* sobre a redemocratização no Brasil, ao estudar a abordagem sobre o projeto distensionista de Ernesto Geisel, a sucessão presidencial por João Baptista Figueiredo, a formação dos

novos partidos políticos, e a rearticulação e luta dos movimentos sociais no processo de reabertura do sistema político.

Esta pesquisa está inserida no estudo da história política brasileira, especificamente, no que diz respeito ao processo de “redemocratização”, que nas últimas décadas tem recebido cada vez mais atenção por parte dos historiadores. Este trabalho pretende contribuir com uma análise dos discursos da grande imprensa nacional, por isso a revista *Isto É*, constitui a principal fonte desta pesquisa. Também utilizei como fonte para a pesquisa entrevistas concedidas por Ernesto Geisel, Mino Carta e Alberto Dines ao CPDOC/FGV, assim como fragmentos do livro *o Castelo de Âmbar* de autoria de Mino Carta.

Para epígrafe da dissertação usei algumas tiras de quadrinhos, do livro *Toda a Mafalda*, publicados a partir de 1964 pelo humorista argentino Quino. Foram 10 anos de publicações com algumas interrupções. As tiras da *Mafalda* abordam o contexto político da América Latina, nas décadas de 1960 e 1970. Contudo é importante observar que a *Mafalda* representada nos quadrinhos de Quino é um personagem de classe média na Argentina e expressa as angústias desse grupo social ao qual pertence. Com tiras bem humoradas, o tema que aparece nos debates infantis, ou entre a *Mafalda* e seus pais, são os problemas enfrentados no mundo. Essas informações chegam até a *Mafalda* filtrados pelos meios de comunicação. O personagem ora reproduz o discurso midiático e, por vezes, o crítica. Assim os imaginários de *Mafalda* e seus amiguinhos são povoados com as inquietações da sua contemporaneidade.

A grande quantidade de fontes para a realização da pesquisa trouxe algumas dificuldades. Por isso, foi preciso estabelecer critérios de seleção dos artigos a serem analisados, levando em consideração o período estudado. A fonte jornalística, discursivamente, é muito rica. A revista analisada neste trabalho exemplifica essa afirmação, no entanto, cuidados são necessários ao analisarmos a imprensa, como, por exemplo, a compreensão sobre o grupo ao qual o veículo de comunicação pertence, bem como a compreensão do contexto em que o texto midiático é produzido. Diante disso, no caso desta pesquisa, foi dada atenção especial à análise sobre a atuação de Mino Carta, diretor de redação de *Isto É*, durante o período estudado.

A análise das fontes suscitou questionamentos sobre o posicionamento político do editor Mino Carta, bem como sua amizade e articulações com o General Golbery do Couto e Silva, braço direito do então presidente Ernesto Geisel e amigo de João Baptista Figueiredo. A problematização dessas relações possibilita compreender o papel de *Isto É* em meio ao debate político e econômico da época. A revista tece críticas a alguns aspectos da ditadura militar, porém não sofre censura. E no que se refere à censura, o próprio discurso de Mino Carta (muito contraditório) fornece subsídio para questionamentos e apontamentos sobre a complexidade do tema.

Outra questão abordada na pesquisa, refere-se à ação dos meios de comunicação da grande imprensa e imprensa alternativa durante a ditadura militar, buscando caracterizar a inserção de *Isto É* dentro da grande imprensa nacional e, mais que isso, compreender como no processo de redemocratização *Isto É* se posiciona frente às questões da abertura, tão caras ao regime.

Também procurei analisar através do discurso de *Isto É* a intenção por parte do governo em fazer de fato uma redemocratização. Em meio ao fervoroso debate sobre o projeto distensionista de Ernesto Geisel, observa-se que a pauta de matérias na revista aponta muito mais na direção do debate em torno da questão sucessória. Debate, por sinal um tanto quanto prematuro, visto que a sucessão seria em 1979 e as discussões sobre quem seria, e a importância de Geisel fazer o sucessor, já aparecem nas matérias no início de 1977.

A ação dos interlocutores, os quais somam-se ao debate sobre a redemocratização foi igualmente analisada através do discurso de *Isto É*, desde a atuação do MDB abordada no segundo capítulo, como o papel dos estudantes e trabalhadores, que se rearticulam a partir de 1977, na luta por melhores condições de estudo, de trabalho, e unificam forças na reivindicação do respeito aos direitos humanos, da anistia, da convocação da Assembléia Nacional Constituinte e da luta pela democracia.

Para delimitar o recorte temporal deparei-me com um problema, a vontade de me debruçar em todo o processo de “abertura política”, ou seja, o período que compreenderia 1976, ano de lançamento da revista, até o movimento pelas Diretas Já, em 1984. Por outro lado, no contato com as fontes, encontrei uma quantidade imensa de revistas, em que todas praticamente traziam material importante a ser analisado. Observando-se o curto espaço de

tempo, que é destinado hoje à elaboração de uma dissertação nos programas de mestrado, a análise de todo esse material seria inviável. Dessa forma, tive que optar entre fazer um recorte temático ou um recorte temporal menor. Por considerar que a pesquisa não se esgotará em hipótese alguma neste trabalho e, ao contrário, este pretende ser incentivo a novas pesquisas em um campo muito profícuo à história do Brasil, optei por fazer um recorte temporal e estudar a revista *Isto É* em sua primeira fase, sob a direção de Mino Carta (1976-1981).

A localização das fontes não foi difícil, pois, como mencionei anteriormente, praticamente todo o acervo de *Isto É* encontra-se no Laboratório de Ensino de História (LEH) da UNIOESTE. Os exemplares que faltavam no acervo do LEH, encontrei no acervo da Biblioteca Mário de Andrade em São Paulo.

A metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa foi fundamentalmente a análise do discurso de *Isto É*, bem como a análise das entrevistas concedidas por Geisel, Mino Carta e Alberto Dines ao CPDOC. As fontes analisadas no trabalho são muito ricas, o que suscita o pesquisador a levar-se por vários caminhos, dessa forma, é preciso se manter atento aos objetivos da pesquisa.

É importante frisar que para a análise das fontes é preciso atentar à falsa idéia de pretensa neutralidade da imprensa, imagem construída pelos próprios meios de comunicação. Lembrando que todo discurso é portador de ideologias, e com a imprensa não é diferente. Os meios de comunicação devem ser compreendidos como difusores de ideologias a serviço dos interesses do grupo ao qual pertencem. Para fazer essa discussão, utilizei da importante contribuição conceitual de Eni Orlandi, Michel Foucault e Noam Chomsky.

Na elaboração da dissertação, foi fundamental a leitura e a utilização de conceitos de vários autores que contribuíram na compreensão do contexto estudado, do autoritarismo na América Latina e no Brasil, da atuação da imprensa como partido político. Contribuíram teoricamente para a compreensão da grande imprensa e imprensa alternativa, durante a ditadura militar e na contemporaneidade: Rivaldo Chinem, Paolo Marconi, Luiz Antonio Dias, Venício A. de Lima, Ignácio Ramonet, Delson Ferreira. Também foi fundamental o aporte de informações sobre *Isto É*, fornecido por Mário Sérgio Conti, André Couto e Beatriz Kushinir.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, com o título *A Imprensa Brasileira e a Criação de Isto É*, faço uma discussão sobre os meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea, que com a hiperabundância de informação gera uma espécie de censura. Por meio dessa perspectiva, faço uma ponte temporal a partir do conceito de censura à imprensa na contemporaneidade, para amarrar a discussão sobre a censura à imprensa no contexto de ditadura militar, em que a revista *Isto É* foi criada. Nesse capítulo, também é abordado a criação de *Isto É*, e a trajetória profissional do jornalista Mino Carta, diretor de redação da revista.

O segundo capítulo intitula-se *O Governo Geisel: Um governo de transição?* Esse capítulo é iniciado com uma sucinta análise do autoritarismo no Brasil. Posteriormente, volto à análise da conjuntura política, nos antecedentes do golpe de Estado, passando por uma reflexão breve sobre o papel da grande imprensa e de vários segmentos sociais no golpe. Na seqüência, analisei os discursos de *Isto É* em torno das idéias que mais se destacaram na pauta da revista em seus primeiros anos: a redemocratização, Sucessão Presidencial e Reforma Político-Partidária.

No último capítulo *Os Movimentos Sociais na Ótica de Isto É*, foram analisadas as matérias da revista que trataram do movimento sindical, do movimento estudantil e dos movimentos pelos Direitos Humanos e pela Anistia nos anos de 1976 a 1981. Inúmeros movimentos sociais não foram analisados nesta dissertação, mas é importante ressaltar que isto aconteceu em função da necessidade de traçar um recorte temático, diante da impossibilidade de discutir sobre todas as organizações sociais do período, no curto espaço de tempo que tive para execução da pesquisa.

1. A Imprensa Brasileira e a Criação de *Isto É*

Esta pesquisa pretende contribuir com os novos estudos da história política, fugindo da antiga perspectiva de que para fazer a história política dever-se-ia olhar para o campo das idéias e dos grandes feitos políticos, ou seja, far-se-ia a história vista de cima, como destacou Jacques Le Goff (1998) no texto *A política será ainda a ossatura da História?*

A nova história política, em voga nas últimas décadas, rompeu com a forma tradicional da história política. Esse avanço deve-se, fundamentalmente, às contribuições de áreas como a Antropologia, a Filosofia, a Ciência Política e a Sociologia que colaboraram na reflexão acerca de um novo conceito, o de “poder”, redirecionando o debate, que antes centrava-se na reflexão sobre “Estado” e “Nação”. A história política também foi enriquecida, segundo Le Goff, com o estudo de manifestações da opinião pública e, finalmente, avança profundamente com contribuições de novas fontes para seu estudo.

No estudo da nova história política, destaca-se o interesse pelas “relações políticas entre grupos sociais de diversos tipos”, dessa forma, percebe-se um redirecionamento à análise dos micropoderes presentes nas experiências individuais e interindividuais – a chamada “História vista de baixo” -, que trouxe novos sujeitos sociais à luz da história.

Segundo José D. Barros (2004), são objetos da História Política “todos aqueles que são atravessados pela noção de ‘poder’”, e o enfoque dado pelo historiador pode ser muito amplo, abordando “desde o estudo do poder estatal até o estudo dos micropoderes que aparecem na vida cotidiana”, bem como, “o uso político dos sistemas de representação” (2004, p. 107).

Dentre as novas fontes utilizadas para a escrita da história política, destaca-se o discurso midiático, campo profícuo para análise das representações das articulações,

tensões, crises e transformações político-sociais, no entanto, como qualquer outra fonte para a escrita da história, são necessários vários cuidados na análise dessas fontes. Primeiramente, o historiador deve estar atento à participação da mídia como agente social e político na sociedade, como interlocutora do grupo a que pertence. Dessa forma, todos os veículos de comunicação expressam o comprometimento ideológico² ao grupo ao qual está articulado, seja o jornal de um sindicato, a rádio comunitária, o canal de televisão de uma igreja, um jornal de circulação local, o boletim de um laboratório, ou mesmo uma revista de grande circulação nacional. O que todos esses meios de comunicação tem em comum é que são portadores de ideologias e estão a serviço de várias formas de poder – econômico, político, social, religioso, etc.

Contudo, como destaca Foucault (2002), é preciso compreender o discurso não somente como o difusor ou omissor de ideologias pela manutenção do *status quo*. Na sociedade moderna e contemporânea, o discurso representa uma forma de poder e está na esfera dos desejos e disputas humanas: “[...] O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (2002, p. 10).

É interessante salientar, que no desenvolvimento da pesquisa, utilizei-me das contribuições da Semiótica para analisar o discurso³ da revista *Isto É*, porém, não foi

² O sentido de ideologia empregado no texto está relacionado à ação política, noção que encontra essa expressão em Karl Marx que: “transportou as teorias da dialética para a ação, tornando a ação política mais teórica e mais dependente que nunca daquilo que hoje chamaríamos uma ideologia [...]” (ARENDDT, 2005, 57).

Na enciclopédia virtual Wikipédia, encontra-se as seguintes definições de ideologia: **Ideologia** é um termo comumente usado no sentido de "conjunto de idéias, pensamentos, doutrinas e visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas".

- A origem do termo ocorreu com Destutt de Tracy, que criou a palavra e lhe deu o primeiro de seus significados: ciência das idéias. Posteriormente, esta palavra ganharia um sentido pejorativo quando Napoleão chamou De Tracy e seus seguidores de "ideólogos" no sentido de "deformadores da realidade".

- Karl Marx iria desenvolver uma teoria da ideologia concebendo-a como uma forma de falsa consciência cuja origem histórica ocorre com a emergência da divisão entre trabalho intelectual e manual. É a partir deste momento que surge a ideologia, derivada de agentes sociais concretos (os ideólogos ou intelectuais), que autonomizariam o mundo das idéias e assim inverteriam a realidade.

Depois de Marx, vários outros pensadores abordaram a temática da ideologia. Muitos mantiveram a concepção original de Marx, outros passaram a abordar ideologia como sendo sinônimo de "visão de mundo", inclusive alguns pensadores que se diziam marxistas, tal como Lênin. Alguns explicam isto graças ao fato do livro *A Ideologia Alemã*, de Marx, onde ele expõe sua teoria da ideologia, só tenha sido publicado em 1926, dois anos depois da morte de Lênin. Vários pensadores desenvolveram análises sobre o conceito de ideologia, tal como Karl Mannheim, Louis Althusser, Paul Ricoeur. Site consultado: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ideologia>. Em 20/10/2006.

³ Cf. Wikipédia, encontra-se a seguinte noção de discurso: O discurso tem uma dimensão *ideológica* que relaciona as marcas deixadas no texto com as suas condições de produção, e que se insere na formação ideológica. A dimensão ideológica do discurso pode tanto transformar quanto reproduzir as relações de

preocupação e nem objetivo deste trabalho discutir as possibilidades de se fazer a análise do discurso, por entender que, atualmente, não há divergências consideráveis no campo da teoria da história, que pudessem negar ou questionar as contribuições da análise de fontes discursivas provenientes da imprensa escrita. Dessa forma, a pesquisa foi desenvolvida dentro de uma abordagem metodológica que compreende o discurso como uma construção, e que, portanto, deve ser esmiuçado em sua análise, com intuito de compreendê-lo em seus diferentes aspectos. Como alerta Eni Orlandi, fazer análise discursiva é:

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo nos usos mais aparentemente cotidianos dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. (2001, p. 9).

Ao se trabalhar com discurso deve-se estar alerta ao fato de que o discurso não é portador de neutralidade, nem mesmo de isenção, vindo ele de onde vier será sempre “ideologia materializada”, conforme destaca a autora:

Partindo da idéia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia [...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Consequentemente o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos. (2001, p. 17).

O discurso da imprensa tende a se apegar a uma pretensa neutralidade, idéia disseminada pelos próprios meios de comunicação que visam confiabilidade junto aos seus leitores. É importante destacar que mesmo sendo um local comum para os estudiosos dos meios de comunicação e apresentando falta de transparência e de imparcialidade, ainda tem-se no Brasil um público cativo e confiante na grande imprensa, que assimilou e naturalizou o discurso da neutralidade e imparcialidade. Mas deve-se atentar ao fato de que, em se tratando de revistas, como é o caso de *Isto É*, mesmo sendo no período estudado a segunda revista em tiragem e circulação nacional,

dominação. Para Marx, essa dominação se dá pelas relações de produção que se estabelecem e as classes que estas criam numa sociedade. Por isso, a ideologia cria uma “falsa consciência” sobre a realidade que visa a reforçar e perpetuar essa dominação. Já para Gramsci, a ideologia não é enganosa ou negativa em si, constituindo qualquer ideário de um grupo de indivíduos. Mas, para Althusser, que recupera a ótica marxista, a ideologia é materializada nas práticas das instituições — e o discurso, como prática social, seria então “ideologia materializada”. Site consultado: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ideologia>. Em 20/10/2006.

integrante da chamada grande imprensa nacional, e considerada um meio de comunicação de massa, trata-se de uma revista lida por uma pequena parcela da população, necessariamente letrada, e pertencente em sua maioria à classe média e alta, ou seja, pertencentes à elite econômica e/ou intelectual. Dessa forma, pode-se observar que o discurso desse veículo de comunicação atende aos anseios e condiz com a interpretação de “verdade” de uma parcela significativa de seus leitores. Mas, não por isso, a mídia está livre de apresentar contradição em seu discurso, como ressalta Chomsky:

Mas a mídia de elite encara uma certa contradição interna: eles devem servir aos interesses do poder, mas devem, também, apresentar um cenário toleravelmente realista do mundo para setores da elite que tomam decisões importantes para os ricos, privilegiados e poderosos. O resultado é que boa parte da informação aparece apesar de estar, normalmente, em uma forma seriamente distorcida pelo prisma ideológico através do qual passa. (1999, p. 43).

No entanto, como argumenta Ramonet (2001), a mídia sofre na atualidade “uma perda considerável de credibilidade”. Essa perda está relacionada com as “falsas notícias” que objetivam aumentar a venda do jornal e da revista, sem nenhum tipo de preocupação com o real. Segundo o autor, esse quadro deve-se também à organização das próprias empresas de comunicação:

Muitos quadros dirigentes da mídia vêm doravante do universo empresarial e não mais do mundo jornalístico. Eles são menos sensíveis à veracidade da informação. Aos olhos deles, o *news business*, o mercado da informação, é antes de tudo um meio de gerar lucro. A pressão da concorrência é tão forte [...] que se tornou indispensável garantir a exclusividade, *Isto É*, não se deixar repetir por outros sobre esta ou aquela informação. É também esta pressão que força a mídia a tentar atrair o público por reportagens indecentes [...] E é este enfoque sobre o comportamento privado das pessoas que leva a opinião pública a condenar a mídia. (2001, p. 15-16).

José Arbex Jr. (2001), em seu livro *Showrnalismo*, também faz análises sobre a mídia contemporânea e sua transformação dentro da sociedade de consumo, em que a indústria cultural encarregou-se da criação do “fetiche da mercadoria”, estereotipada e esteriotipante, e tem a preocupação de disseminar de forma cada vez mais acelerada sua propaganda, que encontra-se presente diluída no discurso midiático, inclusive, no jornalismo que toma forma de espetáculo, como o autor denomina um “Show” que, segundo ele, apresenta implicações sérias no próprio conceito de jornalismo “[...] uma das conseqüências da prática de apresentar o jornalismo como o ‘show-rnalismo’ é o enfraquecimento ou o total apagamento da fronteira entre o real e o fictício.” (2001, p. 32).

Cabe destacar que, na sociedade contemporânea, a mídia⁴ cada vez mais veicula, através de seu discurso, a ideologia mercantil capitalista, como aponta Delson Ferreira:

A mídia desempenha papel crucial na sociedade contemporânea com base em seu fundamento mercantil e seu caráter capitalista: ela *seleciona, organiza, sistematiza e difunde informações*, que envolvem duas esferas distintas e complementares entre si: a relativa aos processos pertinentes à produção, venda e compra de mercadoria, bens e serviços. Na primeira esfera, ela noticia os assuntos referentes aos processos relacionais, que se dão nos âmbitos maiores da cultura e da política; na segunda, ela propaga o universo da circulação das mercadorias, no âmbito mais restrito das relações, normas e regras da economia de mercado. (2001, p. 220-221).

Mais do que transformação da informação em mercadoria, a sociedade contemporânea assistiu à era da formação de grandes conglomerados midiáticos, muito bem designados por Ignácio Ramonet como “novos impérios”, em que os meios de comunicação estão sob domínio de grandes corporações que envolvem vários setores da comunicação e da economia e ambicionam ampliar mais o controle da rede, para isso “continuam a multiplicar as fusões, as aquisições e as concentrações”. (2001, p. 128).

Muitas dessas corporações dedicam-se a vários ramos comerciais, além da comunicação, como, por exemplo, a rede network NBC, proprietária da General Electric, “um dos principais fornecedores de armas” e que, conforme Ramonet, durante a Guerra do Golfo em 1991, “a NBC tinha o tom mais guerreiro” mostrando o comprometimento e fidelidade ao proprietário em detrimento do respeito à informação (2001, p. 128). Diante do exposto, é possível concluir que esse meio de comunicação dificilmente fará discursos contrários aos interesses de sua corporação, pois isso resultaria em perda de lucros.

Essa nova fase da economia global, que afeta diretamente os meios de comunicação, foi muito bem abordada por Venício A. Lima (2001), no livro *Mídia: teoria e política*, em que o autor tece importantes considerações sobre a história dos meios de comunicação no Brasil, com enfoque especial à relação mídia e política. Farei uso de uma longa citação do autor para abordar a discussão sobre a concentração da propriedade da mídia na sociedade contemporânea:

⁴ Segundo o dicionário digital Aurélio Século XXI, Mídia significa “O conjunto dos meios de comunicação, e que inclui, indistintamente, diferentes veículos, recursos e técnicas, como, p. ex., jornal, rádio, televisão, cinema, outdoor, página impressa, propaganda, mala-direta, balão inflável, anúncio em site da Internet, etc.”

Na economia política, a dissolução das fronteiras entre as *telecomunicações*, os *mass media* e a *informática*, *Isto É*, o surgimento da nova mídia e a privatização dos serviços de telecomunicações que vem acontecendo em todo o mundo nas últimas décadas, ocasionou a maior onda de *compras, fusões e parcerias* de agentes econômicos, já conhecida na história da economia. Esse fato alterou radicalmente a economia política do setor e provocou uma concentração (horizontal, vertical e cruzada) sem precedentes da propriedade privada na mídia – velha e nova, dando origem a um crescente e vigoroso processo de oligopolização do setor com o aumento do poder dos históricos atores brasileiros e a emergência de novos e poderosos atores globais (*global players*) privados. [...] Analistas são unânimes em antecipar que, em poucos anos, não mais que uma dezena de megaempresas controlarão o setor em nível planetário. Esse processo, respeitadas algumas peculiaridades históricas, repete-se da mesma forma no Brasil, sendo que aqui o número de empresas que controlarão o setor certamente não será superior a uma dezena. (2001, p. 27-28)

Essas grandes empresas, que controlam vários segmentos do mercado de capitais, comumente mantêm fortes vínculos com o poder de estado, somando forças políticas e econômicas, mas nem sempre esse alinhamento é claramente visível com “vínculos simples e diretos (como foram, por exemplo, entre a Rede Globo e a ditadura militar, desde 1966, quando a emissora foi fundada com a “missão” declarada de contribuir para a “integração nacional”)” (ARBEX, 2001, p. 39). A concentração do poder midiático, centrado nas mãos de pequenos grupos empresariais, restringe cada vez mais as decisões do que “é ou não notícia”, e que, portanto, vai ou não ser veiculado e de que forma será a veiculação.

Segundo Ignácio Ramonet, há nessa lógica mercadológica da informação uma inversão da função da mídia, que dentro do grande esquema de capital industrial “concebido pelos donos das empresas de lazer, cada um constata que a informação é antes de tudo considerada uma mercadoria, e que este caráter prevalece, de longe, sobre a missão fundamental da mídia: esclarecer e enriquecer o debate democrático” (2001, p. 8).

Diante dessa concentração de vários setores de comunicação nas mãos de um mesmo grupo empresarial, há uma forte tendência à homogeneização das informações veiculadas, no entanto, é importante lembrar que, como já apontou Ignácio Ramonet (2001), a mídia há tempos se utiliza de informações retiradas de agências de notícias, por isso a semelhança na pauta jornalística de emissoras, inclusive, pertencentes a grupos empresariais distintos e concorrentes no mercado da informação. Essa forma fácil e rentável de obtenção de notícias, por parte dos meios de comunicação, leva à pauta jornalística matérias muitas vezes banais (por exemplo, as relações amorosas de

artistas famosos, o nascimento de um animal no zoológico, entre outras), ocultando o que realmente deveria estar em destaque (como, por exemplo, guerras, conflitos, importantes decisões políticas no país) e que diz respeito à vida do leitor ou telespectador.

Não quero com essa reflexão afirmar que o discurso midiático é homogêneo, pois é evidente a diversidade discursiva e o posicionamento político dos veículos de comunicação. Trata-se de uma análise sobre as semelhanças na forma da apresentação e, por vezes, no conteúdo das notícias. É importante ressaltar que não encontraremos um discurso homogêneo, nem mesmo em um único veículo de comunicação, pois se deve considerar “os conflitos dentro e fora do sistema de comunicação” tomando sempre o cuidado para não “superestimar a capacidade de controle por parte das classes dominantes e do aparelho do Estado”. Como escreve Liege S. Peres (1998), também é preciso estar atento à falsa idéia “da existência de uma perfeita e eterna simetria de interesses entre os MCM e/ou os detentores do controle sobre eles e os governos” (p. 9). A autora destaca, assim, a diversidade da imprensa:

A noção de que os MCM agem em seu conjunto como Aparelhos Ideológicos de Estado não significa que todos apresentem uma mesma visão da realidade em todos os seus aspectos. Dentro de uma mesma área midiática (imprensa escrita) pode-se observar, em tratamentos de diversos assuntos, duas visões políticas diferentes e até antagônicas, como na *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*, em São Paulo e no *Jornal do Brasil* e *O Globo*, no Rio de Janeiro. (1998, p. 9).

Ramonet aponta que essa nova forma de veicular as informações na contemporaneidade é influenciada pelo “mimetismo midiático” e pela “hiperemoção”, que resultam em um fenômeno em cadeia ou, como o autor chama, “efeito bola-de-neve”. No que se refere ao mimetismo, este funciona da seguinte forma: “quanto mais os meios de comunicação falam de um assunto, mais se persuadem, coletivamente, de que este assunto é indispensável, central, capital e que é preciso dar-lhe ainda mais cobertura, consagrando-lhe mais tempo, mais recursos, mais jornalistas” (2001, p. 21). Dessa maneira, constrói-se o espetáculo do acontecimento que vira notícia, de forma que um determinado fato, aparentemente banal, torna-se o centro das atenções midiáticas. Ressalta-se, ainda, que, muitas vezes, o que está sendo noticiado é informação falsa, mas que depois de repetido inúmeras vezes toma forma de verdade e, assim, a mídia constrói as “suas verdades”.

Já a hiperemoção, segundo Ramonet, “sempre existiu na mídia, mas permanecia como específica dos jornais de uma certa imprensa demagógica, que manejava facilmente com o sensacional, o espetacular e o choque emocional”. A mudança começou a ocorrer fundamentalmente na televisão, com o telejornal e “seu fascínio pelo espetáculo do evento”, criando, de acordo com o autor, uma nova “equação informacional”, muito interessante para se pensar o comprometimento dos meios de comunicação com o real: “Se a emoção que vocês sentem ao ver o telejornal é verdadeira, a informação é verdadeira”. Dessa forma, a emoção e a sensibilização torna-se o que determina o que é “verdadeiro”. (2001, p. 22).

A imprensa escrita brasileira (jornais e revistas), que constituem a grande imprensa nacional, conforme Lima (2001), só se consolidaram após a Segunda Guerra Mundial, “momento em que se transformaram em veículos publicitários eficientes, ante o emergente mercado consumidor urbano” (2001, p. 33), e para se manterem, os meios de comunicação, dependem tanto da venda da revista nas bancas e em forma de assinaturas, como também da venda de publicidades e, em certa medida, a segunda depende da primeira, ou seja, quanto maior a venda da revista ou do jornal, maior será o público atingido, logo o preço do espaço destinado à publicidade será mais caro.

Percebe-se, assim, empresas voltadas para o lucro e, através da ideologia, a serviço da classe dominante, de modo que um conjunto de idéias será transmitido para toda a população, com objetivo de difundir e convencer a população de que a forma em que a sociedade está estruturada é a mais viável, naturalizando a idéia de que o sistema capitalista neoliberal é o único possível:

Essa redução da *comunicação* ao mero caráter de mercadoria, vendável ou não, coisifica indivíduos, destrói identidades culturais coletivas centenárias ou milenares e tenta impor uma lógica de pensamento único, para a qual pretende não oferecer saída: a sociedade só existiria, do ponto de vista de sua finalidade, para comprar e vender em escala global. (FERREIRA, 2001, 169).

Historiadores preocupados com a História do Presente, em estudos sobre os meios de comunicação de massa, apontam uma preocupação quanto à função desempenhada pela mídia, que contribui para o fortalecimento de uma “ditadura do Pensamento Único”, como escreve Gabriela Rodrigues:

Esta se manifesta a partir dos meios de comunicação que, através de uma falsa liberdade de expressão, mascaram o controle e a criação, concentrada e

centralizada, das informações. Dentre os seus principais objetivos, podemos destacar dois: a reprodução do sistema dominante (fundamentado na superexploração e na exclusão social) e, conseqüentemente, a impossibilidade de se gestar qualquer alternativa a ele. (1999, p. 14).

Observa-se o começo de uma delimitação das principais características da comunicação de massa. Mas, o que significa comunicação de massa? Para elucidar essa questão, farei uso de uma citação de Delson Ferreira (2001), em sua análise sobre *Os processos de comunicação de massa e a sociedade contemporânea*. Para o autor, temos a seguinte definição sobre o conceito de massa: “há certo consenso de que ela caracteriza-se por ser um conjunto de elementos no qual o número de pessoas que expressam opinião é sempre muito menor do que o das que recebem” (2001, p. 167), nesse sentido massificar refere-se:

[...] à ação de orientar e/ou influenciar indivíduos e grupos por meio desse tipo de comunicação social, ação essa voltada diretamente para transformar-lhe e/ou estereotipar-lhes as reações, condutas, desejos e necessidades, tornando-os passíveis de pensar e consumir apenas as idéias ou objetos induzidos e/ou determinados pelos centros de elaboração e articulação dos sistemas midiáticos. (FERREIRA, 2001, p. 167).

Venício A. de Lima (2001) elabora uma caracterização da mídia a partir das diferenças tecnológicas, dividindo-a em “velha” e “nova” mídia. A “*velha mídia* refere-se basicamente à imprensa, ao cinema, ao rádio e à televisão aberta” (2001, p. 28). Em contrapartida, a nova mídia “inclui os computadores multimídia, CD-ROM, os aparelhos de FAX de última geração, bancos de dados portáteis, livros eletrônicos, redes de videotexto, telefones inteligentes e satélites de transmissão direta de TV para as residências” (DIZARD, 1998, p. 14, Apud LIMA, 2001, p. 28).

Os veículos de comunicação, pertencentes à “velha” mídia, sofreram influência direta da nova era tecnológica. Essa tecnologia, que trouxe consigo um novo conceito de mídia ligado aos novos veículos de comunicação, desencadeou, com esse aparato tecnológico, uma hiperabundância de informação:

Em trinta anos, o mundo produziu mais informação do que no curso dos cinco mil anos precedentes... Um único exemplar da edição dominical do *New York Times* contém mais informação do que poderia adquirir, durante toda a sua vida, uma pessoa culta do século XVIII. Da mesma forma, cada dia cerca de vinte milhões de palavras de informação técnicas são impressas em diversos suportes (revistas, livros, relatórios, disquetes, CD-Roms). Mesmo um leitor capaz de ler mil palavras por minuto, oito horas por dia, precisaria de um mês e meio para ler as informações publicadas num único dia. Depois disto, teria acumulado um atraso de cinco anos e meio de leitura... O projeto humanista de tudo ler, de tudo saber, tornou-se ilusório e vão (RAMONET, 2001, p. 128)

Esse bombardeio de informações a que o leitor está exposto todos os dias, nos traz a idéia de “liberdade de expressão” e nos remete diretamente à idéia de “democracia”. No entanto, estudando com um pouco mais de atenção esse fenômeno, ver-se-á que daí emana a “censura democrática”, que está em oposição à censura autocrática, muito conhecida na América Latina durante os Regimes Militares. Essa nova forma de censura “não se funda mais na supressão ou no corte, na amputação ou na proibição de dados, mais [sic] na acumulação, na saturação, no excesso e na superabundância de informação” (RAMONET, 2001, 29).

O leitor que pensa se informar, na verdade está sendo apenas comunicado sobre alguns aspectos da notícia, e se consultado sobre o fato, provavelmente não saberá dizer nada de relevante sobre o acontecimento. Isso acontece porque que as notícias são descontextualizadas e produzidas com o objetivo de entretenimento, assim quanto mais sucinta for a notícia, mais brilhante será considerado o jornalista que a produziu. Esse é novo conceito de mídia, em que a função do jornalista é relegada a condição de sistematizador-animador:

Ora, em um mundo em que a informação existe em abundância, para todos, tanto a rapidez como a eficácia na capacidade de obter uma informação exclusiva e na de disseminá-la adquiriram uma urgência dramática, acirrando ainda mais a competição entre os vários veículos de comunicação de massa. Ser mais rápido tornou-se uma demonstração de prestígio, de poder financeiro e político. É por essa razão que toda a produção da mídia passa a ser orientada sob o signo da velocidade (não raro, da precipitação) e da renovação permanente. (ARBEX, 2001, p. 88).

O jornalista Alberto Dines faz algumas considerações acerca dessa “nova fase de imprensa jornalística” no Brasil, e atribui a responsabilidade da homogeneização e a falta de democracia da imprensa à ANJ (Associação Nacional de Jornais) - (representante também das revistas), articulada ao SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa) que, segundo o autor, é o “grupo mais reacionário da imprensa americana”, e responsável pela criação de uma hegemonia midiática:

Eu acho que o ANJ, embora as pessoas sejam as mais decentes possíveis, representa uma nova fase da organização da empresa jornalística, em que a mídia vira um poder político concatenado, monolítico, atuando de uma forma até antidemocrática, tem que haver diversidade, e aqui não, eles pensam igual. Claro, nas coisas que dizem respeito à imprensa. Não há a menor possibilidade de uma diferença. (ABREU [et al], 2003, p. 131).

Dessa forma, pode-se perguntar onde e como se dá censura dentro dessa forma democrática de imprensa? Se, aparentemente, há liberdade de expressão, como ocultar a informação? Para Ramonet, isso se dá por meio da adição de informações, ou seja, “a informação é dissimulada ou truncada porque há informação em abundância para consumir. E sequer se chega a perceber aquela que falta” (2001, P. 48). Ou seja, não é tão simples assim detectar onde está a censura e de que forma ela age tolhendo a sociedade das informações, ocultando, mentindo, pondo em destaque outros acontecimentos, criando formas agradáveis de ver a notícia, como curiosidade e etc. Como muito bem destaca Carla Luciana Silva, temos aí um processo de “ocultamento” com uma finalidade:

A interpretação sobre o papel da imprensa no mundo contemporâneo não pode deixar de lado os conflitos presentes na própria sociedade capitalista. Por isso, apontamos que a predominância da visão *liberal* faz parte do processo de ocultamento da função histórica da grande imprensa: a manutenção do processo de acumulação do capital. (SILVA, 2005, p. 26).

Uma pergunta que pode ser feita neste momento é: por que me propus a escrever sobre o discurso da revista *Isto É*, em sua primeira fase, que compreende o período de 1976 a 1981, e estou escrevendo sobre a comunicação de massa no Brasil já em sua fase de “redemocratização”. Para esclarecer essa questão, é necessário levar ao conhecimento os motivos que me levaram a fazer esta pesquisa, como também o contexto no qual estou inserida como historiadora, e que me traz as questões que farei a meu objeto de estudo. Como se sabe, o historiador é um pesquisador do seu tempo e leva ao texto, resultado de sua pesquisa, suas experiências e parte de sua cultura:

A verdade é que sempre será muito importante para um historiador “contextualizar” o texto com o qual está trabalhando. Todo texto é produzido em um lugar que é definido não apenas por um autor, pelo seu estilo e pela história de vida deste autor, mas principalmente por uma sociedade que o envolve, pelas dimensões desta sociedade que penetram no autor, e através dele no texto. (BARROS, 2004, p. 137).

Após essa rápida explanação sobre a mídia e sua função atual na sociedade brasileira, em que se percebe, que a mídia com seus mecanismos de produção e controle da informação desempenha um papel a serviço da manutenção do autoritarismo brasileiro, contrapondo-se ao ideal de democracia, explicitando a tese de que a redemocratização no Brasil foi um arranjo entre vários segmentos sociais, que tiveram a preocupação de mudar o regime político sem mudar plenamente as regras do jogo, e nem mesmo os seus protagonistas.

Nota-se que hoje é muito mais difícil visualizarmos os mecanismos de censura presentes na imprensa, do que foram no período militar, conforme o afirmado por Ramonet:

Tudo isto cria uma espécie de tela, uma tela que oculta, opaca, que torna talvez mais difícil do que nunca, para o cidadão, a busca da informação certa. Pelo menos no sistema anterior a censura era escancarada, sabia-se que imagem e informação eram dissimuladas. Nos anos 60 e 70, á época do regime militar no Brasil, como na França durante a guerra da Argélia, alguns jornais publicavam suas páginas em branco no lugar dos artigos que a censura havia proibido. Não os publicavam mas mostravam o traço dos artigos, o que, paradoxalmente, tornava invisível a censura. (2001, p. 50, grifo meu).

Em entrevista concedida a EFGV, organizada por Alzira Alves de Abreu (2003), o jornalista Alberto Dines relata como ocorreu a transformação tanto estética quanto de posicionamento no jornal *Folha de São Paulo* (FSP), jornal considerado do “*establishment* militar” por ter participado e incitado o processo que decorreu no golpe de estado em 1964, e o veículo de comunicação que economicamente mais se beneficiou com o governo militar, passando ileso à censura feita à imprensa naquele período. A partir de 1975, segundo Dines, a FSP transforma-se de um jornal opaco, mal escrito e sem nenhuma expressividade política, em um jornal opinativo, crítico ao governo militar e, fundamentalmente, crítico à própria ação da imprensa. Tudo isso, acontece sob o domínio do mesmo grupo “Frias-Caldeira”. Alberto Dines ressalta como se iniciou essa transformação:

Eu disse então ao Frias: “Não quero ganhar um tostão a mais, mas quero que na edição de segunda-feira, no último caderno, você me de um espaço. Quero escrever uma coluna de crítica a mídia.” Ele disse: “Dines, não te mete nisso! Você vai ganhar inimigos. Eles vão te matar. Essa gente é vingativa, não te mete nessa coisa!” Comecei a falar sobre Watergate, sobre o que tinha acontecido. Disse: “Nós estamos com a imprensa sob censura. Já que vamos fazer uma revolução, temos que começar a falar sobre a imprensa! Isso é importantíssimo! O processo começa com a própria imprensa.” O Frias sacou: “Está bom. Então, no primeiro caderno, domingo” – eu tinha pedido segunda-feira, segundo caderno, e ele me botou no domingo, no primeiro, página 6. A coluna chamava-se “Jornal dos jornais”. Até hoje o *Ombudsman* é na página 6. Acho que aquele foi o momento de virada na imprensa brasileira. O eixo, o foco da atenção jornalística passou para São Paulo. (ABREU [et al], 2003, p. 119).

Destaca-se o posicionamento do Grupo Folha, extremamente conservador e alinhado aos militares que, a partir de 1975, promove uma transformação no interior do seu jornal e, mais que isso, lança como estratégia diferencial a crítica à própria imprensa. Ou seja, Dines resolve criticar através da FSP os demais veículos de comunicação que foram censurados ao longo da ditadura militar. Segundo o próprio

jornalista, essa mudança na FSP “Foi um projeto político e empresarial, hegemônico, do Frias”, e visava alçar a FSP como um grande jornal.

Dessa forma, a FSP passa a abordar questões que outros veículos de comunicação no Brasil não noticiavam, como, por exemplo, a morte do jornalista Wladimir Herzog e de Zuzu Angel, isso porque, segundo Dines, “a *Folha* tinha uma espécie de *habeas-corpus*. Ela tinha sido tão escrota – com o perdão da palavra – antes que tinha essa liberdade. O Falcão ainda respeitava, achava que o Frias estava abrindo só um pouquinho para a esquerda.” (ABREU [et al], 2003, p. 121).

Alberto Dines também aponta para uma outra possibilidade sobre essa liberdade de noticiar, que envolveria disputas entre diferentes tendências militares: “Mas há interpretações segundo as quais o próprio governo afrouxou em relação à divulgação de determinados casos, como o de Herzog, para jogar isso contra a linha dura” (ABREU [et al], 2003, p. 123).

Com essa inquietação de estudar como se deu a censura à grande imprensa no Brasil durante a ditadura militar, optei por estudar os discursos da revista *Isto É*, segunda revista de maior circulação nacional na época pesquisada, ficando atrás da revista *Veja* do grupo *Abril*. A opção por estudar a revista *Isto É* diz respeito, fundamentalmente, ao fato de termos poucos estudos em História, no Brasil, que tenham como fonte esta revista, mesmo ocupando o espaço de segunda revista mais vendida no final da década 1970 e década de 1980.

Em meio a essa discussão sobre a imprensa escrita durante a ditadura militar, é importante fazer algumas considerações. A imprensa durante a ditadura militar pode ser dividida basicamente em dois grupos – imprensa alternativa e grande imprensa. Deve-se observar que esses grupos eram muito heterogêneos, mas usarei essa divisão para melhor caracterizá-los.

A imprensa alternativa (jornais políticos, como, por exemplo: *Pasquim*, *Opinião* e *Movimento* e etc.), ou de oposição à ditadura militar, foi duramente censurada por tecer críticas constantes à ditadura militar e ao sistema econômico, “A imprensa alternativa fazia oposição sistemática ao regime militar, denunciava a tortura e a violação dos direitos humanos e criticava o modelo econômico”, diferentemente da

grande imprensa que, em seu discurso, tecia críticas sempre mais tênues, como escreveu Chinem: “Entre a verdade e a lenda, a propaganda oficial e parte da grande imprensa davam preferência ao que era mais cômodo, ao que interessava aos donos do poder”. (1995, p.8).

Como escreve Luiz Antonio Dias, a diferença entre a imprensa “ligada a um grupo específico e a grande imprensa é que os últimos funcionam como empresas voltadas para o lucro” (1993, p. 30). Contudo, não perdem a característica de difusores de ideologias, de identidades, de posicionamentos políticos e de uma ação discursiva em defesa dos interesses dos donos dos meios de comunicação.

É importante destacar que a censura prévia à imprensa escrita, durante a ditadura militar, não foi exclusiva à Imprensa Alternativa (CHINEM, 1995, p. 30). A Grande Imprensa (*O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde* e a revista *Veja*) também foi censurada, diferenciando-se por não ter sido com a mesma intensidade (AQUINO, 1999).

Parece oportuno traçar algumas reflexões sobre a revista *Isto É*⁵, lançada por Mino Carta em 1976, momento em que o Brasil encontra-se num contexto de ditadura militar, os chamados anos de chumbo, principalmente, para a mídia, constantemente vigiada e censurada (BERGER, 1998).

A revista *Isto É* foi lançada em maio de 1976 pela *Encontro Editorial Ltda.*, a partir de uma parceria entre o proprietário da editora, Domingo Alzugaray (também proprietário da Editora Três Ltda., representante de *Isto É*, no Rio de Janeiro) e os jornalistas Mino Carta e seu irmão Luiz Carta. É possível perceber que em seus 10 primeiros números, a revista de circulação nacional teve periodicidade mensal. Em 9 de março de 1977, passa a ser uma revista semanal, e recebe destaque no editorial a nova periodicidade da revista “Carta ao leitor para explicar *ISTO É* semanal”.

Demitrio Carta, ou Mino Carta, como se auto-identifica, chefiou a redação da revista *Isto É* em seus primeiros anos. A redação também era composta por Armando V. Salem, Fernando Sandoval e Tão Gomes Pinto. A diretoria de *Isto É* foi formada,

⁵ Sobre a revista *Isto É*, ver os verbetes “*Isto É*” e “Mino Carta” do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Ver também o livro *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*, de Mario Sérgio Conti.

inicialmente, por Cátia Alzugaray, Domingo Alzugaray, Luís Carta e Mino Carta. Entre os colaboradores da revista, em seus primeiros anos, estão Antônio Roberto de Arruda Botelho, Bernardo Lerer, Bolívar Lamounier, Edmar Bacha, Ênio Mainardi, Gastão M. Godoy, Hélio Campos Mello, Idel Aronis, Jean Micheul Gauvin, Luís Fernando Veríssimo, Marcos Sá Corrêa, Maria do Carmo Campello, Michele, Millôr Fernandes, Octávio Ribeiro, Paulo Duarte, Paulo Godoi, Paulo Sérgio Pinheiro, Plínio Marcos, Roberto Marinho de Azevedo, Rodolpho Eduardo Krestan, Roger Bester, Rolf Kuntz, Sílvio Lancelloti, Villas-Boas Corrêa, Walnice Nogueira Galvão, William Buckley Jr., Woody Allen Hugo Estenssoro (N. York), Marlene Morel (produção), Carlos Guilherme Motta, Maria Vitória Benevides, Ferreira Gullar, Raimundo Faoro, Francisco C. Weffort, Henfil, entre outros.

Durante a pesquisa, percebi que nos artigos de alguns colaboradores, dentre os quais destacam-se grandes intelectuais brasileiros, havia uma excepcional fonte de pesquisa, que merece sem dúvida um estudo profundo no sentido de compreender a função desempenhada por esses intelectuais na *Isto É*, e as influências políticas que os mesmos exercem na linha editorial da revista. Mas esclareço que, ao analisar o discurso de *Isto É*, busquei priorizar a análise dos editoriais, no entanto, não fiz muita distinção entre os editoriais e os artigos assinados por colaboradores, haja vista que a leitura que faço sobre a imprensa, sobretudo da *Isto É*, aponta para uma certa homogeneidade discursiva, em que, por vezes, aparece a contradição, mas o conteúdo normalmente segue a mesma orientação editorial, desde o editorial, em *Isto É* “*Carta ao Leitor*”, passando pelas entrevistas, artigos assinados ou não, e até mesmo na seção de cartas (espaço destinado à publicação de cartas dos leitores), em que é feita uma seleção do que a revista vai ou não publicar.

Isto É, inspirada num modelo de revista européia, dirigia-se ao público masculino de classe média e alta. Trata-se de uma revista de “variedades, ocupando-se de política, economia, ciência, comportamento, artes, esportes e outros assuntos” (COUTO, 2001, p. 2815), quase sempre com grandes reportagens, e também demonstrando pesquisas aprofundadas na elaboração das matérias. Segundo Mino Carta, *Isto É* era uma revista “mensal, anódina, inodora, linha *Esquire*.”, e em seus 10 primeiros números sem grandes críticas políticas.

Mino Carta assinala que, no período em que saiu da direção da revista *Veja* e criou junto de seu irmão e Domingo Alzugaray a revista *Isto É* houve um abrandamento na censura à imprensa por parte do regime ditatorial: “Nesse período, a censura não só saiu de *Veja*, como saiu dos alternativos” (ABREU, 2003, p. 193).

Observa-se que na revista de número 1, de maio de 1976, que destaca na capa “A tentativa totalitária”, o editor Mino Carta escreve como pretende apresentar ao leitor a nova revista. Conforme o jornalista, em *Isto É* “cada um escreve com franqueza e com as suas próprias palavras, sendo que uma harmoniosa desunião serviria como prova, entre outras, de amor pela tolerância, pelo diálogo, pela democracia” (*Isto É*, ano 1, nº 1, p. 7). Porém, em seu primeiro número, *Isto É* faz pouca menção ao contexto político brasileiro em que a revista está sendo lançada.

A tônica da primeira revista são dois artigos, um aborda o autoritarismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o outro sobre Hitler, que discute o regime totalitário. A escolha dessas duas matérias, para compor a publicação de lançamento da *Isto É*, parece não ter sido feita ao acaso, mas revela o caminho mais tranqüilo para tratar de regimes autoritários e lembrar, implicitamente ao leitor, da conjuntura ditatorial vivenciada no Brasil, sem esbarrar na censura.

Na *Carta ao Leitor* da revista de número 2, Mino Carta relata uma conversa ao telefone que teve com um repórter da Rádio Guaíba, de Porto Alegre. O editor faz uso desse relato para dizer aos leitores a que veio a revista *Isto É*:

[...] A Rádio Guaíba, de Porto Alegre, onde *ISTO É* está esgotando nas bancas (o telefonema é de vinte dias atrás), quer saber quais são os objetivos da revista. “Nós gostamos muito de *Isto É*, e de ti, tche.” E eu, em geral gosto de gaúchos, mesmo ao primeiro sol. Mesmo ao ser convocado, numa penosa névoa, para uma declaração que do outro lado da linha vai ao ar. [...] **Olha, eu disse, vagarosamente, a gente está fazendo uma revista que pretende ser de idéias e de crítica. Depois acrescentei, a galope gaúcho: mas não vou dizer de crítica construtiva.** Agora vinte dias passados, eu me pergunto: **será o bastante para explicar a que vem *ISTO É*?** De pijama, não é fácil entoar a canção de maior efeito. [...] Usei o verbo analisar. Pois é, analisar, segundo *ISTO É*, significa automaticamente criticar. A crítica é um movimento espontâneo da consciência, equivale a tomar decisão dentro da realidade. Poderia dizer que viver é criticar. **O que se observa é a generalizada tentativa de fuga desta atitude natural, debaixo de severo olhar de quem exige crítica construtiva.** Na verdade, **o que se pretende são elogios ou omissões.** No entanto, não sendo injúria, calúnia, agressão não se afastando da interpretação da verdade factual para cair nos domínios do Código Penal, a crítica, a favor ou contra, é sempre construtiva, para quem a recebe e quem a faz, desde que o primeiro esteja disposto a recebe-la, para bem da sua alma, e o segundo tenha

condições de fazê-la, *ISTO É* acha que tem a condição deste, a disposição daquele. (M. C.). (*Isto É*, ano 1, nº 2, p. 7, Grifos meus).

Partindo da análise desta citação, pode-se perceber no discurso de Mino Carta que não havia nesse momento inicial um projeto muito claro para a revista *Isto É*. Segundo ele, a revista pretendia ser de idéias e de críticas. Na seqüência do texto, o editor tece algumas considerações sobre certa expectativa de que essa crítica seja construtiva, nesse momento o editor parece estar se referindo ao governo militar, que pretende “elogios ou omissões” por parte da revista.

Mario Sérgio Conti (1999) escreve que “Com os governantes, a postura de Alzugaray era que *Isto É* fosse crítica quando achasse necessário”, e também quando fosse conveniente aos interesses da revista. Para o autor, Alzugaray tinha muito claro sua “filosofia”:

Tinha um resumo de sua filosofia na ponta da língua, que usava tanto com os jornalistas de *IstoÉ*, para conclama-los a evitar erros, como para justificar-se aos poderosos da política: só os grandes como a *Globo* e *Veja* podem se dar al luxo de serem governistas; uma publicação pequena, como *IstoÉ*, quando adula só irrita; o pequeno tem que dar um chute na canela do poderoso para se percebido; o pequeno não pode errar; se os grandes têm tanques e canhões, eles fazem um estrago geral; o pequeno tem um revólver com uma bala só, e tem que acertar o tiro na testa do poderoso. (1999, p. 424).

Com o governo de Geisel e de Figueiredo não foi diferente, a revista a partir do ano de 1977 tece muitas críticas ao plano de distensão “lenta, gradual e segura”, projetado pelo governo de Ernesto Geisel. Essas críticas, como se verá no segundo capítulo, são dirigidas a vários aspectos do processo de redemocratização. Cabe uma interrogação neste momento, visto que a revista *Isto É* foi lançada num período em que a ditadura se encaminhava para um processo de abertura política, porém trata-se de um lento processo de abertura, e que a imprensa brasileira encontrava-se ainda sob censura. Desse modo, por que a *Isto É* não foi duramente censurada, nos mesmos padrões a que estava submetida a imprensa alternativa?

O Ministério da Justiça sob o comando de Armando Falcão era o responsável pela censura, e não se mostrava nada brando, ao contrário, representava um grupo ao qual convencionou-se chamar “linha dura” militar, que mantinha seu braço forte dentro do governo Geisel. Falcão via o momento político, durante o governo Geisel, como sendo muito delicado, em função da ascensão do MDB em detrimento da Arena nas eleições para deputados federais em 1974, fato atribuído à propaganda eleitoral feita através da

imprensa. Em decorrência dessa conjuntura, Falcão sugere ao presidente Ernesto Geisel algumas medidas como:

[...] grupos de trabalho para examinar a legislação e propor soluções para aprimorar a censura, implantação de sistemas de controle para abusos de liberdade, incentivo à convivência do governo com a imprensa e maior contato do governo com os donos de jornais e de cadeias de rádio e de televisão. [...] Em janeiro de 1974, Armando Falcão apresentava a Geisel outro relato sugerindo novo decreto-lei ampliando as exigências quanto ao registro de jornais, empresas radiofônicas e outros meios de comunicação. Mas lembra que o governo já assumia tendo em mãos instrumentos para combater a “má imprensa”. (D’ARAÚJO, 2002, p. 25-26).

É possível observar, a partir dessa citação, que mesmo para a grande Imprensa, a censura ainda prevalecia e o presidente general, que se dizia responsável pela “transição lenta, gradual e segura”, mantinha em determinados momentos a face estritamente autoritária do militarismo.

Para melhor compreensão das regras da censura durante a ditadura militar, farei uso de uma citação do livro *Imprensa Alternativa*, em que o autor descreve as regras da censura:

A censura seguia uma espécie de decálogo que proibia: 1) Inconformidade com a censura de livros, periódicos, jornais e diversões; 2) Campanha pela revogação dos Atos Institucionais, nomeadamente do AI-5; 3) Contestação ao regime vigente – difere da oposição, que é legal; 4) Notícias sensacionalistas que prejudicam a imagem do Brasil e as tendentes a desnaturar as vitórias conquistadas pelo país; 5) Campanha de descrédito da política habitacional, do mercado de capitais e de outros assuntos de vital importância para o governo; 6) Notícias de assaltos a estabelecimentos de crédito e comerciais, acompanhadas de relato detalhado e instrutivo; 7) Referências à tensão entre a Igreja católica e o Estado e à agitação nos meios sindicais e estudantis; 8) Publicidade sobre nações comunistas e pessoas do mundo comunista; 9) Críticas contundentes aos governadores estaduais, procurando demonstrar o desacerto da escolha pelo governo federal; 10) Exaltação da imoralidade, com notícias sobre homossexuais, prostituição e tóxicos. (CHINEM, 1995, p. 14-15).

É importante destacar que a revista *Isto É*, objeto de estudo desta dissertação, durante todo o período estudado, apresenta junto às referências da publicação (Redação, Arte, Fotografia, colaboradores, correspondentes e etc.) o número de registro no Serviço de Censura Federal “nº 1.604/P. 209/73”. Todavia, Mino Carta, que dirigiu a revista de 1976 a 1981, em entrevista concedida a Carlos Magno da revista *Muito +*, em novembro de 2001, afirma que a grande imprensa nunca foi censurada:

A grande imprensa é uma das vergonhas brasileira. Ela defendeu o golpe de 64, e o golpe dentro do golpe, que foi o de 68. A grande imprensa tirando o *Estadão*, nunca foi censurada. Nem a *Folha*, nem o *Globo*, o *JB*. O *Estadão* foi

censurado porque era, simplesmente, uma dissidência entre os golpistas. Não que fosse adversário nem inimigo do golpe. Para o *Estadão* estava muito bem o golpe. **A grande imprensa não foi censurada.** Achou ótimo o AI-5. fechou com o AI-5. Estava disposta a fazer qualquer negócio. O erro básico é chamá-la de “grande”, é uma imprensa pequena. É a pior imprensa do mundo. (*MUITO* +, 2001, p. 15. Grifo meu).

Diante desta afirmação do editor chefe e sócio-proprietário de *Isto É*, é preciso tecer algumas considerações sobre Mino Carta, mas antes gostaria de frisar que as reflexões feitas a partir da análise das fontes apontam para uma hipótese como resposta a essa indagação, de que a revista *Isto É* fora lançada naquele contexto, não com o intuito de fazer oposição sistemática ao governo militar ou ao sistema econômico capitalista, por isso não encontrou obstáculos no seu lançamento.

Na avaliação feita por Mino Carta na comemoração do primeiro ano de *Isto É* semanal, o jornalista escreve sobre as diferentes formas que a revista é vista no ano de 1978. Para exemplificar uma das perspectivas, de que a revista estaria em defesa do comunismo, o autor faz referencia a fala do general Hugo Abreu, que teria dito ao jornalista André Gustavo Stumpf: “Bem que a revista de vocês podia ser feita em Moscou”, para responder a essa acusação Mino Carta escreve que:

[...] embora atingida por uma acusação tão grave, ISTOÉ não se viu cerceada em sua liberdade de dizer o que sabe e o que pensa [...] Não, ISTOÉ não poderia ser feita em Moscou, onde não existe liberdade de imprensa, conforme respondeu André Gustavo ao general. Ela só poderia ser feita em São Paulo, Brasil, nos dias de hoje. (*Isto É*, ano 2, nº 64, 15/03/1978, p. 53-54).

Observa-se na citação acima que o jornalista não concorda com a associação feita pelo general e, ao contrário, contesta a afirmação dizendo que *Isto É* só pode ser publicada em um país que goze de liberdade de imprensa. Conclui-se, a partir dessa afirmação de Mino Carta, que *Isto É* não sofria no momento censura. Por outro lado, o jornalista escreve que outras pessoas no período, discordando do posicionamento de Hugo Abreu, acusavam *Isto É* de “adesão ao sistema”, e identificação com a ditadura militar. Esse argumento também é refutado pelo editor, com a justificativa de que essa seria a proposta de *Isto É*, desde o seu lançamento: “fugir do sectarismo”. Distintas leituras são feitas a partir de *Isto É*. Se por um lado ela é identificada com a esquerda, em outros vieses foi interpretada como alinhada ao poder.

Talvez o principal objetivo do lançamento de *Isto É*, de fato era a venda da revista e de publicidade. Não fugindo muito à função da grande imprensa, que pode ser também

compreendida, conforme Dias como mercadoria “com dupla vendagem, haja visto [sic] que é vendida ao leitor e ao anunciante”. Observa-se que os leitores desses veículos de comunicação são, como bem apontou o autor, “atingidos por dois tipos de publicidade: a política e a comercial” (DIAS, 1993, p. 31).

Foi possível observar a partir da análise das cartas de leitores e opiniões de leitores publicados em *Isto É*, que a criação da revista e sua atuação no cenário político nacional foi vista como positiva, por vários setores sociais, como: dos movimentos sociais, dos intelectuais, empresários, por membros da igreja, artistas e por políticos e etc.

Para analisar as cartas de leitores como expressão da opinião pública, é preciso estar atento ao fato de que nem toda a opinião está representada nas cartas que são selecionadas para publicação, pela própria direção dos veículos de comunicação. Por tanto, devem ser analisadas como cartas escolhidas intencionalmente.

Selecionei algumas cartas de leitores publicadas em *Isto É*, que expressam a visão de alguns leitores:

Isto É é o sinal de que já há um espaço para a liberdade, porque a própria revista vem abrindo esse espaço, questionando o que parecia inquestionável. (Darcy Ribeiro, antropólogo. *Isto É*, ano 2, nº 64, 15/03/1978, p. 55).

A leitura constante de ISTOÉ leva facilmente ao reconhecimento da honestidade e da coerência de suas posições. Além disso, verifica-se que suas opiniões são expressas com objetividade, numa linguagem fácil e direta, condizente com o propósito de atingir um grande público, mas sem resvalar para o vazio e o superficial. Louve-se também o conteúdo de suas matérias, sempre em perfeita sintonia com os aspectos mais críticos da realidade brasileira, trazendo em seu enfoque uma clara mensagem dirigida a todos os que aspiram a uma ordem social justa. (Dalmo de Abreu Dallari, professor da Faculdade de Direito da USP, presidente da comissão de Justiça e Pás da Arquidiocese de São Paulo. *Isto É*, ano 2, nº 64, 15/03/1978, p. 55).

No momento em que ISTOÉ comemora um ano de publicação semanal, agrada-me cumprimentar a direção deste prestigioso semanário, que já se firmou como um dos mais importantes órgãos de comunicação do país. Leitor assíduo, desde a época da publicação mensal, acostumei-me a iniciar a semana bem-informado, após a agradável leitura dos bem-redigidos artigos que ressaltam a alta qualidade do corpo redatorial da revista. (Dilermando Gomes Monteiro, Comandante do II Exército. *Isto É*, ano 2, nº 64, 15/03/1978, p. 55).

ISTOÉ, madrugadamente, se afirmou no conceito de opinião pública. Não teve infância. Embora com tão curta adolescência, esta emancipada. E é instrumento vigoroso da imprensa brasileira. (Eurico Rezende, senador, líder do governo. *Isto É*, ano 2, nº 64, 15/03/1978, p. 55).

Sr. Diretor: Perfeito! Brillhante! Refiro-me ao seu editorial publicado em ISTOÉ nº 101 (...) Não sei se possuo um bom “limite”, porém gostaria que todos os brasileiros estivessem em meu nível para perceber o quanto de importância existe no material apresentado. (José Maria Gurjão, Brasília - DF. *Isto É*, ano 3, nº 106, 03/01/1979, p. 60).

A maioria dessas cartas de leitores fazem referência a comemoração de 1 ano de *Isto É* semanal. Para a seção de opiniões foram selecionados naquela edição cartas de leitores conhecidos pelo público de *Isto É*, personalidades políticas, ou intelectuais que escrevem ou são entrevistados pela revista.

Em todos os casos acima expostos está presente a congratulação por parte dos leitores, tanto de representantes de esquerda, como de líderes do governo, pela publicação de *Isto É*. Elogiam a profundidade das críticas presentes nas matérias e, também referem-se a objetividade do jornalismo da revista. Porém na análise das cartas é preciso atenção, visto que o momento em que foram endereçadas é de comemoração pela trajetória de *Isto É*. Na maioria das vezes as cartas de leitores são endereçadas ao editor Mino Carta, muito elogiado por jornalistas e demais leitores.

O jornalista Mino Carta é responsável pelo lançamento de inúmeras revistas e jornais brasileiros, mas é conhecido, fundamentalmente, por sua expressividade como diretor de imprensa. Seu primeiro trabalho, no grupo *Abril*, de Vitor Civita, foi o lançamento da revista *Quatro Rodas*, “o prestígio do periódico fez Carta receber alguns prêmios Esso de Jornalismo”. Mais tarde, foi trabalhar no “*O Estado de S. Paulo*, onde fundou e dirigiu a edição de esportes entre 1964 e 1965. Posteriormente, foi convidado pela família Mesquita, proprietária deste último periódico, para criar o jornal da tarde, ficando nesse cargo no período de 1966 a 1968”. (KUSHNIR, 2001, p. 1151).

Mino Carta, “Em 1968, a convite de Victor Civita, retornou à Editora Abril com a tarefa de criar um novo semanário de informação” (KUSHNIR, 2001, p. 1151 - 1152), que se tornaria um dos trabalhos de maior destaque do jornalista, a revista *Veja*⁶, lançada em 8 de setembro de 1968. Em pouco tempo, *Veja* tornou-se a revista de maior circulação na América Latina e a quarta mais vendida no mundo.

⁶ Há vários trabalhos significativos sobre a revista *Veja*, como sugestão indico um trabalho de fôlego feito como tese de doutoramento por Carla Luciana S. Silva. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 – 2002)*. Vol. 1 e 2. UFF/UNIOESTE. Niterói, 2005.

Paradoxalmente ao discurso de Carta, anteriormente citado, a justificativa para a saída do jornalista da Abril teria sido “as pressões da censura” do governo, responsável pela abertura política, Ernesto Geisel:

Segundo o jornalista, a família Civita – proprietária da Editora Abril – queria limitar sua autonomia, prevista em contrato, aproveitando-se das pressões do ministro da Justiça, Armando Falcão, sobre o periódico. Sua saída de *Veja* teria feito parte de uma negociação entre a direção dessa editora e os órgãos de censura. A saída de Carta marcou o fim da censura à revista. (KUSHNIR, 2001, p. 1152).

As informações sobre a saída de Mino Carta da Abril são contraditórias, mas não cabe aqui entrar no mérito desta discussão. Observa-se que parece haver uma relação entre sua saída e o fim da censura à revista *Veja*. No entanto, o fato de Carta ter sido supostamente obrigado a deixar a revista *Veja* é curioso, principalmente, se partirmos da análise da relação estreita que o jornalista mantinha com Golbery, braço direito de Ernesto Geisel.

Na seqüência destaca-se a citação de uma entrevista a Alberto Dines, do livro *Eles mudaram a imprensa brasileira*, em que o jornalista afirma essa relação, e também aponta para a amizade existente entre Elio Gaspari e Golbery (Gaspari, também foi editor da revista *Veja*, e responsável pela publicação recente livros que tratam do período militar, com uma visão extremamente tendenciosa e alinhada aos interesses de seus amigos militares, Golbery e Geisel):

Há ainda outros dados que são quase evidências. Fui demitido, tudo bem. Assumi o chefe da sucursal de São Paulo, Walter Fontoura. Meu amigo e tal, mas não me contou nada, porque isso faz parte. E quem ele traz? Traz todo o esquema ligado ao Golbery. Quem é o jornalista, que é respeitadíssimo, mas era profundamente ligado ao Golbery? Elio Gaspari. *O Jornal do Brasil* não tinha maiores contatos. O Castelinho falava com o Golbery, mas não era do esquema; aliás, não era do esquema de ninguém, era do esquema dele. Mas havia jornalistas em São Paulo que eram do grupo do Golbery: Elio Gaspari e Mino Carta. Quem anos depois, levantou a bola de Lula foi Mino Carta. A pedido de quem? Do Goubery, que queria quebrar o MDB, queria criar uma força sindical não-comunista. Todo mundo sabe. (ABREU [et al], 2003, p. 109)

Percebe-se que os apontamentos de Alberto Dines retratam a promoção da figura de Luis Inácio Lula da Silva promovida pela revista *Isto É*, mas voltaremos a essa análise no último capítulo. A curiosa amizade entre Golbery e Mino Carta também foi abordada pelo próprio jornalista no livro de sua autoria *O Castelo de Âmbar*, bem como na entrevista publicada no livro *Eles Marcaram a Imprensa Brasileira*. Mino Carta afirma que Golbery era uma de suas fontes e o relacionamento entre ambos nasceu durante o seu trabalho na

revista *Veja*. Carta relata sobre Golbery: “Além de ser uma pessoa que tinha as informações mais *up-to-date* sobre os movimentos do regime militar, Golbery era também uma pessoa muito inteligente, que ajudava a raciocinar. Era excelente conhecedor do Brasil e do gênero humano nativo”. (ABREU, 2003, p. 201). Mino Carta aborda a troca de informações entre cavalheiros:

[...] a fonte muitas vezes planta informação. Está claro que politicamente nós divergíamos, mas ele não era um energúmeno e tinha um plano de distensão lenta e gradual, que depois virou abertura, que pragmaticamente era a saída possível. Ele tinha um senso de humor e às vezes plantava uma informação sem negar o que fazia. Outras vezes, dizia: “Vou lhe dar uma informação, mas não use, é só para você, o cidadão Mino Carta.” (ABREU, 2003, p. 201).

Nessa citação, Carta afirma que o posicionamento político entre ele e Golbery era diferente, porém havia uma afinidade pessoal. Na entrevista, o jornalista afirma que Golbery foi um dos responsáveis pelo golpe de 1964 e pelo projeto político posterior ao golpe, como também teve grande participação até mesmo na sucessão presidencial no período de redemocratização, primeiro com Figueiredo, que foi um nome proposto por Golbery a Geisel

[...] acho que o Golbery se desiludiu com os rumos tomados depois do golpe, mas foi um dos responsáveis pela tragédia que se abateu sobre o Brasil em 64. Diga-se que, nas grandes linhas, o plano dele ainda está em movimento, para desgraça do país. Sem Golbery não existiria Fernando Henrique. (ABREU, 2003, p. 204).

Na entrevista não fica claro porque Mino Carta atribui a Golbery parte da responsabilidade dos rumos tomados pela política no Brasil, no processo posterior a ditadura militar, mas em algumas passagens ele evidencia isso, como, na citação anterior, em que lança ao leitor a idéia de que sem dúvida Golbery não foi apenas mentor do golpe e do processo de abertura, mas também da manutenção do autoritarismo, a posteriori, evidente nos processos eleitorais que se sucederam e decorreram na eleição de Tancredo Neves, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. O jornalista também atribui à imprensa a influência no resultado das eleições:

Collor foi feito pela imprensa, ou melhor, pela mídia, porque a mídia é o poder. E o poder queria desesperadamente um anti-Lula. Essa era a ordem que partia de cima: “Achemos o anti-Lula! Quem é o anti-Lula? Bom, não será o Ulisses Guimarães, esse não é o anti-Lula. Covas? Não é o anti-Lula. Quem é o anti-Lula? Tem esse rapaz aí que fala em mordomias e marajás. Não é confiável, é bastante inconfiável, mas é o que temos...” O poder topou o Collor. (ABREU, 2003, p. 209).

É difícil situar politicamente Mino Carta dentro do contexto político da imprensa brasileira, principalmente pelas contradições em seus discursos. O jornalista se posiciona como um “intelectual orgânico” vinculado ao pensamento gramsciano. Também afirma ser um jornalista marginal com a seguinte visão sobre a imprensa brasileira:

[...] a imprensa no Brasil serve ao poder. E os profissionais, normalmente servem aos seus patrões. Eu me vejo como um marginal. Até 1975 trabalhei em grande empresas, onde fiz um trabalho dedicado, digamos assim, e certamente leal, mas desde 76 sou um profissional que tem de inventar o seu emprego, porque eu não emprego naquilo que se costuma chamar, não sei bem por quê, de grande imprensa. Imprensa muito ruim, se comparada aos parâmetros elevados da imprensa mundial. Provinciana e jactanciosa, que imprime em cores, quando grandes jornais do mundo são em branco-e-preto. Não estou dentro, sou marginal. (ABREU, 2003, p. 184).

Vale ressaltar que esse “marginal” foi o criador das revistas de maior circulação na atualidade no Brasil. Dentre elas *Isto É*, analisada nesta pesquisa em sua primeira fase, que corresponde ao ano de seu lançamento (1976) até sua venda ao empresário Fernando Moreira Sales, e a substituição de Mino Carta da direção de redação, por Tão Gomes Pinto, em 13 de maio de 1981 (COUTO, 2001, p. 2817). A opção por analisar esse período, está relacionada ao estudo da linha editorial que *Isto É* manteve nesse período, sob a direção de Mino Carta.

A primeira grande mudança em *Isto É*, que desde seu lançamento obteve um sucesso em suas vendas, gerando lucro aos sócios, deu-se a partir do número 11, em que a revista passou a ser publicada semanalmente, concorrendo com a revista *Veja*. No editorial, Mino Carta justifica o motivo dessa transformação. Segue o texto na íntegra:

Isto É revista semanal de informação a partir deste número. Da mensal que fizemos até agora, manteremos o espírito e algumas peças mais alentadas, tais como ensaios, grandes entrevistas, pesquisas em profundidade, capítulos e resumos de livros sintomáticos. Nesta edição, por exemplo, publicamos um conto de Milan Kundera, o dissidente checo. **Mas o nosso primeiro propósito passa a ser o de colher a atualidade ainda quente.**

Por que a mudança?

Porque existem para isto condições, digamos assim, técnicas. Mas especialmente existe a vontade, o ânimo, a crença. E explico. Somos nós que fazemos *ISTO É*, céticos no imanente e otimistas no contingente, e às vezes vice-versa, que ninguém é de ferro. E, norreados por tais sentimentos, acreditamos no nosso papel de jornalistas. Não nos falta supomos, a ironia de quem sabe da morte e a sente como o seu próprio esqueleto. Não nos falta, porém, o entusiasmo vital que urde o plano de apresentar nas bancas, todas as segundas-feiras, um órgão de imprensa realmente informativo, no sentido mais completo e satisfatório. [...] *ISTO É* sai em busca da razão dos fatos. [...] Somos organicamente avessos a fórmulas sectárias e à prepotência física e intelectual –

esta, freqüente, mesmo naqueles que se dizem, por exemplo, defensores da liberdade de expressão.

Dizer, genericamente, que prezamos a democracia, é pouco, de mais a mais num tempo em que as mais cruéis tiranias, a direita e a esquerda, se declaram democráticas. Acreditamos, isto sim, que a democracia não seja um sonho impossível num país como o nosso que jamais a conheceu de fato – o que nos leva a desconfiar dos saudosistas, pois não há de se ter saudade do que não houve. E queremos crer que liberdade e igualdade ainda serão um fato para uma nação que ainda não teve a chance de ser efetivamente testada. Para isso, ofereceremos a nossa contribuição, sem esquecer que ao jornalista cabe honestamente buscar a verdade factual, e que o contrário dela é a mentira. Acima de tudo, temos fé no aperfeiçoamento do homem, único animal que sabe rir e morrer por uma idéia.

Como se vê, cultivamos algumas ambições, mas ao mesmo tempo o nosso projeto é comedido, consciente das suas limitações, e neste sentido, também, brasileiro. Sou de certo um dos jornalistas que nas duas últimas décadas mais participaram da má digestão de um conceito de imprensa importado dos Estados Unidos. Assim, colaborei para a organização e o desenvolvimento de redações cada vez mais amplas e parecidas com repartições públicas, atendendo à nossa vocação burocratizante. Nelas, a função do repórter foi perdendo importância, em proveito de um trabalho que definimos como de equipe. E fomos aviltando a língua, patrimônio praticamente exclusivo de editores preocupados com *leads* – e também fomos perdendo de vista o extraordinário valor da presença do profissional, de um determinado indivíduo, dentro do fato, transformando seus olhos nos olhos de todos. Não poderíamos hoje dar-nos ao luxo de uma vasta redação. Contudo, se pudéssemos, ainda assim não retocaríamos este projeto que acaba de chegar às bancas, *ISTO É*, publicação disposta a manter um estilo genuinamente brasileiro, é uma revista de repórteres. E esta é também uma maneira de valorizar o homem. (*Isto É*, ano 1, nº 11, p. 5).

Nesse editorial, estão presentes vários elementos para pensar o posicionamento editorial de *Isto É*. Carta escreve sobre o conceito de semanário que querem alcançar e aborda o delicado espaço dos jornalistas dentro do novo formato da grande imprensa. Segundo ele, o jornalista deve sempre ter presente a preocupação com a “verdade factual”, e ainda trata do delicado conceito de democracia, remetendo-se aos princípios liberais de liberdade e igualdade que, conforme o jornalista, nunca foram experimentados no Brasil.

Isto É semanal também sofreu transformações “na própria disposição política da revista, que passou a apresentar uma postura mais claramente antigovernista” (COUTO, 2001, p. 2816). Isso se evidencia ao dedicar um espaço maior às matérias sobre política, Direitos Humanos, Exilados e Movimentos Sociais, presentes, inclusive, como destaque nas capas da revista, dessa forma, *Isto É* mantém o sucesso de vendas.

Empolgados com a aceitação de *Isto É*, em 1979, Mino Carta propõe a Domingo Alzugaray, seu sócio da *Encontro Editorial*, a criação de um jornal com um perfil crítico. Assim, é lançado o *Jornal da República*, “que circulou num período de 5

meses”. O jornal não vendeu o esperado e não conseguiu vender publicidade suficiente para pagar as dívidas geradas por ele, e para cobrir o rombo deixado usaram o orçamento de *Isto É*, que logo se esgotou. Alzugaray pressiona Mino Carta para fechar o jornal, porém, Carta, convencido de que o projeto poderia dar certo, propõe a Domingo Alzugaray a compra de sua parte do *Jornal da República* e de *Isto É*. Como as dívidas continuaram acumulando, Carta acabou vendendo ambos a Fernando Moreira Sales em janeiro de 1980. “Carta dirigiu *Isto É* por mais um ano, deixando a revista em 1981, segundo declarou pelas suas relações estreitas com a esquerda e sua dificuldade de relacionar com os novos donos da revista e o pessoal da redação” (KUSHNIR, 2001, p. 1152).

Em 13 de fevereiro de 1980, *Isto É* passou a ser apresentada como uma publicação da *Caminho Editorial*. O cargo de diretor-presidente foi assumido por Fernando Moreira Sales. Já a diretoria ficou composta por Armando Salem, Mino Carta, Antonio Fernando de Franceschi e Raimundo Faoro na presidência do conselho editorial.

Pouco mais de um ano, em 13 de maio de 1981, ocorreu nova reconfiguração nos quadros da diretoria de *Isto É*, em função de problemas com a censura. Nesse momento, Mino Carta deixa a direção da redação, sendo substituído por Tão Gomes Pinto e, Raimundo Faoro, também deixa a presidência do conselho editorial. Na sequência, outras alterações ocorreram, ao assumir a direção de redação Antonio Fernando de Franceschi.

Na terceira fase, a revista passou por uma fusão com o jornal *Gazeta Mercantil*. Essa associação resultou na alteração da diretoria e os cargos de diretor de redação e diretor-presidente passaram ao acionista majoritário Luis Fernando Levy. “Durante o período em que *Isto É* esteve sobre o controle da *Gazeta Mercantil*, a sua direção esteve a cargo do jornalista Milton Coelho da Graça”. (COUTO, 2001, p. 2817).

Em 1988, Domingo Alzugaray comprou novamente a *Isto É*, e promoveu uma fusão da mesma com a revista *Senhor*, publicação da Editora Três, de sua propriedade. Mino Carta foi chamado, por Alzugaray, para tocar o projeto de *Isto É Senhor*. Também voltou à revista com uma coluna semanal, Raimundo Faoro.

Já em sua primeira edição, *Isto É Senhor* explicitou o seu posicionamento diante do governo Sarney, que se aproximava de seu fim. Para a revista, a transição política havia “negado suas premissas” e Sarney “mostrava seus limites”. Constatava ainda que, “ao atingir o poder, a oposição portou-se como situação anterior”. (COUTO, 2001, p. 2817).

Nas eleições para prefeito de São Paulo, Mino Carta assinou o manifesto em favor do candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que resultou em grande repercussão, explicitando uma relação, também apontada por Mario Sergio Conti, entre *Isto É* e o governador do Estado Orestes Quércia:

Em novembro, o jornalista Mino Carta assinou um manifesto de apoio ao candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) à prefeitura paulistana, João Leiva, o que fez com que o jornal *Folha de S. Paulo* insinuasse que tal apoio era uma decorrência do fato de o governo do estado de São Paulo, então sob o comando do também peemedebista Orestes Quércia, ser um dos anunciantes de maior peso da revista. Mino Carta negou veracidade à insinuação, afirmando que tomara aquela decisão apenas como cidadão, não havendo qualquer vínculo entre a sua opção política pessoal e os rumos da revista. Anos mais tarde, em junho de 1993, domingo Alzugaray, proprietário da Editora Três, em entrevista à revista *Imprensa*, afirmou que *Isto É* dava “apoio ostensivo” ao ex-governador paulista por acreditar na “solução Quércia para o país” assim como havia acreditado em seu nome para o governo de São Paulo, ajudando inclusive em sua eleição. (COUTO, 2001, p. 2818).

Segundo Conti, essa relação foi mais além, pois “Quércia [...] ordenou que o governo e as estatais paulistas colocassem anúncios em *Senhor*. Convidou Mino Carta para ser o seu secretário de Cultura”, o jornalista não aceitou, mas que sugeriu o nome de Fernando Moraes, nome referendado por Quércia. (CONTI, 1999, p. 422).

Na compra de *Isto É*, Alzugaray contraiu uma dívida com Luiz Fernando Levy, de 3 milhões de dólares, parceladas em 36 prestações mensais. Conti aponta que para quitar a dívida Alzugaray:

Visitou os donos de agências, grandes anunciantes e o presidente da FIESP, Mario Amato. Estava contando que adquirira *Isto É* quando Amato o interrompeu: “sim, comprou a revista com o dinheiro do Quércia, não?”. Alzugaray explicou que não tinha sócios. A *Isto É* era só dele. Dera sua casa como garantia para comprá-la. O editor também procurou Quércia.

- Comprei a *Isto É*, governador, tenho que pagar mais de 80 mil dólares por mês durante três anos, e queria saber: posso contar com o amigo?

- Pode contar respondeu Quércia, levando a mão direita e botando o indicador quase na cara de Alzugaray. – Mas eu conto com você também. (CONTI, 1999, p. 422-423).

Em 1992, a revista volta a se chamar somente *Isto É*, mas continuou a ser uma publicação da *Editora Três*, dirigida por Mino Carta, até 1993, momento em que Carta e Raimundo Faoro deixam a revista por divergências com Domingo Alzugaray “acerca da

orientação política e conceitual da revista” (KUSHNIR, 2001, p. 1152), assumindo a direção Tão Gomes Pinto. Naquele momento, “os editores de *Isto É* anunciaram uma grande reformulação gráfica e editorial na revista. Inspirada em sua congênere norte-americana *Time*, a reformulação baseava-se em um texto mais ágil, que exigisse do leitor um tempo menor de leitura.” (COUTO, 2001, p. 2818). Tão Gomes Pinto ficou na direção da *Isto É* até abril de 1996, quando foi substituído por Hélio Campos de Melo.

Dentro deste contexto, é importante refletir sobre a força política e econômica representada pela imprensa, que inclusive pode ser compreendida como um partido político, como observou Antonio Gramsci (2001), em sua análise política lançada sobre o totalitarismo na Itália. Segundo o autor, observa-se que na falta de partidos políticos organizados e centralizados “são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos” (2001, p. 218). Porém, como alerta Gramsci, para estudar a imprensa como um partido “capaz de desempenhar a função de um partido político, é preciso levar em conta os indivíduos singulares e sua atividade” (p. 221) em meio, ou relacionada à imprensa.

Luiz Antonio Dias também trata da analogia entre imprensa e partidos políticos, abordada por Francisco Weffort, em seu artigo intitulado *Jornais são partidos?*, publicado na revista *Lua Nova*. Por não ter acesso a esse artigo, farei uso da citação de Dias:

As páginas editoriais dos jornais continuam sendo o espaço nobre dos jornais e a opinião flui, de modo explícito ou não, em todo o noticiário. Se os partidos são de opinião, nada surpreendente se estes às vezes se comportam como aqueles. [...] o problema é que embora se pareçam, às vezes, com partidos, jornais são, de fato, empresas e um público de leitores é muito mais um público de consumidores do que adeptos de uma causa política. (WEFFORT, 1984, p. 37-38, apud DIAS, 1993, 32-33).

Weffort faz uma interessante reflexão, e destaca que, embora se pareçam, há uma distinção entre imprensa e partidos políticos. Porém é preciso analisar que os partidos políticos, bem como a imprensa, exercem uma função empresarial, respeitando sua linha ideológico-política, mas usufruindo de parcerias, na arrecadação de fundos para financiamento de campanhas; utilizando-se do serviço de profissionais da área de publicidade e propaganda, para a construção de imagens vendáveis ao seu público alvo: os eleitores. Dessa forma, como alerta Gramsci, é preciso estudar o papel dos indivíduos dentro da imprensa, assim como que para entender o partido político tradicional é preciso estudar seus membros.

No desenvolvimento desta pesquisa, busquei compreender a trajetória jornalística de Mino Carta, bem como estudar a parceria entre ele e Alzugaray, com o objetivo de entender o posicionamento destes na construção da *Isto É*. Mas para entender melhor onde se situa politicamente a revista *Isto É* na conjuntura de ditadura militar, é preciso retomar o contexto em que a revista está inserida.

2. O Governo Geisel: Um Governo de Transição?

A partir de meados da década de 1970, houve uma grande efervescência e mobilidade política da sociedade brasileira. Este foi um período de transformações não apenas no cenário político nacional, com o processo de “redemocratização” ou como o presidente Ernesto Geisel preferiu chamar de distensão. Mas, foi um momento marcado por intensas manifestações populares, principalmente entre 1978 e 1980.

Observa-se que a conjuntura econômica também se alterou na década de 1970, pois, passado o período de grandes investimentos de capital internacional no país, o “milagre brasileiro” findou-se e a crise econômica intensificou-se após a crise internacional do petróleo. Nos anos posteriores, o Brasil vivenciou um momento de altas taxas de juros e de arrocho salarial acompanhados de um alto índice de desemprego. Como se não bastasse o descontentamento das classes baixas, as classes médias também são atingidas pela crise, que para esta última, se agrava ainda mais ao final do governo Geisel. Há descontentamento ainda por parte de segmentos empresariais brasileiros, que tecem críticas aos efeitos estatizantes do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), bem como à centralização excessiva do poder nas mãos do poder executivo:

[...] o empresariado se considerava à margem do processo político e condenava os rumos do processo econômico como nocivo à livre iniciativa. Enquanto os setores mais tradicionais (Paulo Maluf, Papa Jr.) denunciavam os efeitos danosos da estatização, setores mais modernos, ligados a ramos básicos da economia nacional, como Antonio Ermírio de Moraes, passaram a incorporar novos temas à sua crítica: exigiam redemocratização, eliminação das desigualdades sociais, política salarial mais justa. (PESAVENTO, 1991, p. 77).

As marcas dessa crise econômica são perceptíveis nos discursos da *Isto É* à época, e aparecem correlacionados à crise política. Os segmentos empresariais manifestam seus descontentamentos e suas expectativas com relação ao projeto político-econômico do governo de Ernesto Geisel e a seu sucessor, como veremos posteriormente.

A ditadura militar brasileira, hoje objeto de estudo da história, foi um período de grande intensificação das relações autoritárias na sociedade brasileira. No entanto, para a compreensão deste momento de explicitação da coerção à sociedade civil, é necessário refletir minimamente sobre a História do Brasil, onde encontraremos na formação da estrutura social, política e econômica brasileira, as bases de nosso autoritarismo, que remontam à sociedade escravocrata, de onde verticaliza-se nossa “estrutura social hierárquica”, como escreve Marilena Chauí:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como “cultura senhorial”, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação de mando-obediência. [...] A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem. (2000, p. 89-90).

É importante observar o modo como a sociedade brasileira naturalizou equivocadamente a idéia de que o “autoritarismo é um fenômeno político”, e que, vez por outra, “afeta o Estado”, como destaca Chauí. Segundo a autora, a partir desta concepção equivocada, tendemos a não visualizar que de fato “a sociedade brasileira é que é autoritária e dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político”. Contudo, sabidamente nos eximimos da responsabilidade pela perpetuação desse autoritarismo quando atribuímos sua responsabilidade ao ornamento político.

O autoritarismo brasileiro e da América Latina deve ser compreendido distintamente em suas várias formas e momentos de manifestação. Contribuem para esse debate os pesquisadores Guilherme O’Donnell, Raymundo Faoro, Paulo Sérgio Pinheiro, Francisco Weffort, entre outros, que procuram esmiuçar a complexidade em torno do entendimento e conceituação acerca do autoritarismo.

Ao considerar a análise feita por Chauí (2000) sobre o autoritarismo em nossa sociedade, podem-se lançar algumas considerações sobre a ditadura militar iniciada em 1964. Primeiramente, o Golpe de 1964, não pode ser considerado um golpe feito exclusivamente pelo segmento militar de nossa sociedade, sendo erroneamente chamado de “golpe militar”. Participaram do processo, que decorreu no Golpe de Estado de 1964,

vários segmentos da sociedade brasileira. Dentre esses segmentos, destacam-se os empresários, a igreja, e a imprensa brasileira que apoiou e se beneficiou muito com a tomada do poder pelos militares.

O processo que decorreu no Golpe de Estado está diretamente relacionado à renúncia de Jânio Quadros, bem como, a posse de João Goulart que, segundo Luiz Antonio Dias, “foi desastrosa para vários elementos do Exército e da burguesia”. Isso porque os ministros militares afirmavam que a posse de João Goulart “seria prejudicial à segurança nacional, devido as suas ligações com os sindicatos e com os grupos de esquerda, além de suas características populistas”. (1993, p. 48-49).

Para assumir a presidência da República, Goulart contou com o apoio do “III Exército do Rio Grande do Sul, dirigido pelo General Machado Lopes, e com o apoio do governador gaúcho, Leonel Brizola” (DIAS, 1993, p. 49). Em meio a divergências, os políticos encontraram como medida para o “impasse”, a “adoção do parlamentarismo” como regime de governo, gerando o enfraquecimento do cargo de presidente da República e a criação do cargo de primeiro-ministro. Ao firmar compromisso com os militares, João Goulart assume a presidência da República, contando com o apoio de vários segmentos da sociedade, assim como escreve Dias:

Vários setores populares também deram apoio à posse de Goulart: estudantes, trabalhadores e políticos de esquerda. A UNE (União Nacional dos Estudantes) decretou greve feral; o Comando Nacional de Greve deflagrou, também, uma greve nacional em defesa da legalidade. (1993, p.49).

No entanto, em 1963, ocorreu um processo de plebiscito no Brasil, em que os brasileiros optaram entre os regimes de governo parlamentarista e presidencialista. Nessa consulta, que fora antecipada por mobilização da esquerda que objetivava “alçar João Goulart, de fato, ao poder”, o presidencialismo ganhou com uma significativa diferença de votos, para o descontentamento de “setores de direita”, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) que, conforme Dias: “já organizavam um possível golpe militar contra o governo Goulart” (1993, p. 55).

João Goulart, com característica claramente populista, teve sua imagem associada ao comunismo, tanto pelos militares no momento da renúncia de Jânio Quadros quanto pela imprensa e segmentos conservadores da sociedade brasileira. Segundo Marco Aurélio Mattos, “os ministros militares vetaram seu nome, acusando-o

de ser simpático ao comunismo” (2003, p. 7). Não ao acaso, na década de 1960, nas Américas, construiu-se discursivamente a idéia de analogia entre o populismo e o comunismo. É importante destacar que este era o período culminante da Guerra Fria, e o comunismo transformou-se na grande ameaça ao mundo ocidental cristão capitalista.

Nesse contexto, a grande imprensa foi um dos agentes responsáveis por esse medo social do comunismo, veiculando mensagens portadoras de ideologias de direita, como observa Dias:

Em certa medida os meios de comunicação de massa foram os responsáveis por este clima de medo. Os interesses norte-americanos estavam em jogo, bem como os interesses da burguesia nacional. [...]. Este medo surge devido ao fato de que o Brasil faz divisa com quase toda a América Latina. Caso o Brasil se tornasse pró-comunista seria um modelo a ser seguido e poderia transformar-se em um grande campo de treinamento de guerrilheiros para toda a América do Sul. (1993, p. 60-61).

Essa ideologia de direita, presente no discurso da grande imprensa brasileira, foi e é responsável pela representação pejorativa do comunismo e da própria ideologia de esquerda, bem como de seus representantes sócio-políticos. Percebe-se que os meios de comunicação de massa são os principais difusores ideológicos das sociedades contemporâneas e ecoaram, com certo entusiasmo, os ideais estadunidenses da Guerra Fria, relacionando o comunismo à imagem do diabo, a fantasmas vermelhos, ao “bicho papão”, ao ateísmo e à idéia pejorativa de subversão.

No caso do Brasil, o militarismo foi responsável pela construção de um imaginário nacionalista, desenvolvimentista em contraposição ao governo anterior, representante do “comunismo”, e também do atraso econômico e social do Brasil. Com a difusão da ideologia de Segurança Nacional, buscou-se criar a idéia de uma harmonia social, aliada à imagem de um povo pacífico e ordeiro. O Brasil unificado rumava ao tão almejado “progresso”.

A ditadura, desde o golpe de Estado de 1964, deu a si mesma três tarefas: a integração nacional (a consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais), a segurança nacional (contra o inimigo interno e externo, *Isto É*, a ação repressiva do Estado na luta de classes) e o desenvolvimento nacional (nos moldes das nações democráticas ocidentais cristãs, *Isto É*, capitalistas). A difusão dessas idéias foi feita nas escolas com a disciplina de educação moral e cívica, na televisão com programas como “Amaral Neto, o repórter” e os da Televisão Educativa, e pelo rádio por meio da “Hora do Brasil” e do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), encarregado, de um lado, de assegurar mão-de-obra qualificada para o novo

mercado de trabalho e, de outro, de destruir o Método Paulo Freire de alfabetização. (CHAUI, 2000, p. 41-42).

No ano de 2004, foram organizadas atividades acadêmicas, no Brasil, referentes aos 40 anos do Golpe de Estado de 1964, como seminários, livros, revistas temáticas, cadernos especiais da imprensa e etc. Em meio aos debates travados em torno dessa temática, alguns trabalhos apontaram para uma perspectiva historiográfica reacionária, “supervalorizando teses de cerca de dez anos atrás, enquanto o acúmulo anterior de pesquisas foi sistematicamente negado” (MATTOS, 2003, p. 15). Houve, nesse contexto, uma exacerbação das pesquisas do CPDOC, produzidas em 1994, sobre os militares filiados à mesma posição defendida pelo jornalista Elio Gaspari,

[...] que não só nega qualquer motivação econômico-social, e qualquer nível de conspiração articulada (“o exército dormiu janguista e acabou revolucionário”), como atribui o golpe ao jogo das individualidades dos personagens – Jango vacilante ou os militares mais moderados ou mais duros por personalidade – e às contingências factuais (MATTOS, 2003, p. 15).

Afirmações, como as feitas por Gaspari, remontam a um antigo argumento utilizado pela direita, de que, tanto a direita, quanto a esquerda foram igualmente responsáveis pelo golpe. A justificativa é de que a esquerda vinha se mobilizando e planejando um golpe, e que estava se armando para o momento da revolução que conduziria a sociedade ao comunismo. Como resposta a essa suposta mobilização das massas, os militares anteciparam o golpe para barrar o comunismo e conduzir o poder político “às mãos seguras da burguesia liberal”. Assim, tira-se de cena a política Janguista e sufoca os movimentos sociais.

É importante destacar que há, nessa historiografia, uma “negação e criminalização dos movimentos e lutas da sociedade – a capitulação diante da história oficialmente correta é escancarada” (GRECO, 2005. p. 1). Observa-se que a direita disponibilizava, de longa data, de um exército, assim como de um Estado com todo seu aparato burocrático e também de todo um aparato institucional. Portanto, não se pode equiparar forças entre a esquerda e a direita no momento anterior ao golpe.

Parte dos historiadores que estudam a ditadura militar, influenciados pelo próprio discurso militar, abordaram e mapearam a organização militar das décadas de 1960, 1970 e 1980 da seguinte forma: dividida em três grupos hegemônicos, identificados como “nacionalistas”, “linha dura” e “castelistas”. A divergência entre os três grupos teria sido

constante entre os longos anos de ditadura militar. Em 1974, a ascensão de Ernesto Geisel à presidência teria significado o retorno do grupo “castelista” ao poder. As metas políticas propostas na candidatura de Geisel foram de uma “abertura lenta, gradual e segura”, sem repressão e perseguições políticas, combatendo ao único mal existente “o comunismo”. O governo Geisel representaria a continuidade do projeto político de Castelo Branco, para uma abertura política. Projeto que teria sido interrompido pela “linha dura” personificada na figura de Costa e Silva. Ao tratar dos castelistas, Bernardo Kucinski aponta que:

Sua origem política remonta à União Democrática Nacional, o partido da oligarquia cafeeira e do capital bancário, financiador das explorações, que combatia o regime populista através de uma retórica “democrática” muito curiosa. Colocava a democracia como um objeto distante; estratégico, para o dia em que o ascenso das massas não deixasse outra alternativa senão a de instalar meios civilizados de mediação entre as classes. E queria que fosse uma democracia no estilo da norte-americana, exatamente para impedir a real participação das grandes massas, ou emascular suas vontades – o que era conseguido com grande eficácia pela falsa alternância no poder do modelo norte-americano de dois grandes partidos (KUCINSKI, 1982, p. 16).

O plano de Geisel aparentemente pôs de lado a chamada “linha dura” das forças armadas, mas, analisando as ações de seu governo com olhos mais atentos, constata-se que, ao contrário, houve no governo Geisel uma conciliação de forças distribuída entre seus ministérios. O braço direito de Geisel foi o “castelista” Golbery do Couto e Silva – chefe do Gabinete Civil da Presidência. Sabe-se, hoje, a partir das fontes disponíveis sobre a ditadura militar, que Golbery foi responsável por inúmeros abusos cometidos contra a sociedade brasileira na “caça aos subversivos”, apoiando permanentemente as ações do governo Geisel e tendo carta branca, concedida por Geisel, para tomar as decisões que quisesse.

Observa-se na conduta de Golbery ações que poderiam caracterizá-lo como mais um homem da chamada “linha dura”. No entanto, em meio às disputas pelo poder, parte da historiografia convencionou em caracterizá-lo como um “castelista”. Importante observar que mesmo havendo essa dubiedade no posicionamento político de Geisel, que contradizia ao seu discurso, não se pode pensar nas forças armadas, durante a ditadura militar, como um bloco homogêneo, pois são inegáveis as divergências internas tanto de pensamento como de ação.

Segundo o discurso proferido pelo próprio Geisel, para compensar o nome do general Golbery, teria nomeado para o Ministério da Justiça Armando Falcão, político de

direita que deveria conciliar as ações de seu governo com os interesses da “linha dura” das Forças Armadas (KUCINSKI, 1982, p. 43).

Mas é preciso ter cuidado ao analisar a divisão entre as forças armadas no Brasil. Nota-se que o uso da diferenciação entre os variados segmentos militares, e não apenas os três, como se convencionou caracterizar, não deve ser utilizado no sentido de acobertar as atrocidades e abusos autoritários praticados por todos os governos militares. Sabe-se que o governo de Ernesto Geisel não foi o mais brando da ditadura, como querem mostrar nas recentes publicações de livros, como: *A ditadura envergonhada*; *A ditadura escancarada*: as ilusões armadas; *A ditadura derrotada*: o sacerdote e o feiticeiro. Esses livros são de autoria de Elio Gaspari, jornalista e amigo de Ernesto Geisel.⁷ Em suas obras, Gaspari defende a tese de que o fim da ditadura tratou-se do término de uma bagunça generalizada do estado brasileiro. Essa afirmação pode ser lida na introdução do livro *A ditadura envergonhada*: “Para quem quiser cortar caminho na busca do motivo por que Geisel e Golbery desmontaram a ditadura, a resposta é simples, porque o regime militar, ortorgando-se o monopólio da ordem, era uma grande bagunça” (GASPARI, 2002, p. 41).

Não é crível atribuir a Geisel a condução da sociedade a uma democracia plena. O ex-presidente afirmou em entrevista concedida ao CPDOC, que não considerava, ao final do governo Figueiredo (e tão pouco, à época da entrevista, 1994), a sociedade brasileira esclarecida para eleger de forma direta os representantes da nação. O ex-presidente também afirmou, em sua entrevista, que seria mais prudente eleger através do colégio eleitoral os governadores de Estado e o presidente da República. Geisel apontou a decisão eleitoral de 1989, para presidência da República, como o exemplo do fracasso da decisão popular, momento em que foi eleito pelo Partido da Renovação Nacional (PRN) Fernando Collor de Melo. (CASTRO e D’ARAUJO, 1997, p. 443 - 444).

Gaspari omite a observação de que, em momento algum, a ditadura se “envergonhou”, como ele diz no título de seu livro, e que em momento algum se desculpou com o povo brasileiro, pela repressão cometida. Outro equívoco na obra do jornalista,

⁷ Elio Gaspari é jornalista e assumiu a direção da revista *Veja* no momento da saída de Mino Carta, em 1976. Recentemente Gaspari foi responsável pela publicação de livros referentes à ditadura militar no Brasil. Na introdução do livro *A ditadura envergonhada*: as ilusões armadas, Elio Gaspari deixa claro seu vínculo afetivo com o ex-presidente Ernesto Geisel. Ler os livros de Gaspari nos remete a um agradável passeio pela ditadura militar, pode parecer absurdo, mas o jornalista conseguiu escrever uma linda estória sobre a ditadura militar, onde seu amigo Geisel, com a perspicácia necessária, teria conduzido o Brasil para uma tranqüila e segura democracia.

refere-se a consideração de que a ditadura militar teria iniciado com o AI-5, em 1968, e partindo dessa premissa, Gaspari alega que os “castelistas” se envergonharam com o “golpe de 1968”, o que não é verdade.

Outro aspecto a ser criticado diz respeito à manutenção do descaso com a história e com a memória do povo brasileiro, uma vez que este tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a ditadura, negados por particulares e por presidentes da chamada República Nova. Homens que alegam ter lutado junto às massas contra os militares, e hoje, impedem o acesso aos documentos desse período,⁸ o que dificulta o trabalho de pesquisadores e impede que familiares e amigos de desaparecidos obtenham mais informações sobre elementos de suas próprias histórias. Ainda hoje é possível encontrar trabalhos que se pretendem sérios, mas que reforçam o discurso da omissão e a amnésia, produzidos nos bastidores da ditadura. Diante disso, faço minhas as palavras de Davi Maciel (2004), num contra-discurso:

[...] o processo de transição não foi produto exclusivo das iniciativas do governo militar e das diversas frações do bloco no poder, apesar da presença constante de um “projeto estratégico” em operação, *mas da interação entre os diversos agentes políticos e sociais*. Seria um erro avaliar o processo de transição apenas em função da capacidade de direção da arena da disputa política assumida pelo governo militar, ou em função do êxito do bloco no poder em manter sua unidade orgânica, pois essa visão corrobora o próprio método de institucionalização do conflito político adotado no Brasil, além de desprezar na

⁸ Além do impedimento a consulta dos documentos referentes à ditadura militar em posse do Estado brasileiro, nos deparamos também com a restrição a particulares, de acesso a documentos importantíssimos sobre o período, como é o caso do acervo particular de Elio Gaspari, com entrevistas do ex-presidente Ernesto Geisel. Na seqüência cito Heloísa Greco, que trata com devido cuidado essa questão: “A abertura dos arquivos da repressão parece ainda remota, o que configura exemplo expressivo da eficácia da estratégia do esquecimento. O direito à informação sofreu recentemente mais um duro golpe. A Lei dos Arquivos, de número 8 159/ 91, regulada pelo decreto 2 134/97, já é bastante rigorosa ao fixar em sessenta anos (30 anos prorrogáveis por mais 30) a restrição a “documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado”. Pois bem, no apagar das luzes do governo Fernando Henrique Cardoso, foi baixado o decreto 4 553, de 27 de dezembro de 2002, que torna permanente o sigilo dos documentos classificados como ultra-secretos: cinquenta anos com renovação por tempo indeterminado, ou seja, ad aeternum. Tal decreto foi elaborado no Gabinete de Segurança Institucional, pelo general Alberto Cardoso. O mais grave é que o governo Luís Inácio Lula da Silva resolve manter a medida, apesar da flagrante inconstitucionalidade (decretos não têm força de lei, eles regulamentam leis) e do caráter obscurantista dele. Mesmo agora, com toda a comoção provocada pelo episódio das fotos dos porões da ditadura, fez-se apenas revisão do decreto do sigilo eterno através da Medida Provisória 228 – aprovada em 15 de março de 2005 - quando o que interessa é a sua revogação e, mais ainda, a abertura dos arquivos sem mais delongas, o que depende exclusivamente da vontade política do presidente da República. Tal medida provisória mantém a essência e a inconstitucionalidade do decreto 4553/2002: ela institui comissão interministerial (que inclui as Forças Armadas) que regula a acessibilidade dos documentos, podendo negá-la “enquanto for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Em outras palavras: está mantida a figura esdrúxula e absurda do sigilo eterno trata-se do coroamento de duas décadas de pressões militares voltadas para a preservação da estratégia do esquecimento – é a anistia / amnésia seguindo o seu caminho. (GRECO, 2005, p. 7).

análise todo um elenco de problemas decisivos para o processo da luta de classes. De outro modo, os avanços e recuos dos movimentos sociais das classes subalternas também devem ser levados em conta, caso se queira compreender a luta política sob a perspectiva da totalidade (p. 25-26. Grifo meu).

Retornando à análise das obras de Elio Gaspari, que tratam sobre a ditadura, julgo ser de extrema importância perceber a quantidade de questões levantadas por ele em sua “obra grande” sem referenciar, em momento algum, os conflitos e tensões geradas no interior das classes sociais, como muito bem apontou Maciel. Gaspari omite, de acordo com o discurso militar, a participação da sociedade brasileira no processo de abertura, como se toda a transformação tivesse se gestado e se dado por cima, sem pressões, sem crises e sem tensões – obra exclusiva de algumas figuras que representariam o “Estado”. Na seqüência, faço uso de uma citação, para elucidar melhor essa questão:

A etapa seguinte inicia-se com a conjuntura pós-Pacote de Abril e se desdobra até as eleições diretas para governadores estaduais, em 1982. Nesse período, as contradições sociais herdadas da etapa anterior são amplificadas, com o aguçamento das divergências no seio do bloco no poder e no campo governista e com a emergência das classes subalternas à cena política, levadas pela necessidade de se constituírem como sujeitos políticos independentes, e alimentadas por uma perspectiva de democratização antagônica àquela pretendida pelo governo militar. Essa situação potencializa a eclosão de uma crise de hegemonia, que poderia colocar em questão tanto a forma ditatorial do Estado como o próprio caráter autocrático-burguês do modelo de transformação capitalista desenvolvido no Brasil. As iniciativas operadas pelo governo militar e pelo bloco no poder, para sufocar essa potencialidade, avançam de acordo com o propósito original de desativação paulatina do cesarismo militar e de dinamização/pluralização seletiva do conflito político, porém se desdobram em diversas frentes e por caminhos tortos (MACIEL, 2004, p. 23).

A partir dessa citação, pode-se perceber que Geisel utilizou todo o poder que dispunha para dar segmento à manutenção da “ordem”, combatendo os chamados “subversivos”, com o intuito de calar as massas e eliminar o direito de reivindicação política e social. Feito isso, o governo toma, exclusivamente, para si o devir histórico, a sua maneira, evidentemente. Geisel, em entrevista ao CPDOC, em 1994, afirma ter usado poderes que lhe foram conferidos pelo AI-5, para dar seguimento aos seus projetos e que, segundo ele, não poderia ter sido diferente:

Quando a oposição resolveu ir para a luta, recusando aprovação ao projeto de reforma do Judiciário que ela antes tinha endossado, eu também tive que ir a luta e usar o meu poder. *Eu tinha poder, o AI-5 estava em vigor*. Se estava em vigor, eu não podia usá-lo? Eu não podia dizer amanhã que não fiz isso, não fiz aquilo, porque não tinha instrumento de ação os instrumentos estão aí para serem usados de acordo com as necessidades e quando oportuno (CASTRO e D’ARAÚJO, 1997, p. 419. Grifo meu).

A contradição do discurso de Geisel, referente ao AI-5, fica muito clara na entrevista concedida por ele ao CPDOC. No primeiro momento, ele afirma ter feito uso do AI-5 e justifica o dever em fazê-lo. No segundo momento, diz ter eliminado o AI-5, pois este representava uma “excrecência” e devia ser eliminado. “Fiz algumas coisas boas para o país. Dei alguns impulsos no progresso material, na melhoria do quadro social e político, e consegui vencer todas as resistências e *acabar com o AI-5, que era uma das excrecências que tínhamos.*” (CASTRO e D’ARAÚJO, 1997, p. 422. Grifo meu).

Em entrevista concedida à revista *Isto É*, em junho de 1976, o deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada, líder do governo na Câmara, declara: “Sempre que estamos progredindo no caminho da distensão, surge o MDB”. Na seqüência da entrevista, responsabilizou o MDB pelos retrocessos no processo de distensão, e evocou como exemplos os pronunciamentos feitos por dois deputados do MDB, numa cidade na fronteira do Rio Grande do Sul, os quais foram considerados pelo governo como subversivos, ao considerarem a região, local um possível foco de insurreição. Os deputados foram cassados por Geisel:

Os rapazes estavam na fronteira do Rio Grande do Sul, a área mais explosiva para deflagrar a subversão no país. *Eles fizeram discursos dizendo que o governo brasileiro governava para si e para os estrangeiros.* Então, ao mesmo tempo, *eles estavam chamando o presidente de ladrão e traidor.* Eles andaram falando em Brizolla e Jango, *queriam em resumo fazer o Brasil voltar à era da baderna, da qual Brizolla era o capitão, e Jango caudatário;* sim, porque Jango era uma besta quadrada. Eles falaram num pequeno município, mas daí a subversão poderia se espalhar pela zona da fronteira, depois pelo Rio Grande todo, e em pouco tempo punham aquilo em polvorosa. Daí para se irradiar pelo Brasil inteiro era fácil. [...] *Aí você vê a importância democrática do Ato 5.* o presidente estancou o processo na hora, botou os homens para fora e, ao mesmo tempo, amedrontou todo mundo. *Parou o movimento subversivo e não atrapalhou a distensão.* Ele apenas removeu o entulho que impedia a marcha da distensão, que eu prefiro chamar de *aprimoramento democrático.* (*Isto É*, ano 1, nº 2, p. 42 – 48. Grifos meus).

É possível observar nessa citação, a culpabilidade atribuída pelos membros da Arena ao MDB pelas “falhas e retrocessos” no processo de distensão. Retrocesso que remeteria, segundo a fala de Lafayette de Andrada, a política brasileira ao momento anterior ao golpe, em que o poder político do executivo estava nas mãos dos opositores ao liberalismo, personificado nas figuras de Jango e Brizolla. Lafayette de Andrada referenda o ato autoritário de Geisel, no uso dos poderes lhes conferidos pelo AI-5, para cassar os mandatos dos políticos do MDB, e ainda afirma que essa medida fora tomada para manter em curso a marcha da distensão. Eis uma das muitas contradições do governo Geisel, em

que discurso e prática estão dissociados e que, dependendo da conjuntura, o discurso é reelaborado para justificar as ações do governo.

Isso se evidencia, por exemplo, na entrevista concedida por Geisel ao CPDOC, em que o ex-presidente mostra-se a favor do processo de abertura. Segundo ele, só não teria efetivado em seu governo uma definitiva distensão, por culpa da sociedade civil, que não estava e ainda hoje (refere-se a 1994, momento que concedeu a entrevista) não está preparada para tomar decisões tão importantes, como, por exemplo, a escolha do presidente da República.

Geisel também responsabilizou a oposição ao seu governo, principalmente o MDB, pelos retrocessos no processo de distensão. Para o ex-presidente, a “oposição não sabia ter calma e paciência para esperar” o trâmite correto dos eventos que conduziriam à democracia. Dessa forma, a cada *ação* praticada pela oposição, seu governo tinha uma *reação* que sempre significava um passo atrás no andamento do processo. Exemplo disso, teriam sido as cassações em seu governo. Geisel declara, em sua entrevista ao CPDOC, quem são os responsáveis pelo o que ele considerou os retrocessos em seu governo. Conforme o afirmado pelo ex-presidente, havia uma mediação feita, pelo seu governo, entre os interesses do grupo ao qual se vinculava “castelistas” ou “Sorbone” e os da “linha dura”, que exerceriam sobre seu governo pressões, referindo-se aqui ao fato do descontentamento por parte da “linha dura” às ações da oposição:

As pressões da oposição, a atitude de certos opositores no Congresso ou nos jornais retardavam a distensão. *Se a oposição se tivesse conduzido com mais cautela, sem exercer determinadas ações, possivelmente a abertura teria sido feita muito antes.* Não sei se está claro e compreensível o que estou dizendo. Mas é lógico: se o adversário começa a deblaterar contra o governo, a falar mal do governo, a reagir contra o governo, a conspirar contra o governo, necessariamente vem a reação. *Tanto que eu tive de fazer várias cassações.* As ações da oposição exacerbavam a área da linha dura, daqueles que de certa forma estavam ao lado do governo, mas eram a outra parte que eu necessitava vencer. Minha luta se travava em duas frentes. Não era uma tarefa fácil! Era necessário agir com muita reflexão. (CASTRO e D'ARAUJO, 1997, p. 420. Grifos meus).

Aproveitando essa discussão sobre a responsabilização, por parte de Geisel, dos opositores no “retardamento do processo de distensão”, e relacionando com a discussão anterior sobre os discursos de fragmentação das forças militares presentes, inclusive, no discurso de Geisel, considero importante argumentar contra essa segmentação. Destacar que era de comum acordo dos militares, o uso de métodos de tortura utilizados para a

obtenção de informações, bem como a “eliminação” de pessoas que representassem, de alguma forma, uma ameaça ao curso da “revolução”. O divisor de águas entre os militares seria, então, a duração da ditadura, uma vez que a chamada “linha dura” pretendia prorrogar o regime militar. Já os “castelistas” objetivavam, de forma “segura”, devolver ao povo a administração do país, mas isso em conformidade com o projeto de Geisel de uma transição “lenta, gradual e segura”, que previa a continuidade do governo militar, em pelo menos mais um mandato.

Maria Celina D’Araujo (2002), analisando os documentos do Ministério da Justiça, representado por Armando Falcão no governo Geisel, concluiu que, se olhado pelo ângulo das ações, o governo Geisel representa apenas mais um governo do regime militar. Mesmo levando em consideração que os documentos analisados pela autora “retratam mais o perfil e a atuação do ministro e do grupo militar a ele vinculado do que a ação mais global do governo no plano político” (2002, p. 23). Nessa observação, a autora refere-se às ambigüidades da distensão e às contradições presentes nos diferentes ministérios. É importante observar, que mesmo ambíguo, o governo de Geisel foi responsável pela construção de um discurso muito forte em torno da distensão. Esse discurso foi propagado por meio dos aparelhos ideológicos do Estado e da imprensa a qual Geisel se encarregou de cooptar. No entanto, a prática mostrou-se muito adversa ao discurso, e os documentos do Ministério da Justiça exemplificam minha afirmação.

A rigidez no combate à imprensa de oposição, por exemplo, é visível no discurso do Ministro da Justiça, Armando Falcão, que sugeriu a Geisel soluções para enfrentar os problemas junto aos meios de comunicação, combatendo duramente a imprensa de oposição, e estabelecendo uma aliança com a grande imprensa com o intuito de que a mesma não ousasse difamar o governo.

Conforme já tratado no primeiro capítulo, em meio a esse contexto, ainda de vigilância à imprensa brasileira, foi criada a revista *Isto É*, em 1976, que segundo Mario Sergio Conti, nasceu com um viés político, com intuito de atingir um público predominantemente masculino. A idéia da revista era de se contrapor ao governo, já que, segundo Mino Carta, os bajuladores do governo pertenciam à imprensa constituída, como *Veja* e *Organizações Globo*. Por isso, uma nova revista para se estabelecer e conquistar o mercado precisava diferenciar-se, inovando e mostrando outras vozes da sociedade, “atingindo o calcanhar”, para ter a atenção.

É possível observar, em artigos e editoriais de *Isto É*, um posicionamento em favor da democracia e contra o autoritarismo. Na edição de número 11 da revista *Isto É*, em seu editorial, Mino Carta escreve sobre a política da revista para as novas publicações, ressaltando o conceito de democracia reivindicado nas páginas de *Isto É*:

Dizer, genericamente, que prezamos a democracia, é pouco, de mais a mais num tempo em que as mais cruéis tiranias, à direita e a esquerda, se declaram democráticas. ***Acreditamos, isto sim, que a democracia não seja um sonho impossível num país como o nosso que jamais a conheceu de fato – o que nos leva a desconfiar dos saudosistas, pois não há de se ter saudade do que não houve.*** E queremos crer que liberdade e igualdade ainda serão um fato para uma nação que ainda não teve a chance de ser efetivamente testada. (*Isto É*, ano 1, nº 11, p. 5).

Observa-se, no discurso de Mino Carta, que é em favor de uma democracia plena que a revista se posiciona, e não das formas de democracia que o Brasil de fato teve. Nesse momento, o jornalista aproveita para criticar os “saudosistas” que sentem a falta de algo que, segundo ele, não existiu. Contudo, é preciso fazer uma diferenciação entre os vários momentos de autoritarismo no Brasil e também um parêntese no que se refere à ditadura militar, que de longe fere muito mais os princípios democráticos. É importante destacar que, nesse momento de grande crise política, a bandeira levantada pelo partido opositor, o MDB, era a reivindicação de eleições diretas.

Diante disso, percebe-se que a crítica ao sistema era restrita à esfera política, e algumas alas do partido também reivindicavam a anistia e uma reforma partidária. Mas, o MDB e outros segmentos opositores não podiam se manifestar de forma fervorosa, em favor de uma ampla democracia, pois eram acusados pela Arena de subversivos. Isso poderia provocar uma reação negativa através do endurecimento do regime, como exemplificado na entrevista de Geisel ao CPDOC. A revista *Isto É*, em várias de suas matérias, tece críticas às atitudes de contestações ao regime, como no caso dos pronunciamentos de políticos do MDB do Rio Grande do Sul, que acabaram cassados. A revista aponta a importância da cautela no processo de transição e faz menção ao projeto de Geisel, de uma abertura lenta gradual e segura.

Esse projeto vale também para a economia como se observa na matéria de *Isto É*, com o título “Economia: persistência como arte de governar”. Há no texto uma frase de Geisel referente à “adaptação gradual da economia às novas realidades internacionais”. Geisel afirma: “é preciso saber esperar”. Segundo o jornalista Rolf Kuntz, “O ajuste econômico, portanto, tem as mesmas características da distensão, na

linguagem do presidente” (*Isto É*, ano 1, nº 11, p. 67). Nessa mesma linha de raciocínio, Maria Celina D’Araujo (2002) adverte que os inimigos do governo são os inimigos do capitalismo, como, por exemplo: a imprensa “alternativa”, como, *Pasquim*, *Crítica*, *Opinião* e, o muito perseguido por Armando Falcão: *Jornal do Brasil* (2002, p. 28).

Marcos Sá Corrêa, colaborador da revista *Isto É*, escreveu um artigo com o título “O Governo não tem nenhum projeto. E agora?”, em que o autor critica o projeto político do governo Geisel e afirma que “políticos estavam desconfiados que Geisel não tem um projeto político de distensão, talvez nunca o teve”. O jornalista declara que o governo pode até ter intenções políticas, mas falta a aplicação das mesmas, como mostra seu discurso na citação abaixo:

O governo Geisel, disso pelo menos o país parece convencido, cumpre um desígnio misterioso, raramente manifesto nas suas providências de ordem prática. Cabe à imaginação criadora nacional colando esses fragmentos, à primeira vista caóticos, num mosaico que reconstrua, ainda que num conjunto riscado de cicatrizes e suturas malfeitas, o majestoso painel original – o projeto de distensão.

Esses dados confirmam uma impressão que há algum tempo começa a se delinear na cabeça mais criadora dos políticos brasileiros. Eles desconfiam que *o governo não tem, talvez nunca chegou a ter, um projeto político* – aquele programa especificado de reformas que, neste país de bacharéis, corporifica, efetivamente, o roteiro da salvação nacional.

O presidente Geisel pode ter intenções políticas. Falta-lhe, no entanto, o plano de sua aplicação. É essa a intuição ou a descoberta que está no fundo das manobras de negociação entre os partidos, a lhe conferir uma certa audácia e alguma dose de originalidade. Um caso raro de iniciativa dos políticos (*Isto É*, ano 1, nº 11, p. 9 – 10. Grifo meu).

É importante lembrar o discurso do ex-presidente Geisel, na entrevista concedida ao CPDOC, em que ele afirma que não era intenção de seu governo promover de imediato a democracia, ou mesmo eleições diretas. Geisel indicou em seu discurso não acreditar que a população tivesse maturidade para a escolha de seus representantes. Dessa forma, as constatações feitas por políticos e jornalistas, de que Geisel não teria um projeto político é, em parte negada, já que Geisel tinha um projeto que compreendia a manutenção do sistema, que só cederia a abertura paulatinamente.

O jornalista Villas-Boas Corrêa destacou, em um artigo da *Isto É*, a questão da sucessão de Geisel, com um certo tom de cobrança de uma atitude democrática. O autor ressalta que indiferente de quem seja o sucessor o que importa é que seja de fato comprometido com um programa democrático. Vejamos parte do texto de Villas-Boas:

Ora, muito bem. Mas ocorre que o chão das decepções arenistas (e de todos os cômodos dos políticos) está forrado por grosso tapete de projetos de distensão democrática, gradual (ou não), espontaneamente assumidos e constrangidamente descumpridos. Papéis velhos, datados de 1964 (lembrem-se: a Revolução era para salvar a democracia ameaçada pela sindicalização comunizante do janguismo), de 1967, com uma Constituição bem-intencionada e mal-compreendida, de saudosa memória, poucos, apenas alguns trechos de discursos do governo Médici atirados em cima de um projeto de Constituição que a mão então já inválida de Costa e Silva não conseguiu assinar. E outros vem mais recentes.

Se muitas palavras se perderam, levadas pelo vento, isso não quer dizer que elas tenham perdido o sentido e a valia. A Arena, se seguir o conselho de algumas ousadas experientes, reclamará do candidato compromissos com o futuro. Claros, límpidos, definidos e com data certa para o resgate. O discurso do general-candidato na convenção do partido não deveria ficar no agradecimento, mas ganhar conteúdo e densidade para alçar-se ao nível de um compromisso com o país.

É isso que está sendo pensado por algumas cabeças arenistas. Pensando e conversado, como quem nada quer mas só semeia em terra arrasada.

Se der certo, o quinto general ascenderá à presidência comprometido com um programa democrático e não como militar que assume o comando para dar uma traquejada na tropa.” (*Isto É*, ano 1, nº 11, p. 10).

Neste artigo, Villas-Boas remonta à memória do golpe de 1964, que se convencionou, à época, chamar de *Revolução*⁹, que representaria a tomada do poder pelos militares, para na seqüência devolver aos civis. Esse processo de transição, apoiado por diversos segmentos da sociedade civil, deveria ser breve, mas não foi, o que desapontou uma parcela das pessoas que inicialmente apoiaram o golpe.

Os militares, com o poder nas mãos, trataram rapidamente da sua manutenção. Para isso, utilizaram-se de todo um aparato repressor, além de “medidas legais”, como o adiamento do processo eleitoral e a conseqüente nomeação de Costa e Silva como sucessor de Castelo Branco, e na seqüência a nomeação de Médici, a de Geisel. Durante o governo Geisel, foi adotada uma medida para assegurar mais tempo de mandato ao futuro presidente militar, aumentando o mandato presidencial para 6 anos. Assim, a “revolução”, que se pretendia breve, contou ainda com mais um representante, Figueiredo sucedendo Geisel.

⁹ Cf. DIAS, Luiz Antonio. Os golpistas de 1964 tinham como objetivo tirar do poder João Goulart e as forças políticas que o apoiavam. “Criticavam o movimento dos sargentos por considera-los inconstitucional, desta forma tentavam mostrar a tendência de Jango em ignorar a lei. Criticavam os planos de alfabetização porque tinham tendências comunistas, desta forma o aceite de Goulart a estes planos o tornava um comunista. Atacavam os movimentos grevistas porque estes paralisavam o país e o presidente por negociar com os grevistas acabava sendo cúmplice no processo de estagnação” também “criticavam o projeto de reforma agrária”, bem como as propostas de “reformas de base”. Dessa forma, “o fim do governo Goulart marcava o início de uma nova era; com o fim das Repúblicas Populistas, o liberalismo político e econômico poderia se fortalecer”. (DIAS, 1993, p. 60 – 90)

Ao tratar dos antigos projetos de distensão malfadados, Villas-Boas refere-se a esse longo processo de “transição”, mas o autor reivindica em certo sentido, um projeto democrático que seja mais concreto e confiável.

O colaborador de *Isto É*, Rolf Kuntz escreveu sobre as manifestações do empresariado brasileiro, no que diz respeito ao regime político. Kuntz considerou grotescas as discussões, no que diz respeito aos dois relatórios elaborados por diferentes segmentos do empresariado. Divergentes entre si, os documentos trazem discursos que abordam o momento de crise política vivido na sociedade brasileira. O primeiro aponta para a eminência relativa ao futuro político. Para Einar Kok, não há tranquilidade e nem estabilidade no regime, o momento é de intensa pressão, e os empresários não estão contentes com a política econômica, e para o empresário é momento de pensar em uma abertura.

O primeiro documento, preparado por Einar Kok, presidente do sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo, repele em poucas frases a idéia de que a política deve confinar-se aos partidos. Primeiro, dirigente sindical não pode ter filiação partidária, pois a CLT o proíbe. Depois, como indivíduo, como agente econômico e como dirigente classista, um homem não pode renunciar à opinião e à participação. E a opinião de Einar Kok é que não se pode voltar as costas a algumas questões essenciais, relativas ao futuro político. O regime – este é o pressuposto de sua exposição – não há de ser eterno. Ignora-lo, deixando de lado toda idéia de mudança, é viver a “falsa tranquilidade de uma caldeira com pressão crescente, sem a válvula de segurança em perfeito funcionamento”. Sua mensagem: é tempo de ir abrindo as válvulas, para que não se crie, à margem do processo político institucionalizado, uma “geração perdida”, como aquela que, formada sob a ditadura de Vargas, não soube assumir o comando e preservar a democracia (*Isto É*, ano 1, nº 12, p. 59).

Já o depoimento de Jorge Oscar de Melo Flores reflete a profunda contradição dos próprios anseios do empresariado. Em seu discurso, o empresário aponta para um problema na manutenção do regime, ameaçado pelas possíveis eleições diretas de 1978, além de problemas de ordem econômica, como o descontentamento com a inflação, e o de ordem educacional, como a instrução da população jovem, mais suscetível a voltar-se contra o regime vigente. Como solução para a manutenção do regime, Melo Flores sugere medidas estritamente autoritárias, como a incorporação dos atos excepcionais à constituição “consagrando as eleições indiretas”. Kuntz, ironicamente, indica que para a solução proposta por Melo Flores “ser inteiramente eficaz só falta uma campanha em favor do analfabetismo”. Na seqüência, o trecho do discurso de Melo Flores presente na matéria de Rolf Kuntz:

O segundo manifesto, revelado na última semana, escrito por Jorge Oscar de Melo Flores, do Banco Lar Brasileiro (Chase Manhattan), oferece um diagnóstico diferente e propõe o fechamento de algumas válvulas. O futuro do regime, segundo Melo Flores, está ameaçado pela eleições de 1978, pelo descontentamento resultante da inflação e de certos erros de governo, e pela emergência de um eleitorado jovem, que cresceu depois de 1964 (sic), encontrou mais escolas e se tornou, por isso, mais sujeito à influência de professores e à “ação deletéria de todos os tipos de imprensa”. Algumas das soluções indicadas: adiar o programa de 1978, mudar a Constituição, nela incorporando os atos excepcionais, e consagrar as eleições indiretas. (*Isto É*, ano 1, nº 12, p. 59).

Em um artigo escrito por Marcos Sá Corrêa, com o título “O ideal era diferente”, com a linha fina “Muita coisa se fez, mas o melhor não saiu dos sonhos”, o autor discute sobre os três anos do governo Geisel em que os planos de distensão não foram executados. O autor menciona que a grande preocupação do momento, tanto de Geisel, quanto da própria Arena, é pensar em um nome que represente um novo projeto político distensionista, já que o projeto de Geisel ninguém conhece. Sá Corrêa faz menção ao assunto, já tratado anteriormente, de que políticos desconfiavam que Geisel não tinha um projeto político de abertura executável, por isso, não houve transformações relevantes no período de 3 anos de seu governo. A pergunta que deve ser feita neste momento é: tinha Geisel interesse em executar de imediato a distensão?

É possível observar, a partir desse estudo, que não era de interesse de Geisel, nem dos militares, que o Brasil se tornasse uma democracia. No Brasil, temos de longa data um legado de autoritarismo¹⁰, e não atribuo a característica autoritária ao Estado no sentido estrito, mas ao Estado ampliado, dentro das características propostas por Antonio Gramsci (1992), que compreende a sociedade política e a sociedade civil. Nessa perspectiva, o Estado ampliado se dá através do imbricamento entre a sociedade política e a sociedade civil no exercício da hegemonia e da reprodução da ordem social (1992, p. 141). Ordem, visível explicitamente no contexto anterior ao golpe de Estado de 1964, durante todo o regime e principalmente no momento de sua transição, e que têm por objetivo garantir a hegemonia burguesa dentro da ordem autoritária.

Paulo Sérgio Pinheiro (1991) escreveu um interessante artigo na revista da USP com o título *Autoritarismo e Transição*, que também aborda o legado autoritário da sociedade brasileira. Para o autor, em qualquer regime político, já vivenciado na experiência brasileira, sempre nos deparamos com o autoritarismo, às vezes mais

¹⁰ Cf. CHAUI, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

violento, por vezes menos violento, legal ou ilegal. Ora repressor, ora consensual, mas sempre autoritário e em favor das classes dominantes:

Para os pobres, miseráveis e indigentes que sempre constituíram a maioria da população podemos falar de um ininterrupto regime de exceção paralelo, sobrevivendo as forma de regime, autoritário ou constitucional. Nesse regime político a ilegalidade a que estão submetidas as classes populares, as classes torturáveis, é muito mais larga do que aquela presente na aplicação da lei ou nas práticas policiais. Esse regime independe do regime político propriamente vigente, do regime constitucional: nenhuma das chamadas transições democráticas, seja depois da ditadura do Estado Novo, seja depois das diversas ditaduras militares, de 1964 a 1985, afetou substancialmente esse “regime de exceção paralelo” (PINHEIRO, 1991, p. 49).

Voltando os olhos novamente para a revista *Isto É*, em seu número 36, Mino Carta elabora o editorial intitulado “Presidente, isto não é pressão”. Nesse editorial, o jornalista discute acerca da democracia esperada e questiona as afirmações feitas na semana anterior por representantes governistas de que o presidente jamais tomaria decisões de última hora, referindo-se ao processo de abertura que no final de agosto de 1977 não dá sinais de que ocorrerá. Ao contrário, aponta para a continuidade do regime na figura do mais provável sucessor de Geisel, o general João Baptista Figueiredo. Mino Carta encerra esse editorial com uma pergunta, que nos remete às reflexões anteriores no diálogo com a tese de Paulo Sérgio Pinheiro: “por que imperadores não podem abrir as portas da democracia?” (*Isto É*, ano 3, nº 36, p. 4).

Em outro editorial de *Isto É*, com o título “Quem chega antes: a sucessão ou a insatisfação?”, Mino Carta declara que foi ao Largo de São Francisco, na noite de 11 de agosto, para participar das celebrações do sesquicentenário da Escola de Direito de São Paulo. Nessa ocasião, presenciou a leitura da Carta aos Brasileiros escrita por Goffredo da Silva Telles, seu ex-professor. O evento no Largo de São Francisco, segundo o editorial e as matérias dessa edição de *Isto É*, foi o maior acontecimento daquela semana e mobilizou professores, alunos e profissionais formados na Escola de Direito do Largo de São Francisco. Essa mobilização, de acordo com Mino Carta, em favor do restabelecimento do Estado de Direito, está também “nos lábios de cidadãos que nada tem de juristas, ou intelectuais, ou coisa assim”. (*Isto É*, ano 2, nº 34, p. 4).

Entre começo de março passado e o dia de hoje desenvolveu-se com ímpeto extraordinário, em várias camadas da nação, a consciência de suas próprias falhas e ausências. E a consciência das prepotências de ontem, de hoje, de sempre. E da qualidade do regime democrático, o único capaz de respeitar o homem. E nós somos o quê? (...) A insatisfação galopa. Será fatal, agora, a força da maioria inconformada? De repente, ocorre-me a imagem de algo

indefinido, uma sombra, tentado correr mais depressa do que essa insatisfação. Estou vendo passar, é isso, a carruagem da sucessão presidencial. Quem chega antes? De quem será o tradicional desgosto neste incrível agosto? (*Isto É*, ano 2, nº 34, p. 4).

Mino Carta enfatiza, nesse editorial, o momento peculiar da política nacional, de um descontentamento muito grande da população com esse lento processo de transição e afirma que saiu “do Largo com a impressão de que, desse jeito, a gente acaba mesmo ganhando a democracia.” (*Isto É*, ano 2, nº 34, p. 4).

Na seqüência de matérias da revista de número 34, e nos números subsequentes da revista, verifica-se uma constante na tônica em torno da redemocratização. Todas as revistas, sem exceções, trazem matérias abordando assuntos referentes à crise política, à reforma partidária, ao descontentamento de políticos, tanto da Arena quanto do MDB, à sucessão presidencial. A partir de meados do ano de 1977, começam aparecer muitas matérias que enfocam as manifestações de vários segmentos sociais, em forma de entrevistas com lideranças e em matérias que tratam de atos públicos em favor da abertura política e da Anistia.

É perceptível que a revista dá uma grande ênfase ao debate político, bem como ao econômico, se manifestando e se posicionando dentro do debate. Referente à redemocratização, o grupo editorial da revista destaca qual o tipo de democracia quer e qual não quer. A revista de número 49 levanta em sua capa esse debate em letras grandes, ocupando toda a revista a frase: *A democracia que não queremos*. No editorial, “Democracia e Democracia”, com a linha fina “Sem romper com tradições de seiscentos anos não chegaremos à verdadeira”, Mino Carta enfoca a democracia que eles querem:

[...] a democracia de verdade, aquela que queremos, está condicionada a um gesto realmente histórico, um gesto mobilizador que promova a participação, interrompa a tradição das soluções outorgadas, de cima para baixo, e ponha em xeque a nova aristocracia do estamento burocrático. Sem o encaminhamento de umas tantas medidas capazes de representar, ao menos, o começo da mudança fundamental, não chegaremos à democracia. (*Isto É*, ano 2, nº 49, p. 5).

Neste mesmo editorial, Mino Carta aponta para a democracia a qual não querem, e que, segundo o texto, é a que de fato está se gestando no bojo dos interesses de alguns segmentos da sociedade:

Agora fala-se bastante em democracia e cada um tem o seu projeto, situado entre o do político pragmático, freqüentemente empenhado em encontrar belos disfarces para o arbítrio, e o do teórico de origem acadêmica, freqüentemente

apaixonado da utopia. Mas Vejamos o que dizem os empresários nacionais, uma classe que se surpreende com aquilo que lhe parece ser as veleidades estatizantes do poder e que está sendo acuada por vicissitudes próprias do momento econômico-financeiro. [...] Pois muitos entre eles falam em democracia – pouquíssimos, porém, sabem do que se trata. De fato, tudo indica que a enorme maioria entre esses “democratas” não estaria disposta, por exemplo, a reconhecer no direito de greve uma das mais legítimas franquias democráticas. Não percebem que onde não se admitem greves, o simples desejo de organizar uma redonda em ato político de grandes proporções... Tudo bem, tudo bem – eles sempre confiaram no poder político para lhes oferecer esse tipo de respaldo. [...] Quero dizer que os empresários hoje indecisos não são piores do que outros privilegiados (*Isto É*, ano 2, nº 49, p. 4 – 5).

Ao abordar o delicado momento de debate em torno da democracia, o discurso de Mino Carta possibilita pensar a conjuntura da época. Observa-se que os interesses conflitantes são inúmeros, e o exemplo da citação acima elucida muito bem essa questão. A ênfase dada pelo editor aos interesses empresariais não é à toa. Num contexto de disputas entre o capital internacional e os interesses protecionistas, de pressão de grupos empresariais pela privatização de estatais e, em contrapartida, as pressões de uma minoria política pela manutenção das estatais sob o poder do Estado, o rumo da política e da economia fere diretamente os interesses empresariais e das classes médias.

É mister ressaltar que não tenho a pretensão de dar conta, na dissertação, de todo o arcabouço teórico e historiográfico que cercam essas distintas e complexas temáticas aqui abordadas. O objetivo, neste segundo capítulo, é analisar o enfoque dado pela revista *Isto É*, sobre a sucessão presidencial e a reforma político-partidária, buscando compreender o sentido dos destaques e/ou omissões presentes no discurso da revista acerca da referida temática.

No primeiro contato com a revista *Isto É*, ficou evidente a precoce pauta em torno do debate sobre a sucessão presidencial. Em princípio, foram levantadas algumas indagações: por que no final de 1976 e durante todo o ano de 1977 a revista discutiu assiduamente a sucessão presidencial que de fato só ocorreria em 1979? Outras indagações me ocorreram, como, por exemplo, a inquietação em saber se somente a *Isto É* havia se lançado a esse debate, ou outras revistas, como, a maior competidora de *Isto É*, a revista *Veja* também tinha essa pauta de discussão no ano de 1977.

A inquietação a respeito do espaço concedido ao debate em torno da sucessão, pela revista *Veja*, revista de maior circulação nacional à época, em parte foi sanado na

leitura do livro *Na Tessitura da Cena, a Vida: Comunicação, Sociabilidade e Política*, de Maria Ceres Pimenta Spínola Castro (1997). A autora utilizou como fonte para a pesquisa as revistas *Veja* e *Isto É*, entre outros veículos de comunicação regionais, como, o *Estado de Minas*. No quarto capítulo, a autora escreve sobre o visível e o invisível - o enfoque da pesquisa é a sucessão do governo do Estado de Minas Gerais, mas, nesse capítulo, Castro enfoca também o debate em torno da sucessão presidencial que, segundo a autora, foi pauta no ano de 1977, tanto na revista *Isto É* (já constatado em minha pesquisa), quanto na revista *Veja* (CASTRO, 1997, p. 160 – 215).

Verifica-se que, praticamente, todas as edições de *Isto É*, do ano de 1977, abordaram a sucessão de Geisel e a necessidade de uma Reforma Político-Partidária. O fato de o debate ter se iniciado 3 anos antes da sucessão foi compreender ao me debruçar sobre as matérias que abordavam essa temática.

Observa-se, a partir das fontes desta pesquisa, que conflitos de interesses políticos são visíveis entre os militares, principalmente, no momento em que se passou a discutir a sucessão presidencial. Vários militares, desejosos pelo poder, almejavam suceder Geisel. No entanto, nenhum portava um plano político que pretendesse transformar abruptamente o quadro político e não divergiam no tocante às práticas autoritárias – como, por exemplo, na questão de torturas. Todos concordavam com os métodos de repressão e de coerção social. O próprio Geisel chegou a afirmar, em entrevista, que para manutenção da ordem, alguns métodos eram necessários e que em seu governo o responsável pela parte “suja” seria o então Ministro da Justiça Armando Falcão. Além disso, “O governo Geisel usou os poderes excepcionais da ditadura, fechou o congresso, cassou mandatos e comandou operações violentas contra os comunistas” (D’ARAUJO, 2002, p. 23).

Armando Falcão foi um dos mentores da articulação política repressora, incitando o governo sobre a necessidade de acirrar a censura à imprensa e inspecionar a criação de novos veículos de comunicação. O ministro também foi a favor de se manter a grande imprensa nacional atrelada ao governo, através de dívidas, com objetivo de cooptar esses veículos de comunicação para que não criticassem o governo (D’ARAUJO, 2002). Essa preocupação, de Armando Falcão, com a censura estava relacionada com o crescimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) visto nas eleições parlamentares de 1974, como também com o aumento da criação de veículos da imprensa alternativa, que representava uma ameaça ao controle de informações.

Como tentativa de controle do crescimento popular do MDB, foi instituída a Lei Falcão “que limitava o acesso dos candidatos à televisão e ao rádio, reduzindo a sua participação à mostragem de uma foto com pequeno currículo” (PESAVENTO, 1991, p. 76). O objetivo dessa lei era fortalecer a ARENA frente ao MDB.

Por mais de dez anos a sociedade civil conviveu com a existência legal de apenas dos partidos políticos. Em 1965, os militares dissolveram os 11 partidos políticos existentes, e em seu lugar permitiram o surgimento de dois partidos: a Arena, partido “do governo, destinado a vencer sempre graças aos favores de um aparelho de estado cada vez mais poderoso, e a oposição, sistematicamente perseguida e cujo papel era apenas dar legitimidade ao regime” (KUCINSKI, 1982, p. 37). No entanto, as eleições de 1974 e 1978 mostraram uma expressiva rejeição à Arena e um crescente apoio populacional ao MDB. A partir disso, vários segmentos de oposição política somaram forças contra a Arena, tendo como adversário comum o militarismo.

Geisel acusou o MDB de estar aliado aos comunistas, servindo-se de seu apoio para eleger seus candidatos e representando os interesses dos comunistas dentro do parlamento. Dessa forma, o presidente Geisel se utilizou dos meios estritamente autoritários lhes concedidos pelo AI-5, fechando o Congresso Nacional em abril de 1977. No mesmo ano, cassou o mandato de dois políticos no Rio Grande do Sul, por terem proferido discursos contra o seu governo em área de fronteira, considerada um local de possível levante popular contra o governo “legalmente instituído” no país: “o governo definia que era preciso defender o regime em épocas de crise através das ‘salvaguardas constitucionais’” (PESAVENTO, 1991, p. 76).

Diante do enfraquecimento político, em função do desgaste da Arena, Geisel utilizou-se dos mecanismos que dispunha para manter o poder em suas mãos. A partir da análise das revistas *Isto É*, pode-se perceber que, em função do enfraquecimento político do governo Geisel - por ter sido acusado até mesmo de não portar um projeto de distensão, já abordado neste capítulo, em decorrência da “falta de ações” efetivas que apontassem para uma abertura -, a pauta sucessória não foi ditada neste caso pela imprensa e, sim, pelo próprio governo.

Segundo Bernardo Kucinski, em meio a essa crise sucessória, “desenha-se a crise institucional que levou Geisel ao fechamento do Congresso e à introdução do

‘pacote de abril’, que reforçou os controles do processo político-parlamentar” (KUCINSKI, 1982, p. 68). Dessa forma, com o “pacote de abril” de 1977, Geisel pretendia assegurar o controle para Arena nos processos eleitorais.

Há, portanto, uma relação intrínseca entre a crise político partidária e a precoce pauta de sucessão presidencial, mesmo que o partido governista visualiza a importância de uma reforma político-partidária diante de seu enfraquecimento. Na sequência, há uma citação de um artigo de *Isto É* que enfoca este momento de crise dentro do partido governista. Villas-Boas Corrêa, autor do texto, discute os possíveis rumos que a Arena tomará mediante a possibilidade de eleições diretas para governador de Estados no ano de 1978. O autor aponta para uma necessária reforma dentro da própria Arena, que possibilite emergir um partido que tenha permissão superior para escolher os seus próprios candidatos à eleição para o governador de Estado. Desvinculando-se da Arena “governista, ortodoxa e vetusta, com os seus cacoetes e pigarros, agarrada ao governo para referendar tudo o que seu mestre mandar, homologando as escolhas palacianas” (*Isto É*, ano 1, nº 2, p. 26 – 28).

Se o presidente Geisel cumprir o prometido, com honrada firmeza da sua palavra, e realizar eleições diretas em 78, a Arena terá que ser recauchutada para não sumir do mapa. A Arena da sublegenda começa aí. Com tal límpido raciocínio e a constatação de que os líderes que sobraram, de norte a sul, com raras, raríssimas exceções, estão todos marginalizados. E nunca serão os candidatos da Arena do deputado José Bonifácio. A outra Arena poderá espocar pela articulação de lideranças que aspiram voltar à livre disputa interna de cargos e posições partidárias. (...) Muita gente está apalavrada para engrossar a Arena anti-Arena. E os que não estão, certamente que serão atraídos pelo espírito de sobrevivência. Jarbas Passarinho, com suas contradições e os seus votos no Pará; José Sarney, no Maranhão; João Agripino, na Paraíba; Antonio Carlos Magalhães, na Bahia; Etelvino Lins, em Pernambuco; Magalhães Pinto em Minas Gerais; Daniel Krieger, no Rio Grande do Sul. Candidatos ou articuladores de candidaturas. Mas as estrelas da companhia, pela novidade e uma certa extravagância, serão mesmo Delfim Neto, em São Paulo e Mario Andreazza no Estado do Rio da fusão e do insucesso da dita (*Isto É*, ano 1, nº 2, p. 26 – 28).

Apesar dessa reflexão feita por Villas-Boas Corrêa sobre o enfraquecimento político vivenciado pela Arena após as eleições de 1974, e ante às possibilidades de eleições diretas para o pleito de 1978 e de uma nova derrota da Arena, é mister ressaltar que nem todos os arenistas tenderiam para a “nova Arena”, pensada por Villas-Boas. Exemplo disso, é o deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada. Em entrevista concedida à revista *Isto É*, o deputado deixa subentendido que “sua grande cruzada no momento é contra um possível êxito do MDB nas próximas eleições”. No entanto, em

seu discurso, o deputado “assegura ser completamente inviável” essa ascensão emedebista, o que, segundo ele, não é impedimento de “continuar ‘dando pau na oposição’ – e também contra o comunismo” (*Isto É*, ano 1, nº 2, p. 42 – 48). O autor do artigo, Tão Gomes Pinto, escreve que insistiu para que o deputado afirmasse “que essa história de comunismo era uma cortina de fumaça, atirada em cima das trincheiras oposicionistas para permitir o avanço arenista”. Tão Gomes Pinto declara que fracassou no intento, porém conseguiu fazer com que o deputado Bonifácio fizesse as seguintes afirmações:

*[...] eu sei que o MDB não é comunista, não; não tem nada de comunista. Mas acontece que um grupo de deputados de São Paulo, Minas, e também do Rio de Janeiro, foi eleito com votos comunistas, ou melhor, os comunistas completaram a votação desses deputados. Então você me pergunta que importância tem um sujeito ser eleito com alguns votos comunistas, se ele não é comunista. Meu raciocínio é o seguinte: O comunismo é uma doutrina materialista e, portanto, não dá nada de graça a ninguém, e vai querer usar esses deputados... Dr. Bonifácio, mas nesse caso os comunistas poderiam também eleger alguns arenistas, não? Poderiam, mas eu não vejo comunistas na Arena. Tem gente que diz que viu. O Tarso Dutra, por exemplo, diz que existe. Eu ainda não encontrei. Há uns aí que eu chamo de esquerda ultrapassada – e que pensam que são esquerda avançada -, mas esses não são perigosos, porque são contidos pela disciplina partidária. Os da oposição não tem contenção nenhuma, não têm quem mande neles (*Isto É*, ano 1, nº 2, p. 42 – 48. Grifo do autor).*

No artigo de *Isto É*, com o título “O Governo não tem nenhum projeto. E agora?”, Marcos Sá Corrêa aborda o discurso do comandante do III Exército, general Belfort Bethlem, após a abertura do Congresso Nacional, em abril de 1977, que fala em nome da Arena contra a oposição. Segundo Bethlem, “a nação aprendera que o MDB, a imprensa e as próprias organizações militares estavam infiltrados de comunistas”. O autor afirma que “nesse cenário confuso, assistia-se ao espetáculo incongruente de um entendimento entre a Arena e o MDB, em nome da promoção de reformas políticas.” Contudo, o tom dessa reforma implica em mais concessões ao MDB em detrimento da Arena (*Isto É*, ano 1, nº 11, p. 9 - 10).

Outro artigo que discute a reforma política foi escrito por Mino Carta, nele, o autor afirma que Francelino Pereira, dirigente do partido do governo, “acha que, se vierem mudanças na Constituição e nas leis eleitorais, elas se destinarão especificamente a resolver os problemas do governo diante do risco de uma derrota da Arena em 1978”. Portanto, não se trata de uma reforma plena, mas de “medidas casuística” e, de acordo com Francelino Pereira, “sua transfusão para as veias da

política brasileira se dará por dispositivos permanentes, serão também duradouros. Ou seja: leis para propiciar vitórias à Arena por muitos e muitos anos, revogados todos os votos em contrário” (*Isto É*, ano 1, nº 11, p. 6).

Na matéria de Tão Gomes Pinto, com o título “A reforma política. Mas qual reforma política? Alguns pessimistas estão otimistas, mas não sabem por que”, a revista *Isto É* abordou o temor do governo com um possível levante no Rio Grande do Sul:

Falava-se, por exemplo, no dado econômico, que exigiria um ano sem problemas políticos, sem qualquer tipo de contestação. Havia quem lembrasse o dado do Rio Grande do Sul (*Veja* pág. 11), onde eleições diretas conduziriam, segundo alguns, o velho PTB, o janguismo e, pior de que isso, o brizolismo, ao poder, por vias transversais. Mas esse era outro dado de domínio quase público. Qualquer um podia usá-lo como pretexto para qualquer tese. Havia também os que expressavam opinião de que o governo perdera o controle do processo político, o que poderia justificar a aplicação, a qualquer momento de mais um Ato introduzido o que se convencionou chamar de “reforma política” (*Isto É*, ano 1, nº 11, p. 6).

Esse artigo aborda a crise vivida pela Arena que encontra seu principal foco de resistência organizada no Rio Grande do Sul. O texto aponta para uma crise ainda maior que, segundo o autor, foge ao domínio de Geisel. Essa crise política indica uma possibilidade de criação de mais um Ato do regime militar, no sentido de controlar a situação política em seu favor. Esse Ato seria a necessária reforma política.

O jornalista Tão Gomes Pinto faz comentários sobre a opinião do deputado Francelino Pereira, presidente da Arena, como pode ser verificado a seguir:

a reforma, enquanto simples palavra, seria legítima herdeira da “distensão lenta e gradual”, pertencendo portanto ao velho tronco da palavra “abertura”, hoje um pedaço de lenho morto e ressequido na paisagem semidevastada da política brasileira.” [...] “Em que pese o tom da discussão de Portella abrindo os trabalhos legislativos, essa discussão deverá ser veemente, como dizia o deputado Francelino Pereira, tentando convencer, a si mesmo – de que sem alguns desaforos mútuos não existe parlamento atuante. Portanto, seria esse o tom da discussão em que a Arena vai tentar convencer o MDB a abrir mão de alguns interesses em troca de certas garantias, com o argumento de que alguma transigência trará benefícios para todos na hora oportuna, mais exatamente quando o governo tiver certeza de que poderá conduzir, ou pelo menos coordenar, o que realmente é importante para ele no momento: primeiro, a solução do problema econômico; segundo, o encaminhamento da própria sucessão presidencial (*Isto É*, ano 1, nº 11, p. 7).

Observava-se no discurso do presidente da Arena, deputado Francelino Pereira, que a reforma seria nada mais que parte do processo de abertura. Todavia, em seu discurso não trata do desgaste da Arena junto à opinião pública, constatado através das eleições.

Esse desgaste estava compelindo o governo a iniciar uma discussão sobre a reforma partidária. Já o autor do artigo afirma que o MDB parece enfraquecido diante da proposta da Arena, ou seja, após ter lutado intensamente para conseguir eleições, o governo cede e o MDB se esquece de lutar por pontos que são cruciais nas disputas eleitorais, dando primazia ao continuísmo eleitoral do governo em favor da Arena.

No artigo “No centro do tabuleiro: Uma saudável vida política. Por que temê-la?”, há uma abordagem sobre o Rio Grande do Sul, onde, apesar da preocupação de Geisel com um possível foco de insurreição política, Arena e MDB têm relações “amigáveis”. O RS é o estado brasileiro em que o MDB melhor conseguiu se organizar. Ao comandar a Assembléia Legislativa, criou o IEPES – Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, que organizava conferências e chegou a ter uma sede em cada município do RS. O MDB jovem também contribuiu muito para o fortalecimento do partido.

Os autores Armando V. Salem e Tão Gomes Pinto são tendenciosos na matéria, pois querem mostrar a situação política do RS com uma aparente tranquilidade, como sendo o exemplo para ser seguido no Brasil. Mas, alertam:

Infelizmente, para o Rio Grande do Sul e para a própria política nacional, decorridos treze anos da Revolução, a política estadual não conseguiu ainda livrar-se das sombras do passado. Pretender efetivamente que Brizola e Jango, que o populismo e o getulismo não tenham deixado seguidores e simpatizantes seria ingenuidade (*Isto É*, ano 1, nº 11. p. 11-15).

O perigo vindo do Sul, segundo os autores desse artigo de *Isto É*, é iminente! Pode-se estender a linha de raciocínio e concluir, a partir da opinião emitida por estes jornalistas, que o governo Geisel agiu corretamente ao sufocar qualquer possibilidade de articulação política da sociedade civil no Rio Grande do Sul, uma vez que, dessa forma, o governo estaria extirpando um “mal”.

É perceptível a preocupação de Geisel com a transição política para a democracia (reivindicada por diversos segmentos da população) que, no entanto, não fugisse aos moldes do autoritarismo. A transição “lenta, gradual e segura” não tinha o objetivo de ser segura para a população, mas, sim, de dar seguridade aos interesses de empresários e de burocratas estabelecidos e aliados ao poder. A lentidão do processo gera uma certa ansiedade da população para que nada atrapalhe o processo tão desejado pelo povo. É isso que se observa no discurso da revista *Isto É*.

A crise política, vivenciada ao longo do governo Geisel, foi amplamente discutida pela revista *Isto É*, ora trazendo debates alavancados pela oposição, ora abordando o enfoque dado pelos partidários governistas, como, por exemplo, o que segue na citação abaixo:

Por estranho que possa parecer, existe no meio militar, hoje, um consenso perto da unanimidade contra a manutenção do bipartidarismo, que, segundo fonte importante, serviu de instrumento do rebaixamento da política a uma atividade de segunda linha. Além, é óbvio, de acarretar mais um tipo de ônus para as Forças Armadas. Afinal, a Arena é o partido do governo. E a Arena, há tempos, tem se configurado como partido de descrédito. [...] Entendem os analistas militares que o momento atual, ao contrário, exige políticos de grande envergadura nas fileiras do partido do governo. A eles caberia a tarefa de auxilia-los nas soluções dos muitos impasses nacionais (*Isto É*, ano 2, nº 34, p. 11 – 13).

Ao longo dos anos de 1978 e 1979, a revista *Isto É* continua enfocando, incisivamente, a necessidade de uma reforma político-partidária. Isso é observado, a partir da relação estabelecida entre o grupo *Isto É* e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), oriundo do MDB, que fora criado posteriormente à aprovação da reforma partidária pelo Congresso Nacional no ano de 1979, durante o mandato do presidente João Baptista Figueiredo. A reforma consistiu na extinção do bipartidarismo no Brasil, que se expressava através da ARENA e do MDB.

O proprietário da revista, Domingo Alzugaray, afirma, segundo Mario Sergio Conti (1999), que a revista não manifestou apoio a nenhum grupo político ou empresarial, desde seu lançamento, mas que dependia economicamente das vendas publicitárias para manter seu funcionamento. Em meados dos anos 1980, a revista apóia indiretamente a candidatura de Luiz Antonio Fleury Filho, candidato pelo PMDB às eleições e também apoiara Orestes Quércia. “Quércia venceu o empresário Antonio Ermírio de Moraes, foi eleito, e ordenou que o governo e as estatais paulistas colocassem anúncios em *Senhor*. Convidou Mino Carta para ser o seu secretário da Cultura” (1999, p. 422).

Geisel e seus correligionários anteciparam o debate em torno da sucessão, com intuito de garantir-se à frente do processo de abertura, mantendo o poder nas mãos dos militares. Segundo o discurso da revista *Isto É*, a indicação oficial do sucessor de Geisel, marcada para o ano de 1978, foi antecipada para 1977. Oficializa-se em 31 de dezembro, mas já em meados de 1977 sabia-se do posicionamento de Geisel em favor

de Figueiredo. “Após o controle da crise nos círculos militares, expressa no chamado “episódio Sylvio Frota”,¹¹ o presidente Geisel, em 31 de dezembro de 1977, havia indicado oficialmente o General João Baptista Figueiredo como o candidato da Arena à Presidência da República” (CASTRO, 1997, p. 161).

Durante o ano de 1977, muitos foram os nomes, apontados em matérias da revista *Isto É*, como possíveis candidatos à sucessão. Destacam-se, entre eles, o nome de Sylvio Frota, ministro do exército, que almejava a presidência e contava com o apoio de muitos militares que, segundo a revista, pertenciam à chamada “linha dura”. Em matérias da *Isto É*, a candidatura de Sylvio Frota foi tratada como sendo representante do desejo de parcela dos militares que pretendiam a continuidade do Regime Militar, contrapondo-se ao discurso de Geisel em favor do um projeto de abertura política. No editorial “O poder de Geisel (II)”, de *Isto É*, edição da semana posterior à exoneração de Sylvio Frota, aponta-se que:

Outra coisa parece clara. Se houvesse uma tentativa de mergulho nas trevas, de endurecimento conduzido por um feroz esquema de repressão chamado a instalar o terror neste país combalido, ela poderia ser comandada pelo general Frota. É o que sugere a leitura da nota que deixou depois de exonerado: pelos seus desejos, o Brasil deveria ser um pedaço de Idade Média com o consolo de TV a cores e da Coca-cola, um esqualido Estado isolado do mundo, onde fogueiras arderiam para queimar todos aqueles que pretendessem viver de acordo com o nosso tempo, sumariamente acusados de comunistas. Talvez ele quisesse transplantar para a Terra uma fatia da Lua (*Isto É*, ano 2, nº 43 p. 4).

Geisel exonerou Frota do cargo de Ministro do Exército em 12 de outubro de 1977 (*Isto É*, ano 2, nº 43 p. 4 - 14). Na revista de 19 de outubro de 1977, uma interessante seqüência de matérias trataram da saída de Frota do ministério. A primeira delas, escrita por André Gustavo Stumpf e Armando V. Salem, com o título “A queda de Frota: Geisel mostra quem manda”, os jornalistas tratam da substituição no Ministério do Exército de Sylvio Frota por Fernando Belfort Bethlm. De acordo com o texto, não se tratou de uma simples substituição ministerial, mas sim de uma mudança na discussão em torno do “problema sucessório”. A saída de Frota posterga para 1978 o

¹¹ Cf. Maria Ceres Pimenta Spínola Castro “Em setembro do ano anterior, 1977, irrompera uma grave crise no meio militar, expressa na disputa pela presidência entre os generais Sylvio Frota, ministro do Exército, João Baptista Figueiredo, chefe do SNI e candidato de Geisel, e Euler Bentes Monteiro, que teve sua candidatura oficialmente patrocinada pelo partido de oposição. A luta entre os dois primeiros generais estendeu-se às suas próprias bases de poder, gerando profunda instabilidade nos meios militares. A crise tem seu desfecho no dia 12 de outubro daquele ano, quando o presidente Ernesto Geisel exonera de suas funções o ministro do Exército e nomeia o comandante do III Exército, general Belfort Bethlem para substituí-lo”. (CASTRO, 1997, p. 161)

debate sobre a sucessão, embora, segundo os autores, “os dados lançados continuem sobre a mesa”. (*Isto É*, ano 2, nº 43 p. 5).

Os jornalistas Tão Gomes Pinto e Thomaz Coelho também produziram uma matéria que tratava do episódio Frota, publicada na mesma revista de número 43, com o título “Curta e infeliz viagem do comboio frotista”, com a linha fina “Os quatro capítulos da confrontação Geisel – Frota”. Já o artigo de André Gustavo Stumpf ganhou o título de “E a vida continua, cada vez mais tranqüila”, e com a linha fina “E talvez um pouco mais silenciosa: afinal a sucessão ficou para janeiro”. Segundo este artigo, o debate em torno da sucessão foi prorrogado para janeiro de 1978, já que a pressão exercida pela candidatura de Frota se encerrará com o episódio de sua demissão. Essa previsão de fato não se confirma, pois, praticamente, todas as edições, posteriores à demissão de Frota até o final do ano de 1977, contêm matérias que abordam o debate em torno da sucessão presidencial.

Em seu número 37, a revista *Isto É* apresentou como tema de capa a sucessão. Essa capa apresenta as seguintes chamadas: “Que tal Cyborg* para candidato? (* Também entramos na queimação). A indústria do Boato Sucessório”. Em alguns artigos dessa revista, inclusive, no editorial, os autores fazem uma ironia com a queimação de inúmeros nomes de possíveis candidatos à Presidência da República. Mino Carta chega a fazer uma brincadeira – lançando o nome de Cyborg para a “queimação”. Esses artigos e editoriais questionam o momento delicado da política em que despontam, de todos os lados, boatos em torno de supostas candidaturas, a ponto de vulgarizar o debate:

Até agora eu escapei de ser lançado por Barreto, e espero que o prezado leitor ou leitora também. Mas do jeito que as coisas vão, mais dia menos dia chegará a minha vez, e depois a sua, prezado leitor ou leitora. É para essa inevitabilidade trágica, que já se abateu sobre o general Figueiredo, lançado como candidato a presidência da República – e também sobre os ombros fatigados do governador Guazzelli, lançado para vice -, fora outros lançamentos menos votados, que todos nós devemos nos preparar (*Isto É*, ano 2, nº 37, p. 8).

Entre os possíveis candidatáveis, a revista destaca alguns nomes. Na possibilidade de ser um civil, foram cotados os seguintes nomes: “Aureliano Chaves, governador de Minas Gerais; Leitão de Abreu, ex-chefe da Casa Civil do governo Médici e atual ministro do supremo Tribunal Federal e, obviamente o autoproclamado, o senador Magalhães Pinto”. (*Isto É*, ano 2, nº 46, p. 5). Como possíveis candidatos

militares, os nomes, apontados pela revista *Isto É*, foram os de João Baptista Figueiredo, Reynaldo Mello de Almeida, Euler Bentes Monteiro e Ariel Pacca (*Isto É*, ano 2, nº 47, p. 5).

No artigo com o título “Prévias, articulações, novos candidatos”, com a linha fina “As prévias falam em Euler Bentes. Mas, e os esquemas?”, a revista *Isto É* discute “a volta do debate em torno da sucessão”. Nesse artigo, a revista publica o “resultado de uma pesquisa feita junto aos empresários” que participaram da Conferência Nacional das Classes Produtoras, essa pesquisa foi organizada pela revista *Veja*. O resultado da pesquisa foi o seguinte: “manifestaram-se de forma um tanto surpreendente: 75 deles (correspondente a 23,6% dos votantes) optaram pelo general Euler Monteiro; 62 votaram em Magalhães Pinto, o que demonstra a força da candidatura civil; 41 no general João Baptista Figueiredo; e quinze no general Reynaldo Mello de Almeida”. Nessa matéria, os autores questionam a intenção da publicação desse resultado e especulam a possibilidade de um lançamento extra-oficial da candidatura de Euler Bentes. Fato que se confirmou em meados de 1978, com o lançamento oficial pelo MDB da candidatura de Euler Bentes Monteiro. Esta foi a primeira vez, durante o Regime Militar, que a oposição lançou um candidato para a disputa presidencial, no entanto, não fugiu à regra da Arena, e como candidato lançou igualmente um militar. O significado disso está, a meu ver, no fato estratégico de conquistar votos de alguns segmentos militares com importante representação no Colégio Eleitoral.

Volta à cena, a perspectiva presente no início deste capítulo, de uma certa confusão proposital, proferida nos discursos políticos desse delicado momento político, em que “a sucessão presidencial passou a ser o novo nome da distensão.” Esse é o tom do artigo “Sucessão, a meta número um”, de Marcos Sá Corrêa. Segundo o autor, em meio a essa confusão justificam-se os atropelamentos do cronograma oficial da sucessão:

Na semana passada, foi uma confidência que, sussurrada em Brasília nos círculos mais íntimos da Presidência, escoou através da multidão de partidários e escudeiros do general João Baptista Figueiredo, aninhados hoje no poder e dispostos a permanecer nele: o chefe do SNI teria recebido do presidente Ernesto Geisel a notícia de que será candidato ungido no Palácio em janeiro. [...] Desenrolando: como tudo indica que a designação do sucessor se transformou, há algum tempo, no principal objetivo político do governo Geisel, no dia 15 de março de 1979, se o presidente tiver feito o sucessor, terá cumprido o programa (*Isto É*, ano 2, nº 48, p. 9).

Nessa citação, Marcos Sá Corrêa tece uma crítica à condução dada por Geisel ao projeto distensionista, que se transformou de “lento, gradual a seguro”, em “interesses, emulações, enfim a velha febre que contagia tudo em volta do cargo” (*Isto É*, ano 2, nº 48, p. 9).

Em meio ao fértil debate em torno da sucessão, no último dia do ano de 1978, Geisel confirmou oficialmente o apoio à candidatura de João Baptista Figueiredo à Presidência da República. Apoio que fora antevisto pela revista *Isto É*, já em meados do ano de 1977. O desfecho do processo sucessório se deu no dia 15 de outubro de 1978. A votação no Congresso Nacional ficou assim definida: Euler Bentes Monteiro, candidato pela oposição, recebeu 266, contra 355 votos dados a João Figueiredo. Dessa forma, Figueiredo foi eleito (pelo Colégio Eleitoral) o sucessor de Geisel, e toda a energia, desprendida por Geisel em cima do nome de seu candidato indicado, não foi em vão.

Com intuito de dar continuidade ao processo de transição lento e gradual, em 15 de março de 1979, Geisel passaria o governo para o general Figueiredo, deixando como herança o fim da tortura política aos presos e a extinção do AI-5 em primeiro de janeiro de 1979. (PESAVENTO, 1991, p. 78). No entanto, não foi com o fim do AI-5 que encerrou-se as torturas, as perseguições políticas e a censura. O governo de Figueiredo deu continuidade a repressão aos movimentos sociais e políticos e, não elimina por completo a censura, porém observa-se no período o seu abrandamento.

3. Os Movimentos Sociais na Ótica de Isto É

Neste capítulo, é apresentada uma análise do discurso de *Isto É* acerca dos movimentos sociais no Brasil, da segunda metade da década 1970 a meados de 1981. Para facilitar o trabalho, foi feito um levantamento quantitativo de artigos de *Isto É* que tratam do Movimento de Operários e do Novo Sindicalismo, do Movimento Estudantil e dos Movimentos pelos Direitos Humanos e pela Anistia. Esse levantamento consta nos anexos deste trabalho.

O contexto em que estão inseridos os movimentos, que diz respeito ao final da década de 1970 e início da década de 1980, é o da ditadura militar, em que o país agonizava num processo iniciado com o fim do período denominado “milagre econômico”, dando início a um forte período de recessão. O período compreendido entre 1968 e 1974 caracteriza-se pelo amplo desenvolvimento tecnológico e econômico do país à custa de seu endividamento progressivo e de uma grande concentração de renda. Tudo isso, causa uma grande carestia ao final da década de 1970, desencadeando uma série de protestos e movimentos de greve na luta por melhores condições de trabalho e de vida, respeito aos direitos humanos e pela democracia.

Dentre esses movimentos, destacam-se a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra ligadas à Igreja Católica, de grupos paraeclesiais da igreja, como a Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC), de Associações de Moradores, entidades surgidas diante da necessidade de organização de habitantes de regiões periféricas e de favelas, regiões estas que eram resultado do crescimento desorganizado do espaço urbano e do empobrecimento crescente da população. Ressalta-se também a atuação de organizações da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as Organizações Estudantis e Sindicatos.

É de suma importância para a análise do processo de redemocratização no Brasil a atuação dos movimentos populares, que exerceram muita pressão alterando em certa medida o projeto distensionista, que objetivava ser lento e seguro. Faço uso da interessante análise de Francisco Weffort que aponta ser característico de regimes militares efetuarem uma transição lenta, para assegurar a manutenção do autoritarismo. Observa-se que este é o caso vivenciado na experiência brasileira de redemocratização, que se utilizou de todos os mecanismos de violência para a manutenção da ditadura, e se aliou à sociedade para executar o golpe de 1964 e a redemocratização, assegurando, como pontua Weffort, o “*ethos* capitalista” e a hegemonia econômica de setores da elite.

Em todo caso, as experiências dos anos 60 e 70 sugerem que, nestes países do Cone Sul, a violência talvez seja mais eficaz para conservar do que para mudar a sociedade. Nem os guerrilheiros chegaram ao poder para as mudanças revolucionárias nas quais acreditavam nem os regimes militares foram capazes de mudar a sociedade na medida em que desejavam. Se conseguiram, neste o naquele ponto, alguma mudança na sociedade, foi porque além da violência, contaram em certos momentos, com expressivo apoio de setores da própria sociedade. A propósito, nem os golpes de Estado que dão origem aos regimes militares na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai, teriam sido possíveis sem amplo apoio de setores da sociedade. É também desse apoio, ou de sua conquista em novas bases, que se fala quando se afirma, com razão pelo menos para o caso do Brasil, que o regime militar conseguiu consolidar no país um *ethos* capitalista. Boa parte do caráter conservador da transição brasileira seria difícil de compreender sem que considerássemos as premissas econômicas e sociais novas criadas pelo regime militar. (WEFFORT, 1989, p. 40)

Em função da grande quantidade de matérias sobre os movimentos sociais em *Isto É*, foi necessário fazer um recorte temático. Não é objeto, nem se tem pretensão de esgotar neste capítulo a discussão em torno dos movimentos sociais durante a ditadura militar no Brasil. O que se pretende é analisar como o “novo sindicalismo”, a rearticulação do movimento estudantil e a luta pela anistia, foram abordados nos discursos de *Isto É*, de 1976 a 1981.

3.1 Movimento Sindical

No maior centro industrial do Brasil, localizado na região metropolitana de São Paulo, o país vê surgir o que foi denominado de “novo sindicalismo”, uma nova forma de organização dos trabalhadores que buscavam se desprender do sindicalismo oficial através da organização de base, fortalecendo o movimento operário. Este fortalecimento gera a

histórica greve no ABC Paulista em 1979. Desse contexto de mobilização social, emerge um novo sujeito social, um sujeito coletivo, como bem exemplifica Eder Sader:

Ao final da década vários textos passaram a se referir à irrupção de movimentos operários e populares que emergiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. Era o “novo sindicalismo”, que se pretendia independente do Estado e dos partidos; eram os “novos movimentos de bairro”, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma “nova sociabilidade” em associação comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os “novos movimentos sociais”, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade. (1988, p. 35-36).

Esse novo sujeito é criado pelos movimentos sociais do período e distingue-se por ser um “sujeito social”, ou seja, “coletivo e descentralizado”. Ao usar essa expressão de “sujeito coletivo”, Eder Sader indica: “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”. (1988, p. 11).

Na prática, a atuação cotidiana desses novos sujeitos sociais levou, como afirma Eder Sader, a um “alargamento do espaço da política” em uma estrutura política rígida e condensada sob a égide autoritária:

Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos lugares de trabalho e de moradia, eles “inventaram” novas formas de política. Mas a história dos movimentos sociais não é apenas a sua história interna. Os trabalhadores são o resultado não somente de suas próprias ações, mas também da sua interação com outros agentes. A “política reinventada” dos movimentos teve de se enfrentar com a “velha política” ainda dominante no sistema estatal. Como os movimentos sociais dos trabalhadores incidem sobre o sistema de poder estabelecido? Como se determinam reciprocamente os diversos agentes políticos no cenário público transformado? Essas questões se colocaram de forma flagrante já na década de 80. Mas creio que a compreensão das potencialidades dos movimentos sociais exige que nos voltemos para as modalidades de seus processos de constituição, na década anterior. (1988, p. 20-21).

É importante destacar a visibilidade dos movimentos sociais no final da década de 1970, que figuraram assiduamente nos meios de comunicação de massa, no entanto, as greves eram noticiadas, na maioria das vezes, nas seções de economia e aludiam separadamente aos diferentes setores da produção em que ocorriam. Dessa forma, os movimentos eram vistos fragmentados, sem coesão, o que não é verdade, pois, segundo autor (idem), a fragmentação e a heterogeneidade do movimento apenas mostra formas

distintas de “expressão”: “A pluralidade de movimentos não está indicando nenhuma compartimentação de supostas classes sociais ou camadas sociais diversas. Está indicando diversas formas de expressão.” (SADER, 1988, p. 198). O autor (idem) ainda destaca a pluralidade do movimento como “manifestação de uma identidade singular” ao contrário de uma falha:

Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. E por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência. (SADER, 1988, p. 199).

Nas fontes analisadas nesta pesquisa, que são as revistas *Isto É*, o movimento dos trabalhadores de metalúrgicas, e a organização sindical começam a figurar no conteúdo de seus artigos já em meados de 1977. Contudo, é importante destacar que comumente aparece diluído nos artigos que tratam da economia brasileira, de reajuste salarial, fixação do salário mínimo etc. Por exemplo, no artigo de *Isto É*, de 4 de maio de 1977, com o título: *Um compromisso razoável*, que trata sobre o salário mínimo, Paulo Sérgio Pinheiro, autor da matéria, escreve sobre o “novo sindicalismo” que começa se configurar naquele momento:

Naturalmente, seria prematuro imaginar que esse sindicalismo de tipo novo esteja a ponto de se consolidar no país. De qualquer modo, o surgimento desses ensaios de autonomia abre a possibilidade para que se pense o papel dos sindicatos nas decisões de política salarial. E para que o governo e as classes empresariais constatem as vantagens dos arranjos sinfônicos sobre as decisões assim tomadas por duos, trios ou quartetos. (*Isto É*, ano 1, nº 19, 04/05/1977, p. 11)

Mesmo apontando para a diminuta organização do sindicalismo nesse momento, Paulo Sérgio Pinheiro destaca a importância de sua organização, num contexto completamente inesperado, segundo ele surgem “tentativas de romper a submissão dos sindicatos às diretrizes governamentais”. (*Isto É*, ano 1, nº 19, 04/05/1977, p. 11).

Vale ressaltar que nos anos de 1976 e 1977, são raros os artigos em *Isto É* que abordam exclusivamente a organização dos trabalhadores, diferentemente do movimento estudantil, que no ano de 1977 é uma constante na pauta de *Isto É*. Isso ocorre já que, durante o ano de 1977, os estudantes promoveram pelo menos nove passeatas e encontros, destacando-se, dessa forma, no contexto político.

A estratégia adotada pelos sindicalistas em 1977, difere-se da adotada pelos estudantes. Os sindicatos voltam a se organizar em torno de ideais e reivindicações que buscam negociar diretamente com o presidente Ernesto Geisel. Também observa-se que a conjuntura de pauperização das condições de trabalho leva as bases a pressionar os dirigentes sindicais, para tomar uma atitude frente às políticas governistas.

O início dessas negociações é abordado por Bernardo Lerer, em 14 de setembro de 1977. Segundo o autor da matéria, as reivindicações dos metalúrgicos de São Paulo foram apresentadas ao governo como “reivindicações a curto e médio prazo”, e são elas: “[...] a revogação da política salarial, um fundo de desemprego, a liberdade e a autonomia sindical e a participação das entidades sindicais dos trabalhadores nas decisões governamentais que digam respeito aos trabalhadores” (*Isto É*, ano 2, nº 38, 14/09/1977, p. 17). Podemos notar, a partir dessa citação, que as reivindicações dos trabalhadores naquele momento diziam respeito tanto às melhorias de condições de vida para os trabalhadores, como também almejavam espaço para reestruturação do sindicato com autonomia perante o governo, e participação nas decisões governamentais.

No texto, Lerer faz menção à postura restritiva do presidente Ernesto Geisel, que não aceitava receber “delegações de sindicatos isoladamente”, e só “grupos de vários sindicatos de várias categorias”. Para expor essa questão, o autor utiliza de uma fala de Luiz Inácio da Silva, “o popular ‘Lula’”, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de São Bernardo do Campo e Diadema, segundo o qual Geisel não aceitava reunir-se somente com os representantes dos metalúrgicos. (*Isto É*, ano 2, nº 38, 14/09/1977, p. 17).

Na semana posterior, Luiz Inácio da Silva foi entrevistado em *Isto É* por Anamárcia Vaisencher e Bernardo Lerer. Na entrevista, Lula falou sobre a abertura política e o papel dos sindicatos dos trabalhadores em meio a esse debate que, conforme ele, não deve ser meramente de coadjuvantes do possível processo de abertura:

Antes de mais nada, tudo o que é criado de cima para baixo não pode atender aos anseios dos trabalhadores. Não acredito – e já tivemos prova disso – que uma simples abertura política viria a favorecer o movimento sindical [...] Se houver agora uma abertura política, sem uma correspondente mudança na estrutura sindical, o trabalhador vai continuar sob a tutela do Estado, sem possibilidade de se manifestar. Uma reforma desta estrutura deve vir ao encontro dos anseios dos trabalhadores que querem participar. (*Isto É*, ano 2, nº 39, 21/09/1977, p. 33).

Como pode ser observado na citação, Lula acredita que é necessária uma reforma na estrutura sindical, para que os trabalhadores possam participar do processo de abertura. Na mesma entrevista, o líder dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema questiona e mostra-se descrente sobre o debate em prol da redemocratização de segmentos do empresariado e de políticos:

[...] Minha dúvida aparece quando ouço empresários e políticos falando em redemocratização. Fico em dúvida em relação a ambos: os empresários salvo engano, quando falam em democracia, pensam em democratizar os prejuízos. Por que na época do “milagre” não os distribuíram? Quando a política, pergunto: por que os trabalhadores não tem seus representantes no Congresso, Assembléias e Câmaras de Vereadores? (*Isto É*, ano 2, nº 39, 21/09/1977, p. 33).

O líder sindical também falou sobre a diferença, sob sua perspectiva, entre a atuação do movimento estudantil e do movimento dos trabalhadores que, segundo ele, tem muita diferença, e enfatiza que a organização dos trabalhadores é e deve permanecer entre os trabalhadores, sem a participação dos estudantes, ou de elementos alheios à classe, como verifica-se na citação:

O trabalhador já foi instrumento durante muito tempo, mas, como a maior classe social, dentro de qualquer nação, ela pode deixar de ser instrumento e se dedicar somente a seus ideais e princípios. Mas nunca aos dos outros. Os estudantes estão corretos em realizar seus movimentos, mas dentro da universidade. **Não concebo a idéia de os estudantes realizarem seu movimento dentro da classe operária.** Os desejos não combinam, as ambições são outras, mesmo porque os estudantes mantêm o idealismo por 4 anos: depois, passa a explorar a classe operária. Os estudantes estão de parabéns pelo o que estão fazendo, seu papel na sociedade é este mesmo, mas não aceito a idéia de tentar envolver a classe operária. Quem não entendeu, fique sabendo que não temos compromisso com ninguém, com a esquerda, direita ou centro. Só com a classe trabalhadora. Não pode haver estranhos liderando os trabalhadores. Seus representantes devem ser trabalhadores. No passado a classe trabalhadora foi usada pelo Partido Trabalhista Brasileiro, e farei de tudo para evitar que seja novamente usada. (*Isto É*, ano 2, nº 39, 21/09/1977, p. 34. grifo meu).

Com essa fala, Luiz Inácio parece querer ressaltar a autonomia da organização do novo sindicalismo que despontava naquele momento em São Paulo. Um movimento que deveria ser dirigido pelos próprios operários, sem intervenção de qualquer segmento externo, inclusive, de estudantes.

No ano de 1978, o sindicalismo recebeu grande destaque na pauta de reportagens da revista *Isto É*. Em várias de suas matérias, figura Luiz Ignácio da Silva (Lula), presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Em meio a artigos que tratam da conjuntura econômica, é constante a referência a Lula, como, por exemplo, o

uso de frases ditas por ele, como a frase da revista de 26 de abril de 1978 “Lula: CLT é o nosso AI-5”.

Em meio à reestruturação dos sindicatos e à organização dos operários em torno de reivindicações para a categoria, recebe destaque em *Isto É*, a organização das operárias de metalúrgicas de São Paulo, na realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema. Nessa matéria, Anamércia Vainsencher aborda que, além das lutas comuns a todos os trabalhadores, as dificuldades enfrentadas pelas metalúrgicas requerem ainda mais atenção. Segundo a autora, foi essa a conclusão do congresso. A luta das mulheres é também por “salários iguais; melhores condições de trabalho; condições que permitam a realização da mulher no trabalho, sem prejuízo de sua vida familiar: creches, escolas-parque; e contra o trabalho noturno”. A jornalista usa depoimentos de metalúrgicas da Volkswagen, para discutir sobre a pressão que as chefias exerciam sobre as operárias para que não participassem do sindicato, manifestando-se “em sentido contrário a sindicalização. E as trabalhadoras que insistem têm seus salários congelados (‘enquanto estiverem com essas idéias’, dizem os superiores’).” (*Isto É*, ano 2, nº 59, 08/02/1978, p. 61).

O líder sindical Luiz Inácio da Silva concede muitas entrevistas a *Isto É*, e nestas expõe seu posicionamento político, e o posicionamento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, com relação ao debate político-econômico da época. Entre os temas políticos discutidos por Lula, no início de 1978, em meio ao intenso debate sobre a reforma política e a formação dos novos partidos, encontra-se no artigo escrito pelo professor da USP, José Álvaro Moisés, uma afirmação do sindicalista, de que os trabalhadores não seriam representados pelo MDB, e deveriam organizar-se pela criação de um novo partido, surgido das bases, e que de fato os representasse como mostra a citação: “Para fazer um partido dos trabalhadores, é preciso reunir os trabalhadores, discutir com os trabalhadores, fazer um programa que atenda às necessidades dos trabalhadores. Aí pode nascer um partido de baixo para cima” (*Isto É*, ano 2, nº 60, 15/02/1978, p. 36).

No mesmo artigo, o professor Moisés faz referência a preocupação e interesse que a revista *Isto É* demonstrava ter sobre o sindicalismo. Essa afirmação é interessante, pois remete a uma reflexão: quais os interesses de *Isto É* no “novo sindicalismo” e na promoção de Luiz Inácio da Silva? Essa pergunta não encontra uma resposta simples. Em observação feita por Alberto Dines na entrevista que concedeu ao CPDOC, citada no primeiro capítulo

desta dissertação, o jornalista afirma que Mino Carta (editor de *Isto É*), teria promovido a figura de Lula a pedido do Golbery, que tinha por objetivo “quebrar o MDB”, e “criar uma força sindical não-comunista” (ABREU [et al], 2003, p. 109). Se foi a pedido de Golbery que *Isto É* construiu uma imagem positiva de Luiz Inácio da Silva, associado de fato ao sindicalismo não comunista, isto não fica evidente nas matérias e editoriais analisados, mas observa-se que de fato houve empenho em sua promoção, bem como verificasse interesse da revista na criação de um partido dos trabalhadores.

O professor Carlos Guilherme Mota escreveu em artigo a *Isto É* que: “Lula, expressão nascente de um então novo sindicalismo, muito mais cercado pelos senhores do empresariado dominante que Tiradentes pelos homens de negócios de Minas Gerais”. (*Isto É*, ano 2, nº 62, 01/03/1978, p. 32). Essa análise de Mota é perceptível em *Isto É* que constantemente traz fotos do sindicalista em reuniões com empresários ou com políticos.

No conjunto das matérias analisadas, observa-se a força que a organização desses movimentos de trabalhadores organizados encontra junto à sociedade e que também *Isto É* procura levar a pàuta de suas informações. Lentamente, as reivindicações desses grupos vão ganhando destaque, até figurar na capa de revista de grande circulação como *Isto É*. Contudo em praticamente todas as menções que a revista faz sobre as mobilizações de trabalhadores pelo país, aparece em destaque a figura de Lula.

O contexto de rearticulação dos movimentos sociais enfrenta o retaliamento por parte do governo, sempre intenso, intervenções e prisões são feitas em sindicatos de todo o Brasil, como exemplo, a greve dos bancários de Porto Alegre em setembro de 1979, na matéria de *Isto É*, destaque para o posicionamento do governo no título da matéria: *O governo mantém a linha dura*. (*Isto É*, ano 4, nº 141, 12/09/1979, p. 105).

Utilizarei as reflexões de Eder Sader, ao narrar a maior concentração de pessoas, cerca de 120 mil, desde a implantação do regime militar, no centro de São Bernardo, no dia 1º de maio de 1980, dia em que a greve dos metalúrgicos da região completara um mês, levando “o chefe do Serviço Nacional de Informação a prometer que ‘dobraria’ a ‘república’ de São Bernardo”.

O que poderia ter permanecido um dissídio salarial torna-se um enfrentamento político que polariza a sociedade. Movidos pela solidariedade à greve formam-se comitês de apoio em fábricas e bairros da Grande São Paulo. Pastorais da Igreja, parlamentares da oposição, Ordem dos Advogados, sindicatos, artistas,

estudantes, jornalistas, professores assumiram a greve do ABC como expressão da luta democrática em curso. A resposta viera pronta: os sindicatos promotores da greve foram postos sob intervenção e 12 de seus dirigentes, presos; membros da Comissão de Justiça e Paz e pessoas da oposição haviam sido seqüestradas por agentes do serviço de segurança. (SADER, 1988, p. 27-28)

Por sua vez, a revista *Isto É* do dia 7 de maio de 1980 traz um artigo sobre a marcha dos metalúrgicos de São Paulo, com o título: *A marcha de São Bernardo* e com a lide: Foi um momento de paz. Faltou Lula cada vez mais ameaçado.

Segundo Eder Sader:

O “novo sindicalismo” se beneficiava do clima da distensão política. Mas isso quer dizer que não se acomodava passivamente aos projetos de “abertura” do governo, mas sim que explorava suas possibilidades. Apoiava-se numa mobilização existente nas bases e que carecia de amparo legal. (SADER, 1988, p. 183)

Diante disto, podemos compreender a preocupação dos militares na tentativa de acalantar as massas operárias, com o intuito de manter o controle sobre elas.

Em meio a esse clima de mobilização contra o governo autoritário, destaca-se também a organização e luta do movimento estudantil.

3.2 Movimento Estudantil

A União Brasileira dos Estudantes (UNE) teve um papel importante na luta pelos direitos estudantis, destacando-se fundamentalmente durante a ditadura militar. Porém, vale ressaltar que desde a década de 1930, os estudantes se organizavam em torno de bandeiras de luta, no entanto, segundo Paola Fernandes, ainda não se podia falar de um movimento estudantil:

[...] apesar do estudantado universitário brasileiro se organizar em entidades como a União Democrática Estudantil, a Frente Democrática da Mocidade e a Federação Vermelha dos Estudantes. Porém, essas entidades eram caracterizadas pelo seu âmbito localizado, não chegando a se constituir em organismos unitários de dimensão nacional, de forma que a existência de tais organizações tiveram rápida existência e pequena penetração no meio. (FERNANDES, 2002, p. 5)

A criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) coincidiu com a instituição do Estado Novo, por Getulio Vargas, mas em função do regime autoritário do período, ficou

“sob custódia” da Casa do Estudante Brasileiro (CEB), e conforme Poerner, a entidade era “simpática ao poder público”. (POERNER, 1995, p. 125-127).

Já na década de 1960, Marco Aurélio V. L. de Mattos e Walter Cruz Swensson Jr apontam que o movimento estudantil foi “certamente a força oposicionista mais bem articulada, [...] cuja atuação, embora fosse mais importante nos grandes centros urbanos, alcançava todo o território nacional” (MATTOS & SWENSSON, 2003, p. 29).

As mobilizações estudantis começam a figurar em artigos da revista *Isto É* a partir de 1977, momento em que os estudantes voltam a se rearticular nas universidades, passando para as ruas logo em seguida. A reorganização dos estudantes, num primeiro momento, se dá em torno de reivindicações contra a pauperização da educação superior no Brasil. No dia 6 de abril de 1977, um curto artigo, com o título *Reivindicações e Congestionamento*, traz à pauta da revista um olhar sobre a passeata dos estudantes paulistas, que inicialmente tinha como objetivo concentra-se em frente à Secretaria de Educação, mas que devido à atuação de agentes do DEOPS, seu trajeto foi alterado.

Nesse mesmo dia, desde as dez e meia da manhã, 3 mil estudantes estavam reunidos na Politécnica, na Cidade Universitária. Informados de que a polícia havia fechado o acesso ao Largo do Arouche, transformaram a concentração que lá fariam numa caminhada de alguns quilômetros até o Largo Pinheiros. Chegando às treze horas, sentaram-se e leram em coro as suas reivindicações: mais verbas para a educação, ensino público e gratuito para todos, contra o ensino pago e o aumento da anuidade superior a 35% nas escolas, contra a carestia. Nenhuma palavra que pudesse soar como contrária à ordem vigente ou pregando a violência. (*Isto É*, ano 1, n° 15, 06/04/1977)

É importante destacar o posicionamento da revista diante da passeata e, principalmente, do discurso dos estudantes. Neste caso, elogia sua reformulação pelo abandono de velhos slogans, como “imperialismo ianque” ou “Acordo MEC-USAID” e por ter assumido um discurso, segundo a revista, mais coerente e estratégico diante da conjuntura à época, levantando como sua principal bandeira a carestia, problema vivenciado por amplos segmentos sociais, sobretudo pela classe média:

Embora divididos em grupos de diferentes orientações, os estudantes, ou seus líderes, estão revelando raras qualidades táticas na condução do problema que neste momento é a sua bandeira – problema despido de conotações políticas, digamos assim, tradicionais, mas cujos desenvolvimentos acabam sendo políticos. *Isto É*, os estudantes paulistas mostram dotes políticos e até mesmo faro de consumados freqüentadores das lides políticas na compreensão do momento que o país está vivendo. (*Isto É*, ano 1, n.º 16, 13/04/1977)

Em 11 de maio de 1977, um artigo com o título *A idade do equilíbrio* já apontava para a reformulação dos discursos proferidos pelos estudantes Brasil a fora. A linha fina *O protesto está nas ruas, mas não há violência* pode exemplificar a dimensão das transformações que estavam em curso. A matéria refere-se à reunião de 10 mil universitários no largo de São Francisco, em frente á faculdade de Direito da USP, que já fora palco tradicional das lutas estudantis paulistanas, e que novamente cedia espaço para a articulação e protesto dos estudantes:

[...] a concentração de tão compactada massa universitária parecia significar que o casulo do isolamento estudantil, tecido pela legislação pós-Ato-5, estava definitivamente rompido. O protesto dos estudantes, agora ganhava as praças públicas, tentando se confundir com as reivindicações mais autenticamente populares. (*Isto É*, ano 1, n.º 20, 11/05/1977, p. 12)

Assim, em menos de um mês do primeiro ato público dos estudantes, e cobertura da revista *Isto É*, no mesmo artigo, o autor Nirlando Beirão escreve sobre o discurso dos estudantes, que passara a fazer a crítica de toda a política econômica, do modelo político e até do Regime. Também mostraram à população a mensagem que queriam: “o protesto contra a prisão de oito estudantes e operários, no fim da semana passada, por organismos de segurança.” (*Isto É*, ano 1, n.º 20, 11/05/1977, p. 12). Os estudantes entoaram suas reivindicações no largo de São Francisco: “Liberação para os presos políticos: Anistia para todos. A defesa das liberdades democráticas. Melhores condições de vida. Fim do arrocho salarial.” (*Isto É*, ano 1, n.º 20, 11/05/1977, p. 13)

Para Nirlando Beirão, a agitação dos estudantes, neste momento, representa um “saudável senso crítico” por parte dos estudantes, e não chegaria a se confundir com contestação. Ainda, segundo o autor, a rearticulação do movimento estudantil deve-se a novas entidades que voltaram a se organizar dentro do espaços abertos pelo projeto de “distensão” do governo Geisel. Para o autor, mesmo os estudantes não concordando com a “indulgência” de Geisel, foi esse momento que possibilitou a rearticulação de DCEs desde 1974, num processo lento, que apontava à possibilidade de reviver a UNE:

Haveria também um “plenário Estadual”, com participação das lideranças mais expressivas, e que poderá concluir pela ressurreição da União Estadual de Estudantes, sepultada em 69 pelo decreto 288, filho do AI-5, tanto quanto o famoso 477. Em fim, maio será igualmente palco do III Encontro Nacional de Estudantes, arremedo em miniatura dos antigos congressos da União Nacional dos Estudantes. Aliás, a pauta do III Encontro deve abrir exatamente com o debate sobre a conveniência ou não de se fazer reviver a velha UNE. (*Isto É*, ano 1, n.º 20, 11/05/1977, p. 14)

É importante frisar que a reunião aconteceu secretamente, por força da conjuntura, já que o Coronel Antonio Erasmo Dias, Secretário de Segurança de São Paulo, intensificou o cerco às mobilizações e reuniões dos estudantes. O III Encontro Nacional de Estudantes que deveria ocorrer no campus da USP, não aconteceu, porque a cidade universitária fora tomada e o Coronel Erasmo decretou recesso da Universidade naquele dia. Mesmo assim, os estudantes se reuniram na manhã seguinte na Faculdade de Medicina, localizada fora da cidade universitária. Na ocasião marcaram para quinta-feira, dia 22 de setembro na PUC, o III encontro, data em que foi criada a comissão Pró-UNE.

As declarações do Coronel Erasmo sobre o ocorrido demonstram sua insatisfação com as idéias veiculadas nas manifestações populares da época, e percepção de que os estudantes estavam sendo manipulados:

[...] esse movimento pró-Constituinte, pró-anistia, contra a violência tem, dentro de si, um pano de fundo, uma espécie de campo de força para dar uma espécie de aprovação, uma espécie de aval... porque os mentores intelectuais disso tudo não são necessariamente os estudantes – o estudante é um meio de manobrar. Todas essas cúpulas destes setores ativistas – intelectual, religioso, jornalístico – estão usando todo esse clima no sentido de criar o que eu chamo de uma crise psicológica, utilizando como massa de manobra o movimento estudantil. (*Isto É*, ano 2, n.º 40, 28/09/1977, p. 9)

No artigo escrito por Nirlando Beirão, em 20 de abril de 1977, o autor faz alguns apontamentos sobre o que teria desencadeado a reação organizada dos estudantes na década de 1970. Para Beirão, a organização dos estudantes decorreu de vários fatores, um deles teria sido a crise de petróleo em 1973 e as “primeiras fissuras no reluzente modelo econômico”, outro fator, sugerido pelo autor, diz respeito à vitória do MDB nas “eleições garantidas pelo governo”. O autor aponta também para a morte do jornalista Wladimir Herzog no momento em que os estudantes teriam se unido “aos setores que pediam uma investigação sobre a morte”, isto porque Beirão tece críticas ao setor mais “radical e menos realista” do movimento estudantil do início dos anos 1960, ao qual ele chama de “vanguardismo inócuo”, que segundo o autor, se imaginava o “porta-bandeira da revolução” e satiriza:

Entrincheirados nos porões da Faculdade de Filosofia, na folclórica rua Maria Antonia, em São Paulo, ou no campus da Praia Vermelha, no Rio, imaginavam que dali sairiam numa radiosa manhã para conquistar a Bastilha – e atrás deles viria o povo. Houve até quem realmente saísse em busca dessa Bastilha ilusória. Os que o fizeram ficaram no caminho, pois o povo não os acompanhou.” (*Isto É*, ano 1, n.º 17, 20/04/1977, p. 59).

Parece que para o autor, essa expectativa dos estudantes em fazer a revolução e ser acompanhado pelo povo, em certo sentido será alcançada no episódio da morte de Wladimir Herzog, momento em que de fato houve uma intensa mobilização de vários setores da sociedade, que protesta contra a morte e pede sua averiguação.

No mesmo artigo, Nirlando Beirão escreve sobre essa nova organização estudantil que está se articulando. Para o jornalista, além de uma linguagem nova, que diferencia os estudantes da velha UNE, há também um avanço fundamental na “superação do abismo ideológico entre posições rivais, que transformaram no passado a esquerda universitária num rendilhado de tendências e em presa fácil para os adversários” (*Isto É*, ano 1, nº 17, 20/04/1977, p. 58). Mesmo em 1977, na USP, as disputas pelo DCE ocorreram entre três grupos fortes, além dos menores, o que Beirão aponta como positivo é que “todos eles convergem para um mesmo objetivo estratégico, o combate pelas ‘liberdades democráticas’”. Conforme o jornalista, “oferece um consenso a médio prazo”, o que para ele é fundamental no momento vivido, de promovendo “um debate livre e aberto”. (*Isto É*, ano 1, nº 17, 20/04/1977, p. 59).

Na matéria “A idade do equilíbrio”, de 11 de maio, o mesmo jornalista, Nirlando Beirão, matém a crítica ao movimento estudantil da década de 1960, quando escreve: “O heroísmo estudantil dos anos 60 está decididamente fora de moda. Hoje em dia, chamam a esse tipo de comportamento de ‘precipitação pequeno burguesa’.” (*Isto É*, ano 1, nº 20, 11/05/1977, p. 14). O jornalista Nirlando Beirão deixa claro em suas matérias certa animosidade ao movimento estudantil de 60, que é apresentado em seu discurso como um movimento pequeno-burguês, com grandes cisões ideológicas e bandeiras de luta ultrapassadas. Mas vê com outros olhos o movimento de 1970, mais organizado, com menos cisões ideológicas e com interesses políticos comuns, mas parece ser a estratégia de mobilização que mais agrada a Beirão, uma manifestação crítica, e não um movimento de contestação.

Em entrevista relatada por Paulo Sérgio Pinheiro, seis universitários, lideranças do movimento estudantil em São Paulo, falam sobre a organização dos estudantes. No artigo, não consta o nome dos entrevistados, aparece apenas fragmentos de suas falas, sem menção a quem foi o orador. O fragmento de entrevista que dá início à reportagem vai ao encontro da tese de Nirlando Beirão, exposto acima. Nesse artigo, um dos estudantes fala sobre a diferença que ele vê entre o movimento de 1968 em relação ao de 1977:

As diferenças das manifestações de hoje em relação às de 1968 são claramente percebidas. Em primeiro lugar, porque não há, por hora, intenção de fazer passeatas. Depois, porque o movimento estudantil, naquela época, não tinha condição de fazer o que anunciava. Não adiantava nada propor algumas palavras-de-ordem mais avançadas, se atrás delas não ia gente. Tem-se a impressão, ao ver o passado, que a partir de um certo momento, em 1968, a população começou a sentir que as passeatas atrapalhavam o seu dia-a-dia. Hoje não há nenhuma proposta de radicalização capaz de levar a um conflito com a polícia. E a novidade é que o movimento atual sensibiliza largos setores da população (*Isto É*, ano 1, nº 22, 25/05/1977, p. 9).

Ao que parece, a organização estudantil em 1977 tinha o objetivo de não representar uma continuidade do movimento estudantil dos anos 60. Pretendiam mostrar-se como um movimento diferente, mais maduro, e menos contestador, em diálogo com outros setores da sociedade, como mostra a citação na seqüência “Este é entendido como parte de um movimento social mais amplo. Não lhe cabe nenhum papel de *vanguarda*. Não é o movimento estudantil que vai realizar sozinho os objetivos da luta que propõe. O movimento em si não constitui um universo” (*Isto É*, ano 1, nº 22, 25/05/1977, p. 9). O momento em que os estudantes falam em buscar apoio e apoiar a sociedade numa luta coletiva é propício, dentro da conjuntura político-econômica do período, como aponta o autor da matéria, Paulo Sérgio Pinheiro: “Inflação, custo de vida, dívida externa, corrupção, Lutfallas, crise constitucional, Constituinte, anistia, jogo sucessório” (*Isto É*, ano 1, nº 22, 25/05/1977, p. 9).

No dia 19 de maio de 1977, os estudantes realizaram o “dia nacional de luta”, que contou com manifestações em todo o Brasil, e ao contrário do que aparece em alguns artigos de *Isto É*, na matéria “No tabuleiro político” do mesmo jornalista, acima citado, Nirlando Beirão, consta uma fala atribuída ao cardeal Paulo Evaristo Arns, parabenizando os estudantes por estarem “em luta por seus quatro pontos: anistia ampla, libertação dos estudantes e operários presos, fim das torturas e prisões arbitrárias e liberdades democráticas” (*Isto É*, ano 1, nº 22, 25/05/1977, p. 9). Essa fala de Arns mostra que há na luta estudantil um ato de contestação, e de reivindicação pelo respeito aos direitos humanos.

Na mesma matéria, Beirão faz uma análise sobre as afirmações de que os estudantes estariam sendo vítimas de manobras políticas contra o governo, e ele conclui:

Embora intimidados por um aparatoso esquema de persuasão policial, ainda assim registraram seu protesto nacional, e o volume de sua mobilização, pelo país afora, deixou claro que o movimento universitário é hoje uma peça indispensável no jogo político da nação. E não como poderiam imaginar alguns,

uma articulação artificial manobrada por minorias extremistas. (*Isto É*, ano 1, nº 22, 25/05/1977, p. 5).

Nessa mesma citação, o jornalista destaca a importância política do movimento estudantil na conjuntura em que se apresenta, incitando a mobilização nacional.

Em menos de um mês da publicação dos artigos, que trataram do primeiro “dia nacional de luta”, *Isto É* sinaliza para uma nova matéria sobre as mobilizações estudantis, mas nesta, o próprio título aponta para uma mudança de ares na conjuntura política. O artigo “mudando de tática” trata da repressão policial às manifestações estudantis, que levou os estudantes a mudar suas táticas na organização do que seria o novo “Dia nacional de luta” programado para o dia 15 de junho de 1977. Para evitar o confronto direto com a polícia “com um aparato militar cada vez mais ostensivo”, os estudantes organizaram “comícios-relâmpago, as mobilizações espontâneas de pequenos grupos, aqui, ali, mais além, evitando a concentração e surpreendendo a polícia” (*Isto É*, ano 2, nº 26, 22/06/1977, p. 10).

Essa estratégia dos estudantes, segundo *Isto É*, fez diminuir a violência prevista num confronto direto. Todavia, não foi suficiente para conter a brutalidade policial, que em São Paulo era coordenada pelo coronel Erasmo Dias, com um contingente de 32 mil policiais. No Rio de Janeiro, 5 mil policiais circularam nas ruas da cidade, mas não chegaram a impedir a primeira passeata pela cidade, desde 1968. Este artigo de *Isto É* assinala o endurecimento visível da ditadura militar, na tentativa de supressão de manifestações populares contra o governo ditatorial. As manifestações estudantis foram mantidas com a utilização da mesma tática nos meses seguintes, e não receberam destaque em *Isto É*.

Nota-se que de o projeto de reabertura de Ernesto Geisel passa a ser questionado constantemente pelos estudantes, em suas passeatas, comícios, assembléias estudantis e etc. Em agosto de 1977, *Isto É* entrevistou o estudante Luís Antônio Marrey que, segundo a revista, era candidato a presidente do Cento Acadêmico XI de Agosto, pela chapa “Refazendo”. Uma das perguntas feitas a Marrey, pela revista, foi sobre a redemocratização: “No seu entender, quem deve conduzir esse processo de redemocratização?” (*Isto É*, ano 2, nº 34, 17/08/1977, p. 36). A resposta do estudante foi perspicaz em relação às disputas pela manutenção do poder na conjuntura autoritária de 1977, como mostra a citação:

A questão não é fácil. Não acredito em nada que seja dado de mão beijada. Digo isso porque particularmente não acredito que os detentores do poder de hoje possam, amanhã ou depois, dizer: “Bem, nós já ficamos um bom tempo por aqui, e reconhecemos que o poder emana do povo, e, portanto, chegou a hora de redemocratizar”. Isto nunca aconteceu e não creio que possa acontecer agora. Então, quem vai conduzir o processo? Não sei responder. Temos que esperar que algum setor da sociedade, ou que alguma oposição, exploda e altere o quadro. Creio que de uma maneira geral esta é a expectativa. (*Isto É*, ano 2, nº 34, 17/08/1977, p. 36).

Na seqüência, o estudante fala sobre a relativa liberdade em 1977, como exemplo, cita a própria conversa com a *Isto É*, impensável em anos anteriores, o repórter interroga se essa liberdade relativa foi uma conquista dos estudantes, e Marrey responde:

Pelos setores de oposição em geral. Se produto de ação individual, de capacidade de organização, ou se auxiliada por circunstâncias históricas – tais como a crise econômica deflagrada com a alta dos preços do petróleo, em 1973 -, não importa. O que vale e que houve a conquista. Há cinco anos não se podia piar. De lá para cá, é inegável que as coisas mudaram. Hoje, pode-se debater certos assuntos. Mar por quê? Porque as fileiras da oposição se ampliaram. O empresariado que aplaudiu o “milagre brasileiro”, até 1973, e boa parte da classe média que endossava incondicionalmente o regime, hoje em dia também estão insatisfeitos. (*Isto É*, ano 2, nº 34, 17/08/1977, p. 36 [sic]).

De fato, a participação social no processo de abertura seria fundamental, mas a reação violenta ao movimento estudantil, principalmente em São Paulo, comandada pelo coronel Erasmo Dias, no mês de setembro de 1977, provocou um recuo dos universitários, que pode ser percebido ao longo do ano de 1978. A revista *Isto É*, que em 1977 publicou 19 artigos exclusivamente sobre o movimento estudantil, em 1978, diminuiu esse índice para 8 artigos, o primeiro deles em 4 de janeiro de 1978 fez uma análise do ano de 1977 e tratou das expectativas para o ano de 1978 que, segundo a jornalista Mara Carucchio, prometia ser um ano “bem radical, ‘no bom sentido’”. No entanto, em março, *Isto É* apresentou a segunda matéria do ano exclusiva sobre a atuação dos estudantes, o artigo de Nirlando Beirão tratou da quietude dos estudantes, mas apontava para o calendário de lutas que se iniciaria no dia 28 de março de 1978.

Nesse segundo artigo, Nirlando Beirão dá um grande destaque à importância do movimento estudantil no ano de 1977. Segundo a jornalista Mara Carucchio, a articulação estudantil foi responsável pelo “despertar” de vários segmentos sociais:

Foram os universitários, mais uma vez, que mostraram as brechas. Por elas desaguaram outras vozes de descontentamento. O movimento sindical, entidades de classe, profissionais liberais, enfim o que se chama de sociedade civil passou a se mexer. 1977 pode ter passado para a história com o ano do despertar (*Isto É*, ano 2, nº 65, 22/03/1978, p. 56).

Este mesmo artigo anuncia que a Comissão Pró-Reorganização da UNE, sancionada por 22 diretórios estaduais, divulgará sua carta de princípios no dia 28 de março de 1978, segundo a matéria: “A carta será lida nos territórios universitários de todo o país – é a peça de resistência do Dia Nacional de Protesto” (*Isto É*, ano 2, n.º 65, 22/03/1978, p. 57). No entanto, a revista de n.º 66, de 29 de março de 1978, traz uma matéria interessante, abordando os dez anos da edição do AI-5, e os embates com os estudantes em 68, que culminaram no fechamento da UNE. Porém, essa matéria não faz nenhuma menção ao teor da carta que seria lida nesse dia pelos estudantes.

Em 3 de outubro de 1978, os estudantes realizaram o IV Encontro Nacional de Estudantes, na Cidade Universitária em São Paulo. O encontro não foi reprimido como os anteriores, chegando a surpreender os estudantes, pois não teve a presença maciça de policiais. No encontro, segundo Sílvia Sayão, 469 delegados de 169 faculdades do país “marcaram para o mês de maio do ano que vem o congresso de reconstrução da UNE – União Nacional dos Estudantes.” (*Isto É*, ano 2, n.º 94, 11/10/1978, p. 11). Neste artigo, a autora assume a mesma perspectiva de Nirlando Beirão no que se refere ao histórico do movimento estudantil que, segundo ela, “continua evoluindo”. Todavia, essa evolução apontada refere-se ao apoio dos estudantes ao MDB, discutido e aprovado no encontro, como pode ser analisado na citação:

O movimento estudantil, que já havia mudado de 1968 para 1977, continua evoluindo e, agora, procura organizar-se de uma forma mais consciente. Até o clima de euforia e desafio que transparecia nas manifestações do ano passado está desaparecendo, para dar lugar a discussões mais profundas sobre a atuação dos estudantes na política brasileira. [...] Prevaleceu o argumento de que os estudantes devem apoiar o partido da oposição, pois se o próprio povo vota no MDB, votar nulo seria “afastar-se do povo” (*Isto É*, ano 2, n.º 94, 11/10/1978, p. 11).

Cabe frisar que o movimento estudantil que desponta em 1977 não é homogêneo, apesar de ter bandeira de luta comum, é um movimento que aglutina várias tendências ideológicas, ao contrário do que aparece nas primeiras reportagens de *Isto É* sobre os universitários no ano de 1977.

Mesmo dentro da “ordem distensionista”, proposta por Ernesto Geisel, e com a revogação do AI-5 em dezembro de 1978, o movimento estudantil sofreu dura repressão. Já o governo de Figueiredo, segundo Villas-Boas Corrêa, passou a usar o movimento estudantil como uma desculpa para o endurecimento da ditadura e o protelamento da anistia. (*Isto É*, ano 4, n.º 126, 23/05/1979, p. 34).

Em 29 de maio de 1979, foi realizado em Salvador o Congresso de Reconstrução da UNE, em que “foi eleita uma ‘diretoria’ provisória, formada por oito entidades estudantis consideradas mais importantes [...] é a mesma comissão pró-UNE que organizou o congresso de Salvador” (*Isto É*, ano 4, n.º 128, 06/06/1979, p. 13). Conforme João Santarrosa, essa decisão dos estudantes agradou os setores dos militares que estavam preocupados com a atuação da UNE até o fim do ano. A decisão tomada pelos estudantes foi de eleger essa diretoria provisória para, em setembro, a diretoria da UNE ser eleita através de eleições diretas dos estudantes de todo o país. A diretoria provisória ficou encarregada, apenas dos preparativos para a eleição direta, sem nenhuma estratégia de atuação nacional:

Havia um consenso, no final dos trabalhos, de que ela não terá suporte para coordenar nenhum tipo de luta a nível nacional, embora os defensores do pleito direto afirmem o contrário. Garantem, pelo menos que será defendida a Carta de Princípios também aprovada no encontro de Salvador (*Isto É*, ano 4, n.º 128, 06/06/1979, p. 13).

Mesmo não se lançando diretamente em lutas nacionais, o Congresso de Salvador aprovou “‘campanhas de luta’ da UNE, que todavia deverão permanecer latentes até outubro” (*Isto É*, ano 4, n.º 128, 06/06/1979, p. 14). Foram determinadas as seguintes bandeiras de luta:

[...] contra o ensino pago, por maiores verbas para a educação, pela anistia ampla e irrestrita (este foi o item mais aplaudido pelo plenário), pela filiação das entidades de base à UNE, defesa da Amazônia. Além disso, os estudantes vão começar duas campanhas: uma junto ao governo federal para conseguir reaver os bens da UNE confiscados depois de 1964 e outra junto a parlamentares para que a entidade seja reconhecida oficialmente pelo Congresso Nacional. Na votação das campanhas chamou a atenção o fato de ter sido derrotada, por cerca de 60% dos votos, a proposta que incluía a luta pela convocação de uma Assembléia Constituinte. A maioria decidiu que a UNE não se envolveria em questões políticas desta ordem (*Isto É*, ano 4, n.º 128, 06/06/1979, p. 14)

A decisão dos estudantes, acima indicada, pela não participação dos estudantes na luta pela convocação de uma Assembléia Constituinte agradou aos políticos da Arena. Mas, durante o Congresso em Salvador, os estudantes não foram poupados, uma vez que por duas vezes as luzes foram cortadas e foi arremessado sobre os estudantes um pó branco, que acabou levando como, escreveu Santarrosa, cerca de 60 estudantes para o pronto socorro, para tratar de conjuntivite. Esses atentados, porém, não chegaram a interromper o trabalho do Congresso estudantil.

A eleição da UNE ocorreu nos dias 3 e 4 de outubro de 1979. Contou com a inscrição de cinco chapas, sendo elas: Maioria, Unidade, Mutirão, Novação e Liberdade e Luta. A chapa vencedora foi a Mutirão, e o novo presidente da UNE, Rui César Costa e Silva, como brincou o jornalista Flamínio Fantini “sobrenome nada recomendável” (*Isto É*, ano 4, n.º 146, 10/10/1979, p. 14).

No editorial desta mesma edição de *Isto É*, Mino Carta analisou a conjuntura política e as eleições da UNE e observou que “O governo, na véspera, fez umas tantas ameaças e pareceu que pretendia intimidar os estudantes para que não fossem às urnas”. O jornalista continua sua análise escrevendo que os estudantes, mesmo sob a ameaça, foram votar e não sofreram nenhum “ato de violência cometido pelas chamadas forças da ordem contra candidatos ou eleitores”. Partindo dessa reflexão, o editor propõe uma indagação ao leitor, que se refere à posição do presidente João Figueiredo, frente ao decreto que “determina a punição dos membros de Diretórios Centrais e Acadêmicos que apóiam a UNE?”. Na seqüência, o autor buscou solucionar a sua própria indagação com a hipótese “de que o governo, na prática, aceita a presença da entidade estudantil – e na prática, lhe reconhece a existência -, mas, ao mesmo tempo, se apressa a dar satisfação aos setores mais duros do regime.” (*Isto É*, ano 4, n.º 146, 10/10/1979, p. 3). Nessa análise, Mino Carta reforça o discurso de que o governo militar, empenhado em promover a redemocratização, faz um jogo dúbio, para contentar os chamados setores “duros” da ditadura.

Ainda no mesmo editorial, Mino Carta lança mão de outro possível argumento, na tentativa de justificar a atuação de Figueiredo durante o processo eleitoral da UNE. Esse argumento do autor levanta outra hipótese, a de que o governo talvez estivesse interessado no “juízo favorável da opinião pública” (*Isto É*, ano 4, n.º 146, 10/10/1979, p. 3). Porém, o editor evita dar uma solução aos seus questionamentos levantados no texto.

Em 1980, foram poucas as matérias de *Isto É* que abordaram o movimento estudantil. O maior destaque é dado ao 32º Congresso da UNE, realizado em Piracicaba, São Paulo, entre os dias 13 e 16 de outubro de 1980. A matéria, escrita por José Meirelles Passos, destaca o grande consumo de álcool e de maconha acompanhados de dança e descontração, durante o evento. O autor chama atenção para essas questões propositadamente desde a linha fina: “Os universitários debateram, **beberam**, marcaram eleições diretas, **sambaram** e pediram a Constituinte. Sem repressão e com muito **prazer**”

(*Isto É*, ano 5, nº 200, 22/10/1980, p. 20. Grifo meu). Com um tom que induz a certo desprestígio ao Congresso da UNE, o autor escreveu no primeiro parágrafo do texto:

O calor era quase insuportável dentro do abafado ginásio de esportes, lotado por 6 mil estudantes. De vez em quando, sopravam golfadas de um cheiro acre de suor, misturado ao de cachaça e maconha. Indiferentes ou cansados, alguns dormiam profundamente no chão de cimento. Outros dedicavam-se ao gratificante exercício da bolinação. Mas a grande maioria como num festival de música popular, agitava-se, gritando palavras de ordem de suas facções, enquanto seus líderes duelavam asperamente ao microfone, tentando fazer prevalecer suas posições para o fortalecimento do movimento estudantil. (*Isto É*, ano 5, nº 200, 22/10/1980, p. 20).

Sabe-se que uma das estratégias, utilizadas por jornalistas, para destacar no texto o que lhes interessa, ou interessa a linha editorial do veículo de comunicação, é por a informação em destaque nas primeiras linhas da notícia. Dessa forma, cabe aqui uma reflexão sobre a escolha de Passos, ao tratar do evento da UNE, como mostra a citação acima. Observa-se que está em destaque na matéria “a grande festa” promovida pelos estudantes, que ocorreu, conforme o autor, “Sem violência ou baderna”, mas com um enorme consumo de maconha e de cachaça. Outra estratégia de redação que se observa no texto diz respeito às informações sobre as deliberações do 32º Congresso da UNE que só constam nas últimas linhas da matéria, da seguinte forma:

[...] Mas, enfim, os estudantes deliberaram que em 1981 lutarão conta o lucro na educação e pela abertura dos livros contábeis das escolas, para fiscalização e controle de verbas, por parte da comunidade universitária. Ao mesmo tempo, pediram subsídio para as escolas particulares reconhecidamente deficitárias. No próximo dia 15 de novembro haverá uma manifestação nacional da UNE pela Assembléia Constituinte (“sem João Figueiredo”) e, ao mesmo tempo de repúdio ao adiamento das eleições municipais [...]. (*Isto É*, ano 5, nº 200, 22/10/1980, p. 21).

Essa foi matéria de maior destaque sobre o movimento estudantil em *Isto É*, no ano de 1980. No ano seguinte, observa-se a ausência de matérias sobre a organização e luta dos estudantes na pauta da revista.

Porém, no clima de abertura lenta e gradual, os estudantes continuaram mobilizados em torno da proposta de convocação da Assembléia Nacional Constituinte. A luta se dava também no sentido de garantir a legalização da UNE. Em 1982, a entidade se instalou em uma nova sede doada pelo então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. Em 1984, a UNE, depois de ter participado da campanha pelas “Diretas Já”, resolveu apoiar a candidatura de Tancredo Neves à Presidência. Finalmente, em 1985, o presidente José

Sarney sancionou a Lei nº. 142 que reconhecia a UNE como entidade representativa dos estudantes universitários brasileiros.

3.3 Direitos Humanos e Anistia Política

O debate em torno dos direitos humanos é constante durante todo o governo Geisel, mas após as denúncias da morte do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI em 1975 e 1976, respectivamente, Geisel é compelido a exonerar o general Ednardo D'Avila Melo do comando do II Exército.

O que pensam representantes do governo como o Coronel Erasmo:

O que temos encontrado é uma escala muito bem programada, com degraus sucessivos. Anistia, liberdade, Constituinte são palavras lindas, mas complicam quando são adjetivadas. Veja, por exemplo, anistia ampla e irrestrita. Nada nesta vida é amplo e irrestrito. Então, o que essas campanhas e essa comissão representam, em última análise, é um favorecimento para a criação de um clima de guerra psicológica adversa, que é um prólogo da tão decantada guerra revolucionária, da qual nunca estão a margem os famigerados comunistas, marxistas, leninistas e todos os matizes. (*Isto É*, ano 2, n.º 40, 28/09/1977, p. 9).

Após essas ocorrências, aumentam as críticas feitas à ação dos militares no controle da “subversão” social. São vários os segmentos sociais que reivindicam respeito aos direitos humanos e anistia para os presos políticos. Por Exemplo, a OAB, CNBB, Movimento Estudantil e Intelectual e membros do Partido Comunista do Brasil (que encontravam-se na ilegalidade). Nesse contexto, surgem duas importantes organizações da sociedade civil de reivindicação pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e os Comitês Brasileiros de Anistia / CBAs:

O MFPA surge em 1975; os CBAs começam a se articular em 1977, entram em cena em 1978 e se tornam, então, a grande referência de luta direta contra a ditadura militar. Eles se apresentam como o único movimento legal, de frente, organizado nacionalmente, cujo objetivo declarado é o enfrentamento direto da ditadura no seu arcabouço ideológico, a Doutrina de Segurança Nacional, que tem como núcleo duro o binômio violência e terror: a representação mais genuína ou, melhor dizendo, a instituição central do Estado de Segurança Nacional, instituído pelos militares a partir do golpe de 1964, é a tortura. (GRECO, 2005, p.2).

Somente em 1978, o Congresso aprovou a revogação do AI-5 e do Decreto-lei nº 477, que restabeleceu o *habeas-corpus* para crimes políticos, e o reinício das atividades

políticas de cidadãos cassados há mais de 10 anos. Mas, a anistia para a grande maioria dos presos políticos só se deu em 1979. Todavia, não se tratou da “Anistia Plena, Ampla e Irrestrita” reivindicada pelo MFPA e os CBAs e sim de uma anistia parcial.

Em agosto de 1979 – foi aprovado a Lei de Anistia e com indulto de Natal, no fim do mesmo ano com a libertação de mais presos políticos – a anistia não seria nem tão ampla nem tão irrestrita, mas permitiu a volta ao país de velhos políticos do pré-64, como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes, assim como elementos mais novos da fase da guerrilha, como Fernando Gabeira. (PESAVENTO, 1991, p. 79).

Ainda hoje, os CBAs e grupos como Tortura Nunca Mais, movimento das Madres da Plaza de Maio lutam contra a amnésia estabelecida junto ao processo de anistia parcial e reivindicam a exigência de verdade e direito à memória sobre as prisões e desaparecimentos de militantes políticos, estudantes universitários, professores – homens e mulheres que questionaram o regime político vigente e foram assassinados pelas mãos autoritárias de homens que se auto-instituíram representantes da nação. Homens que, em momento de pseudo-democracia, fomentam a produção de uma história que os convêm e que tiram de cena a brutalidade de suas ações num passado não muito distante. A citação, a seguir, aborda com a perspicácia necessária essa questão:

A produção do esquecimento e a conseqüente manipulação da memória coletiva foram levadas às máximas conseqüências nos vinte e um longos anos de ditadura militar e têm sido devidamente sedimentadas nestes igualmente longos vinte anos de (ainda) transição controlada. No pós-64, torna-se cada vez mais agressiva a prática de se atribuir ao Estado e seus controladores o monopólio da condução e da produção da história. Sua efetivação é a estratégia do esquecimento, dispositivo de dominação adotado pela ditadura como método de governo na mesma lógica que a tortura o fora: como parte integrante do projeto político de desmonte radical da esfera pública e sujeição da sociedade, logo, instrumento de interdição do exercício da política enquanto tal. (GRECO, 2005, p. 6).

As diferentes matrizes discursivas desse momento de abertura apontam para transformações significativas na estrutura política do país, e a participação dos movimentos sociais é fundamental no processo de “redemocratização”. Segundo Sader, encontramos 3 (três) instituições em crise que abrem espaço para novas elaborações. Tendo cada uma experimentado a crise sob a forma de um descolamento com seus públicos respectivos, essas agências buscam novas vias para reatar suas relações, e lutar pelas liberdades democráticas:

Da igreja Católica, sofrendo a perda de influência junto ao povo, surgem as comunidades de base. De grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca de “novas formas de integração com os trabalhadores”. Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um “novo sindicalismo”. Tanto a incidência social quanto a consistência argumentativa são muito desiguais quando comparamos as 3 agências. A matriz discursiva da teologia da libertação, que emerge nas comunidades da Igreja, tem raízes mais fundas na cultura popular e apóia-se numa organização bem implantada. Beneficia-se do “reconhecimento imediato” estabelecido através da religiosidade popular. A matriz marxista não dispõe desta base, enfrenta uma profunda crise e ainda os grupos que a sustentavam vinham de uma derrota desarticuladora. Ela traz, no entanto, em seu benefício, um corpo teórico consistentemente elaborado a respeito dos temas da exploração e da luta sob (e contra) o capitalismo. A matriz sindicalista não extrai sua força nem das tradições populares nem da sistematicidade teórica, mas do lugar institucional em que se situa, lugar constituído para agenciar os conflitos trabalhistas. Por isso mesmo a categoria da eficácia será central nas suas representações. Na verdade, no caso dos discursos do novo sindicalismo, torna-se mesmo problemático pensar na existência de uma matriz própria até meados da década. Embebidos da cultura constituída e dos discursos dominantes, os discursos do novo sindicalismo são os mais imediatamente aderidos aos conflitos, são os mais “atuais”. Eles se constituem operando progressivos deslizamentos de significados nas fissuras dos discursos dominantes, produzidas nos enfrentamentos sociais. (SADER, 1988, p. 144-145).

Refletir sobre o papel dos movimentos sociais no processo “redemocratização” no Brasil é de fundamental importância. O que representou a atuação desses novos sujeitos sociais no contexto político do final da década de 70 e início da década de 80? Em que medida agilizaram ou protelaram o distencionismo político? Para Sader:

Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assinalaram a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas da vida social. Mas foram mais do que isso: foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política. (SADER, 1988, p. 313).

Será que a ação desses movimentos sociais não serviu posteriormente para dar legitimidade à democracia autoritária que se constitui, posteriormente, ao regime militar, com a organização de uma democracia moderna burguesa e implementação do liberalismo econômico? Podemos encontrar ordem na desordem da democracia brasileira que se constrói a partir de meados da década de 80? Claro que é possível visualizarmos essa ordem social! Mas devemos então refletir qual o papel que foi relegado à classe média e baixa da sociedade brasileira.

Nesse sentido, refletir sobre a atuação da revista *Isto É*, é fundamental. Se a revista se posiciona contrariamente ao regime militar e favoravelmente às manifestações sociais

da época estudada, onde fica a crítica posteriormente a abertura? A revista continua se situando pelo discurso dos trabalhadores? Evidentemente que não! A tendência é o posicionamento em favor de empresários, sobretudo dos empresários paulistanos, que descontentes com as políticas econômicas dos governos militares viam na democracia a possibilidade de maior competição no mercado internacional.

Considerações Finais

A América Latina vivenciou um processo muito duro de autoritarismo, com os governos militares. A censura e a violenta repressão aos intelectuais, à imprensa, aos movimentos sociais e às organizações políticas deixaram tristes marcas na história política deste continente. E, hoje, temos um desafio lançado para a história, dar continuidade à luta iniciada durante a reabertura, pelo não esquecimento do que representou a ditadura militar.

Com o Golpe de Estado de 1964, inicia-se a ditadura militar no Brasil. Os militares apoiados por vários segmentos da sociedade civil, vinculados à ideologia política de direita, nos antecedentes do golpe, gestam um ambiente de tensão política, com as acusações feitas ao governo de João Goulart de ser simpatizante do comunismo, e, ainda, construíram uma falsa idéia de que a esquerda no Brasil estava pronta para dar um golpe e fazer a revolução. Dessa forma, a direita teria, com o golpe de 1964, se antecipado ao ataque comunista.

Após longos anos de ditadura, a sociedade civil voltou a organizar-se, com o apoio de religiosos da Igreja Católica vinculados à teologia da libertação, na constituição das Comunidades Eclesiais de Base. A rearticulação do movimento estudantil a partir de 1977, também foi fundamental nesse processo de luta pelos direitos humanos, pelos direitos políticos e pela redemocratização. O Novo sindicalismo igualmente teve um importante papel no processo de luta pela redemocratização. Num contexto de pauperização das condições de trabalho, com crise econômica e desemprego, a organização dos trabalhadores na reivindicação por melhores condições de vida e de trabalho, percebido principalmente durante as greves promovidas nesse período, fez escancarar na mídia e na sociedade um debate mais intenso sobre a redemocratização.

A organização do movimento dos trabalhadores foi amplamente abordado por *Isto É*, que concedeu especial atenção à atuação de Luiz Inácio da Silva como líder sindical, conforme mostra o terceiro capítulo deste trabalho e o anexo A. Essa construção da

imagem de Lula como um líder sindical, representante dos trabalhadores, e por fim expressão máxima dentro do então constituído Partido dos Trabalhadores (PT), leva a um desgaste da representação do MDB como representante também da classe operária.

Como bem lembra Francisco Weffort, “O processo de transição é, por sua qualidade e por suas próprias características, povoado de incertezas” (1989, p. 5). Essa afirmação é válida para o contexto de redemocratização no Brasil. Se por um lado tivemos toda uma preocupação dos governos militares em fazer uma transição, que não escapasse do controle das forças armadas, tivemos, por outro lado, segmentos da sociedade que apoiaram o golpe em 1964 e que posteriormente se posicionaram pela redemocratização e retorno do Estado de Direito. Vale lembrar o exemplo do jornal *Folha de São Paulo*, de empresários e de membros da Igreja Católica.

Na esteira política, porém, a redemocratização não foi tão tranqüila quanto gostariam que fossem os militares. Como se pôde observar no estudo dos discursos de *Isto É*, o papel dos movimentos sociais pela redemocratização e luta pelos direitos humanos foi decisivo no curso da história de reabertura política. A reação dos governos de Geisel e de Figueiredo foi de intensificar a repressão às manifestações populares e de apontar para um retrocesso no projeto de abertura política. No entanto, os movimentos sociais vão tomando força, principalmente, com o amplo descontentamento da classe média, frente à crise econômica.

Nesse clima de tensão, *Isto É* desempenhou um papel singular. No contexto analisado, a revista não se caracteriza como um veículo de comunicação de esquerda, mas sim como uma tendência de oposição política a alguns aspectos do regime militar. Na análise dos editoriais e de suas matérias, percebe-se que há no conjunto uma crítica à lentidão no processo de redemocratização, bem como uma preocupação em publicar matérias que tratassem da rearticulação dos movimentos sociais. Um grande enfoque é dado à luta pela anistia, além da preocupação em abordar a tortura política praticada pelo regime militar, e denunciar que foram muitos os desaparecidos.

Não resta dúvida de que a tensão gerada entre os movimentos sociais e o governo militar acelerou o processo de abertura política. Contudo, a ação repressiva do governo em vários momentos tendeu a um retrocesso na redemocratização, com o objetivo de intimidar

e coibir as manifestações populares, como por exemplo, a violência contra o movimento estudantil citada no último capítulo desta dissertação.

Observa-se que mesmo num contexto de relativa censura, *Isto É* tece em alguns momentos duras críticas à ditadura. Contudo, parece não sofrer nenhum tipo de retaliação por parte do governo federal, exceto por parte de alguns políticos da Arena que solicitaram da revista direito de respostas, ou enviaram para publicação críticas à revista que foram publicadas na seção de cartas de leitores.

Fica claro, na observação do discurso analisado, que a revista em momento algum propunha uma revolução, ou mesmo uma grande mudança estrutural, com alteração no sistema econômico, por exemplo. A preocupação com a forma em que se daria o processo de redemocratização, que não saísse do controle do poder instituído, parece não ser apenas uma preocupação dos militares, mas também de segmentos sociais e do próprio grupo que gerencia *Isto É*. Dessa forma, ao invés de uma transformação ampla no sistema político-econômico, *Isto É* propõe reformas políticas, constitucionais, econômicas e sociais.

Referências Bibliográficas

Livros e Capítulos de Livros

ABREU, Alzira Alves de (Org.); RAMOS, Plínio de Abreu [et al.]. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

ABREU, Alzira Alvez; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora. *Eles Mudaram a Imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: EFGV, 2003.

ABREU, Alzira Alvez de (Org.). *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ALVIM, Thereza Cesário (Org.). *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

ARBEX Jr., José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. 5ª ed.. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Debates; 64. Dirigida por J. Ginsburg).

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BERGER, Christa. 1968, tudo sob os holofotes da imprensa escrita. In: PONGE, Roberto (org). *1968, o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1998.

BOCAYUVA, Pedro Claudino Cunha, VEIGA; MAYRINK, Sandra. *Novo Vocabulário Político*. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CARTA, Mino. *O Castelo de Âmbar*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- _____. (Orgs.). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- _____. (Orgs.) Alzira Alves de Abreu... [et al.]. *Dossiê Geisel*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. *Na tessitura da cena, a vida: comunicação, sociabilidade e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e sociedade autoritária*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHINEM, Rivaldo. *Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- CHOMSKY, Noam. Estados Unidos: mídia e poder. In.: RIBEIRO, Luis Dario Teixeira; PADRÓS, Enrique Serra (Org.); Érico Pinheiro Fernandez... [et al.]. *Contrapontos: Ensaio de História Imediata*. Organizadores: Porto Alegre: Folha da História/Livraria Palmarinca Editora, 1999.
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertextos, 2001.
- CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- D'ARAUJO, Maria Celina. Ministério da Justiça, o lado duro da transição. In.: CASTRO, Celso (Orgs.) Alzira Alves de Abreu... [et al.]. *Dossiê Geisel*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- FAUSTO NETO, Antonio. *Comunicação e mídia impressa*. Estudos sobre a Aids. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- FERREIRA, Delson. *Manual de Sociologia*. São Paulo: Atlas, 2001.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8ª ed.. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

- FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.
- _____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.
- GENRO Filho, Adelmo, WEIGERT, Sérgio, ROLIN, Marcos. *Hora do Povo: Uma vertente para o fascismo*. São Paulo: Brasil Debates, S/D.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Estolatria. In: SADER, Emir (Org.) *Gramsci: poder, política e partido*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. In: REMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética do jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- _____. *Abertura de uma crise*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982.
- LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história?. In.: *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Trad. José Antonio Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1998. (p. 221-224)
- LEVY, Armando. *Propaganda a arte de gerar descrédito*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 2003.
- LIMA, Venício A. de. *Mídia: Teoria e Política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- MACIEL, Davi. *A Argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.
- MAINWARING, Scott P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto/Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. 2ª ed. Revisada. São Paulo: Global Editora, 1980.
- MARTINS, João Roberto Filho. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar*. Campinas (SP): Papyrus, 1987.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi L. & SWENSSON Jr., Walter Cruz. *Contra os Inimigos da Ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MIRANDA, Ricardo; PEREIRA, Carlos Alberto M. *Televisão: As imagens e os sons: no ar, o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

O'DONNELL, Guillermo. *Análise do Autoritarismo Burocrático*. Trad. Claudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2001.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

PAES, Maria Helena; DUARTE, Geni Rosa; VANNUCHI, Camilo. *Leituras da imprensa/Fotografias Sebastião Salgado*. São Paulo: Bei Comunicação, 2000. (coleção êxodos: programa educacional)

PANDOLFI, Dulce Chaves, org. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PELEGRINI, Sandra. *A UNE nos Anos 60 – Utopias e Práticas no Brasil*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os Militares no Poder*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. 2ª ed. São Paulo: Hacker editores, 2002.

POERNER, Artur José. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: Centro de memória da Juventude, 4ª ed., 1995.

PONGE, Robert, (org.). *1968, o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1998.

QUINO. *Toda a Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

RAMONET, Ignácio. *A tirania da Comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

- RÉMOND, René, (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRF, 1996.
- RIBEIRO, Luis Dario Teixeira; PADRÓS, Enrique Serra (Org.); Érico Pinheiro Fernandez... [et al.]. *Contrapontos: Ensaio de História Imediata*. Organizadores:. Porto Alegre: Folha da História/Livraria Palmarinca Editora, 1999.
- RODRIGUES, Gabriela. História: uma ciência do presente. In.: RIBEIRO, Luis Dario Teixeira; PADRÓS, Enrique Serra (Org.); Érico Pinheiro Fernandez... [et al.]. *Contrapontos: Ensaio de História Imediata*. Organizadores:. Porto Alegre: Folha da História/Livraria Palmarinca Editora, 1999.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Tradução de Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- SODRÉ, Muniz. *Sociedade, Mídia e Violência*. Porto alegre: EDIPUCRS, 2002.
- TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. *Para entender a política brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

Monografias, Teses e Dissertações

- DIAS, Luiz Antonio. *O poder da imprensa e a imprensa do poder: A Folha de São Paulo e o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História)- UNESP/ASSIS, Assis, 1993.
- FERNANDES, Paola Aparecida. “A UNE Reúne...”? Os discursos de Veja sobre o fora-Collor. (Monografia). UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon, 2002.
- MAGALHÃES, Francisco Laerte Juvêncio. *Veja, Isto É, Leia: A imagem e a imagem nos discursos de capa das revistas Veja e Isto É: A disputa de sentido no episódio das mortes de Paulo Cezar Farias e Suzana Marcolino*. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.
- PERES, Liege Socorro Albuquerque. *O Período Collor: análise da cobertura das revistas Veja e Isto É de antes da eleição presidencial até o impeachment*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). USP. São Paulo, 1998.
- SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese (Doutorado em História)- UFF/UNIOESTE, Niterói, 2005.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. *O discurso de Veja e o MST: do silêncio a satanização*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa)- PUC/SP, São Paulo, 2001.

Artigos em Revistas e Anais de Eventos

GRECO, Heloísa. A dimensão trágica da luta pela anistia. *Anais XXIII Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz*, 23., 2005, Londrina, PR. 1 CD-ROM.

LOBO, Claudia dos Santos Lagame. A sucessão de Geisel e a imprensa. *Anais XXIII Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz*, 23., 2005, Londrina, PR. 1 CD-ROM.

MIGUEL, Luis Felipe. Retrato de Uma Ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. ANPUH/Humanitas publicações, vol. 20, nº 39, 2000.

MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil. *Lua Nova: Revista de cultura e política: Transições políticas na América Latina*. Nº. 16. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, março de 1989.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As Bases da Nova Direita. Seus medos, seu medo. *Novos Estudos CEBRAP*. Nº 19. São Paulo, dezembro de 1987.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e Transição. *Revista USP*. Março/abril/maio 1991.

WEFFORT, Francisco C. Incertezas da Transição na América Latina. *Lua Nova: Revista de cultura e política: Transições políticas na América Latina*. Nº. 16. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, março de 1989.

Verbetes em Dicionários e Enciclopédias

KUSHNIR, Beatriz. *Mino Carta*. In.: Dicionário Histórico-bibliográfico Brasileiro pós 1930. Coordenação Alzira Alvez Abreu [et al]. Ed. Rev. e Atual. Rio de Janeiro: EFGV, 2001, 5 v.

COUTO, André. ISTO É. In.: Dicionário Histórico-bibliográfico Brasileiro pós 1930. Coordenação Alzira Alvez Abreu [et al]. Ed. Rev. e Atual. Rio de Janeiro: EFGV, 2001, 5 v.

Sites Consultados

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ideologia>. Em 20/10/2006.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Discurso>. Em 21/10/2006.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 10 de março de 2007.

SELMA MARTINS DUARTE

Anexos

Levantamento de Fontes sobre Os Movimentos Sociais

Anexo A: Movimento Sindical (1977 a 1981)

Ano de 1977

	Data	Título	Autor	Página
1	04/05/1977	Mínimo: Um compromisso razoável – Trabalhadores e seus novos e velhos limites.	Paulo Sérgio Pinheiro	9-11
2	04/05/1977	Entrevista: O bom senso de Nascimento: Salário, saúde, sindicato: as preocupações do ministro.	I. É.	12-13
3	04/05/1977	Fica quieto, senão o sr. Reitor vem te pegar.	Alfredo Schechtman & André Luís Nogueira de Souza	40
4	10/08/1977	No “front” paulista: Coisas que estão acontecendo e vão acontecer em São Paulo.	Armando V. Salem e Tão Gomes Pinto	5-10
5	14/09/1977	Metalúrgicos: O “não” do governo abala os trabalhadores.	Bernardo Lerer	17
6	21/09/1977	Entrevista com Lula: Abertura? Para quem?: O líder dos metalúrgicos fala de suas lutas e de outras, de ontem e de hoje.	Anamárcia Vainsencher e Bernardo Lerer	33-34
7	21/09/1977	Entrevista: O poder dos sindicatos: Alessandro Pizzorno fala da negociação inevitável entre governo e operários.	Paulo Sérgio Pinheiro	36-37
8	02/11/1977	Além da questão salarial: Os trabalhadores participam no debate político.	Anamárcia Vainsencher e Luiz Roberto Serrano.	67-69

Ano de 1978

	Data	Título	Autor	Página
1	08/02/1978	Sindicatos: As chapas de oposição se articulam: No Rio, bancários e jornalistas brigam pelos votos.	Ricardo Lessa	14-15
2	08/02/1978	Congresso das Metalúrgicas: Elas acham que a briga não é só delas: Mas querem salários iguais, mais creches e escolas.	Anamárcia Vaisencher	60-61
3	08/02/1978	Lula	Cartas de leitores	68
4	15/02/1978	Porque os trabalhadores não têm voz ativa? A legislação é ruim, mas...: ... pior é a própria estrutura sindical.	José Álvaro Moisés	36-37

5	22/02/1978	Eu formulo, tu falas, eles esperam: Portella continua ouvindo democratas. Até quando?	José Carlos Bardawil	8-11
6	22/02/1978	As velhas estruturas caem por terra: E nessas horas, até a polícia age em favor do trabalhador.	Sem assinatura	70-71
7	01/03/1978	Metalúrgicas: Uma ordem de Brasília: apurem tudo! A polícia entrou em cena: vai investigar as denúncias das mulheres.	Bernardo Lerer	62
8	19/04/1978	Muita conversa para pouco resultado: Os ministros e os sindicatos discutiram em São Paulo.	Bernardo Lerer	84-86
9	03/05/1978	Sucessões, Lula e o futuro	Mino Carta	3
10	03/05/1978	A hora de existir: A classe operária pode não chegar ao paraíso, mas está saindo do longo purgatório.	Clóvis Rossi e Luís Roberto Serrano	20-26
11	03/05/1978	Patrão vs. Operário: Empresários e trabalhadores debatem os seus problemas. E há queixas comuns.	Entrevista	28-37
12	03/05/1978	Dia contraditório: De festa ou de luta? Depende de como se derem mudanças inevitáveis.	Francisco C. Weffort	38-41
13	10/05/1978	1º de maio: Será que bastam os gols de Reinaldo? Não. O nó sindical está ficando mais complicado.	Clóvis Rossi	14-16
14	17/05/1978	Mais um passo na organização dos sindicatos.	Bernardo Lerer	88
15	17/05/1978	As máquinas param, e o diálogo também: Operários da Ford reclamam do reajuste salarial.	Sem assinatura	89
16	24/05/1978	A rigor, só a greve não é obsoleta.	Mino Carta	3
17	24/05/1978	Uma greve sem violência: dez anos depois, os operários param. Mas tudo é diferente.	Bernardo Lerer, Luís Roberto Serrano e Sílvio Lancellotti	67-71
18	07/06/1978	Já não se pensa apenas em futebol.	Mino Carta	3
19	07/06/1978	Greve: Esta vitória é de todos.	Luís Roberto Serrano	62-67
20	07/06/1978	Um direito entre outros.	Paul Singer	68-69
21	14/06/1978	Operários: Onde o ABC pode aprender o Bê-a-bá: O sindicalismo europeu e as vias para a política.	Moacir Japiassu	58-61
22	14/06/1978	Autopeças: também houve um acordo: Surpreendentemente, as paralisações chegaram a Osasco.	Carlos Monforte	75
23	21/06/1978	Greve: Os temores e as propostas da indústria: A FIESP pede um abono e fala em segurança nacional.	Carlos Monforte e Maria Christina Pinheiro	84-86
24	28/06/1978	Sindicatos Patronais: Até na FIESP há sinais de mudanças: Luís Eulálio é o candidato da renovação.	Maria Christina Pinheiro	68-70
25	28/06/1978	Metalúrgicos/SP: Será que desta vez a oposição leva? Há três chapas nessa eleição, com muitas diferenças.	Carlos Monforte	72
26	05/07/1978	Sindicatos pedem o fim de seu AI-5: a	Sem assinatura	16-17

		CLT.		
27	19/05/1978	Greves em SP: O empresário puxou o revólver e...	Maria Christina Pinheiro	72
28	26/07/1978	E surgem as comissões de fábricas: O sindicalismo começa a ser contemporâneo.	Silvio Lancellotti	13
29	26/07/1978	Quem vai ganhar?	Luiz Roberto Serrano	78-84
30	02/08/1978	Campista Ganhou?	Aluizio Maranhão e Anamácia Vainsencher	64-69
31	26/07/1978	Estivadores de Santos: Ninguém respeita o senhor interventor: Quem manda no sindicato são os trabalhadores.	Maria Christina Pinheiro	72-73
32	09/08/1978	Trabalhadores: As greves chegaram à zona rural	José Meirelles Passos	70-72
33	23/08/1978	Sindicatos: Por enquanto, intervenção é só boataria.	L. R. S.	86
34	16/08/1978	Movimento sindical: O governo soltou seu pacote antigreve: E os trabalhadores respondem no ato: nós somos contra.	Anamácia Vainsencher	80-83
35	30/08/1978	Seria uma manifestação, virou um desafio.	Clóvis Rossi	85-86
36	30/08/1978	FIESP: Será este um contra-ataque da situação? É p que parece, no documento de apoio ao atual presidente.	Bernardo Lerer	88
37	30/08/1978	Siderurgia: O governo já fez um novo Plano Mestre.	Bernardo Lerer	88
38	30/08/1978	Trabalhadores: Petroleiros querem 20% de aumento: Mas o que ganham é o maior cerco policial de Santos.	José Meirelles Passos	90
39	06/09/1978	ABERTURA X FECHADURA	Capa	
40	06/09/1978	Cheiro de fumaça.	Mino Carta	3-4
41	06/09/1978	Trata-se de uma recaída repressiva?	Antonio Beluco Marra	11-12
42	06/09/1978	Bancários: Uma greve tímida e pouco articulada: Mas muitos temiam as conseqüências do movimento.	Maria Christina Pinheiro	84-85
43	06/09/1978	Metalúrgicos – MG: A luta para conseguir um domingo livre: uma greve contra a semana de sete dias úteis.	Chico Brant	86
44	13/09/1978	Bancários-SP: Uma greve que não deu muito certo: Apesar do acordo, cresce a oposição no sindicato.	Luiz Roberto Serrano	80-82
45	20/09/1978	Sindicalistas em Brasília: Aprendendo lições de democracia relativa.	José Negreiros	8-9
46	20/09/1978	Debate: Preparar as bases: esta é a única saída: Lula e cia. contam decepções e traçam planos.	I. É.	9-12
47	04/10/1978	A Arena se escondeu, azar dela: Triste espetáculo para os dez líderes sindicais.	J. C. B.	7
48	11/10/1978	Estivadores: Sete chapas disputam o	José Meirelles Passos	104-

		sindicato.		105
49	18/10/1978	III congresso dos metalúrgicos: A classe operária vai ao Guarujá.	Anamárcia Vainsencher e Maria Christina Pinheiro	94-98
50	18/10/1978	Reajuste salarial: Um teste decisivo para os acordos coletivos.	Luiz Roberto Serrano	100-101
51	25/10/1978	A negociação parte para o segundo "round": Trabalhadores querem aumento, empresários não querem a greve.	L. R. S. e M. C. P.	106-107
52	31/10/1978	Empresários x Metalúrgicos: Uma longa e demorada negociação.	Luiz Roberto Serrano	96
53	13/12/1978	Os planos dos operários.	Luiz Roberto Serrano	90
54	27/12/1978	Uma novidade: a "corrente para a frente": Os trabalhadores criaram um novo tipo de piquete.	Sem assinatura	76

Ano de 1979

	Data	Título	Autor	Página
1	24/01/1979	1º) A questão social; 2º) etc.	Tão Gomes Pinto	4-8
2	24/01/1979	Os ônibus param, a cidade também.	Maria Helena Malta e Maurício Dias	8-10
3	24/01/1979	Debate: Operários, ontem e hoje.	Sem assinatura	34-41
4	31/01/1979	Trabalhadores: Uma idéia de partido.	Luiz Roberto Serrano	64-65
5	07/03/1979	Greve de escravos nos bananais.	José Meireles Passos	76-77
6	21/03/1979	Figueiredo, lula e Brasil.	Mino Carta	3
7	21/03/1979	Greve em SP: Uma prova de força, na semana da posse.	Luiz Roberto Serrano, Nunzio Briguglio e Ricardo Kotscho	89-93
8	11/04/1979	Greves: Até quando fica a intervenção no ABC?	Luiz Roberto Serrano	97-98
9	09/05/1979	Por que São Paulo está fervendo.	Mino Carta	3
10	09/05/1979	Direitos humanos, mas que é isso?	J. C. B.	30
11	09/05/1979	De Jango a Osasco-68	Sem assinatura	72
12	09/05/1979	Dia do Trabalho: Excesso de democracia?	Anamárcia Vainsencher	98-102
13	23/05/1979	Greves: umas acabam e outras começam.	Nunzio Briguglio	13-14
14	30/05/1979	A greve, quase total, não parou os jornais.	Sem assinatura	4-5
15	06/06/1979	Greves: Incrível: elas pararam em São Paulo: Agora é a vez dos outros Estados e das "greves-pipoca".	Nunzio Briguglio	14-15
16	13/06/1979	Autênticos vão aos trabalhadores.	Paulo Godói	9-10
17	20/06/1979	Enquanto o PT não vem, um pouco de paz: Já não se procura a unidade a qualquer	N. B. F.	12-13

		preço.		
18	27/06/1979	Investimento no Fundo de Greve S. A.	Milton Saldanha Machado	101-102
19	18/07/1979	A CLT não muda nunca?	Debate	32-38
20	01/08/1979	Os trabalhadores podem fazer política? (foto de um metalúrgico com um emblema escrito PT, em seu macacão de trabalho).		Capa
21	01/08/1979	Trabalhadores? Que medo...	Mino Carta	3
22	01/08/1979	Afinal, o que é esse PT?	Nunzio Briguglio	4-9
23	01/08/1979	Nessa greve, quase ninguém se entendeu.	Sem assinatura	98
24	08/08/1979	Minas, ou a desilusão do Planalto	Mino Carta	3
25	08/08/1979	Greve "força selvagem"	Nunzio Briguglio e Tão Gomes Pinto	4-11
26	29/08/1979	A reforma dos salários	Luiz Roberto Serrano e Nunzio Briguglio	78-84
27	12/09/1979	O governo mantém a linha dura: Intervenção no Sindicato de Porto Alegre.	Mário Watanabe	105-106
28	19/09/1979	O governo e as greves: aonde vai Lula?	(destaque para a primeira foto de Lula nas capas de <i>Isto É</i>)	Capa
29	19/09/1979	Lula, Figueiredo e os fatos.	Mino Carta	3
30	26/09/1979	Uma semana calma; o que virá depois?	Luiz Roberto Serrano	84-85
31	03/10/1979	As greves crescem; a repressão idem.	Anamárcia Vaisencher e José Eustáquio de Oliveira	94
32	31/10/1979	Na hora de votar, todo mundo fugiu.	Não anotei	101
33	07/11/1979	A greve de São Paulo e suas conseqüências: O que separa as lideranças da massa.		Capa
34	07/11/1979	Os líderes e suas bases desorientadas	Mino Carta	3
35	07/11/1979	Greves: De cabeça no teto.	Luiz Roberto Serrano	10-14
36	07/11/1979	Tiros de festim?	Clóvis Rossi e Nunzio Briguglio	13
37	14/11/1979	Lula e os primitivos	Mino Carta	3
38	21/11/1979	Lições de uma greve frustrada.	Nunzio Briguglio	S/N
39	28/11/1979	Governo X Sindicatos: Uma proposta de trégua.	Luiz Roberto Serrano	90-92
40	26/12/1979	Em busca de um novo projeto político.	Luiz Roberto Serrano	39-40

Ano de 1980

	Data	Título	Autor	Página
1	16/01/1980	Síndrome obsessiva do trabalhismo.	Nunzio Briguglio	14-15
2	16/01/1980	Os sindicatos do ABC procuram o seu	Luiz Roberto Serrano	75

		caminho.		
3	20/02/1980	Governo pensa no delegado sindical.	L. R. S./P. F.	70
4	05/03/1980	Uma campanha salarial rica em novidades: Já há uma grande mobilização em São Bernardo.	C. R. S.	69
5	12/03/1980	Para novos tempos, novas estratégias.	Luiz Roberto Serrano	82-83
6	19/03/1980	O fantasma da greve.	José Meirelles Passos e Luiz Roberto Serrano	64-70
7	26/03/1980	Governo vs greves.		Capa
8	26/03/1980	Sinais de confronto no ar: o governo ameaça e os operários prometem não ceder.	Luiz Roberto Serrano	76-78
9	02/04/1980	O pássaro de São Bernardo.	Mino Carta	3
10	02/04/1980	Lula nos últimos dias? Se houver greve, na quarta-feira ele perderá o sindicato.	Luiz Roberto Serrano	76-81
11	09/04/1980	Como? Não julgaram a greve ilegal? Murilo Macedo: Ministro do Trabalho.		Capa
12	09/04/1980	Entre a lei e justiça.	Mino Carta	3
13	09/04/1980	O nó Sindical: As surpresas da greve.	Luiz Roberto Serrano e Tão Gomes Pinto	4-13
14	09/04/1980	Editorial: A recomposição interventora.	Raymundo Faoro	13
15	16/04/1980	Um país chamado São Bernardo.	Mino Carta	3
16	16/04/1980	Lula-Macedo, empate na queda-de-braço: O governo aposta no esvaziamento. São Bernardo resiste.	José Meirelles Passos e Luiz Roberto Serrano	9-13
17	23/04/1980	(foto de Lula com um X) Cassado.		Capa
18	23/04/1980	Lula, cravo ou ferradura?	Mino Carta	3
19	23/04/1980	Lula cassado. E agora?	Luiz Roberto Serrano e Mino Carta	4-9
20	30/04/1980	Greve, Governo, Crise – Dom Paulo Evaristo: O cardeal resistente.		Capa
21	30/04/1980	Da greve nasce a crise: Lula preso. Operários parados. E uma briga com a Igreja.	José Carlos Bardawil e Tão Gomes Pinto	6-11
22	30/04/1980	Lula e a condição operária.	Antonio Fernando de Franceschi	11
23	07/05/1980	O patriotismo ornamental.	Mino Carta	3
24	07/05/1980	1º de maio: A marcha de S. Bernardo.	José Meirelles Passos, Luiz Roberto Serrano e Mino Carta	4-9
25	07/05/1980	O DOI-COD, o DEOPS e o embrulho jurídico: O governo não quer Lula fora da cadeia tão cedo.	Nunzio Briguglio e Tão Gomes Pinto	9-10
26	07/05/1980	D. Paulo e C. Cláudio no contra-ataque: Eles mantêm o apoio à greve e criticam as multinacionais.	Sérgio Buarque de Gusmão.	11
27	07/05/1980	O planalto avisa: não quer negociar: Seu objetivo é bater a república de São Bernardo.	José Carlos Bardawil	12-13
28	07/05/1980	Editorial: A praça de touros da legalidade	Raymundo Faoro	13

29	14/05/1980	Humilhação para todos	Mino Carta	3
30	14/05/1980	É hora de pensar em Lula	Luiz Roberto Serrano	4-7
31	14/05/1980	Editorial: Os reféns internos	Raymundo Faoro	7
32	21/05/1980	Exclusivo: Pesquisa Gallup: O governo desgastou-se na greve.		Capa
33	21/05/1980	Ficou o desgaste.	Sem assinatura	12-17
34	21/05/1980	Queremos Lula solto, gritavam no ABC.	Nunzio Briguglio e Luiz Roberto Serrano	18-19
35	28/05/1980	E de repente chegou Lula, libertado.	Luiz Roberto Serrano e Nunzio Briguglio	20-22
36	28/05/1980	Entrevista feita por Frei Beto a Lula: Reflexões depois da cadeia.	Frei Beto	23-25
37	28/05/1980	Tudo errado na lei de greve.	Francisco C. Weffort	28-29
38	11/06/1980	Venceu a linha de Lula. O PT de massa.	Luiz Roberto Serrano	24-26
39	11/06/1980	Guerrilha? Isso é uma guerra: A última vítima do Araguaia é um líder sindical.	Sem assinatura	33
40	25/06/1980	Vinde a mim o operário.	Sem assinatura	52-53
41	02/07/1980	Lula agora é mesmo um político. Amém.	L. R. S.	14
42	02/07/1980	Dia de cão no sindicato dos metalúrgicos.	J. M. P.	15
43	23/07/1980	Lula e mais doze na Lei de Segurança: Em São Paulo, a Justiça Militar volta aos casos políticos.	Nunzio Briguglio e Eduardo Bueno	25
44	27/08/1980	Pó que nos comovemos tanto com a Polônia.	Mino Carta	11
45	08/10/1980	Entrevista a Guido Giugni: A democracia sindical	Luiz Roberto Serrano	73
46	15/10/1980	Sai Salles, um ex-condenado à prisão perpétua.	Sem assinatura	22
47	29/10/1980	Os jornaleros querem de volta seu sindicato.	N. B.	24
48	05/11/1980	Desta vez a FIESP negocio de verdade.	Luiz Roberto Serrano	74-75
49	31/12/1980	Papai Noel não se lembrou dos sindicatos.	Cláudio Meyer	68

Ano de 1981

	Data	Título	Autor	Página
1	28/01/1981	O novo sindicato do Brasil vai à Europa.	Giuseppe Morabito	22-23
2	04/02/1981	O antídoto anti-Lula	Mino Carta	9
3	04/02/1981	Lula em São Paulo, acusado de subversão.	Sérgio Buarque de Gusmão	19-20
4	11/02/1981	Editorial: O chefe e a sombra.	Raymundo Faoro	17
5	04/03/1981	Ausente e condenado.	Luiz Roberto Serrano e Nunzio Briguglio	15-18
6	18/03/1981	Lula e Bittar não falaram do capataz morto.	C. A. S	23
7	01/04/1981	O dilema do ABC.	Luiz Roberto Serrano	64-67
8	01/04/1981	Diálogo ou monólogo?	Francisco Weffort	66-67

9	08/04/1981	Desta vez, até o ABC assinou o acordo.	Luiz Roberto Serrano	69-70
10	08/04/1981	Em 1979, um plano secreto.	José Carlos Bardawil	70

Anexo B: Movimento Estudantil (1977 a 1981)

Ano de 1977

	Data	Título	Autor	Página
1	06/04/1977	Estudantes: Reivindicações e congestionamento.	Sem assinatura	15-16
2	13/04/1977	Estudantes: Paulo Egydio vai à USP?	Sem assinatura	30
3	20/04/1977	De 1823 a 1977: História de Exclusões.	Carlos Guilherme Mota & Paulo Sérgio Pinheiro	12-15
4	20/04/1977	O que querem agora? Até uma nova UNE pode surgir dessas discussões.	Nirlando Beirão	57-59
5	11/05/1977	A idade do equilíbrio: o protesto está nas ruas, mas não há violência.	Nirlando Beirão	12-15
6	18/05/1977	Dia 19, novo encontro marcado nas ruas	Sem assinatura	13-14
7	18/05/1977	Margarida, Glauber, Barnard, os estudantes...	Sérgio Augusto	32
8	25/05/1977	Política: Mas eles não são o próprio futuro?	Editorial – Mino Carta	4
9	25/05/1977	No tabuleiro político: Uma nova peça provou que existe. Mas poderá jogar?	Nirlando Beirão	5-10
10	25/05/1977	O que as novas lideranças têm a dizer	Paulo Sérgio Pinheiro	9-10
11	15/06/1977	A onda que vai e vem: Desta vez foi. E a caçada foi pequena.	Armando V. Salem	5-10
12	15/06/1977	Conciliação, ou apenas paz temporária?	André Gustavo Stumpf, Nelson Blecher, Charles Magno Medeiros e Mario André	13-14
13	15/06/1977	Pesquisa exclusiva: Onde não falta apoio aos estudantes: Nas classes A e B mais do que na C e D: é o que revela Gallup.	Sem assinatura	39-56
14	22/06/1977	Estudantes: Mudando de tática: Ações simultâneas para evitar o confronto direto.	Alex Solnik, Dulce Tupy, Maria Cristina C. Pinheiro, Maria Helena Malta, Marlene Cohen e Nelson Blecher.	10-13
15	13/07/1977	SBPC: Enfim, a reunião: Cinco mil teimosos cientistas debatem os dramas do Brasil.	Paulo Sérgio Pinheiro e Nirlando Beirão.	8-12
16	10/08/1977	No “front” paulista: Coisas que estão acontecendo e vão acontecer em São Paulo.	Armando V. Salem e Tão Gomes Pinto	5-10
17	17/08/1977	Entrevista com Luís Antonio Marrey: Fala de um estudante: A redemocratização e o movimento nas universidades.	I. É.	35-38
18	28/09/1977	A noite da violência: Invasão da PUC em São Paulo: uma nova etapa?	Alex Solnik e Tão Gomes Pinto	6-9
19	28/09/1977	“Sou um fusível. Não deixo a voltagem subir”: Uma entrevista com o coronel Erasmo, pouco antes de a	Tão Gomes Pinto	9-10

		voltagem subir.		
20	05/10/1977	Pode, não pode, pode: e se fez o ato público: As andanças do coronel Erasmo e a explicação do DCE.	Alex Solnik	12-13

Ano de 1978

	Data	Título	Autor	Página
1	04/01/1978	O que restou de 1977 e os planos para 1978: Depois de um ano movimentado, eles prometem outro bem radical “no bom sentido”.	Mara Carucchio	22-23
2	22/03/1978	Os estudantes estão quietos demais: Mas o calendário letivo da mobilização já começa dia 28.	Nirlando Beirão	56-57
3	29/03/1978	1968: dez anos de um ano inesquecível	Sem assinatura	52-55
4	05/04/1978	Militares, Carter, estudantes etc...	Sem assinatura	9-11
5	26/07/1978	Receita para a Arena ganhar voto de estudante.	Villas-Boas Corrêa	24
6	11/10/1978	Estudantes: Acreditem: eles se reuniram sem repressão.	Silvia Sayão	11
7	31/10/1978	O voto do estudante.	Sem assinatura	41-44
8	27/12/1978	Pior que a polícia, só os coleguinhas.	Cláudio Weber Abramo	8-9

Ano de 1979

	Data	Título	Autor	Página
1	09/05/1979	Salvador, dia 29: a UNE está de volta.	Sérgio Buarque de Gusmão	32-36
2	23/05/1979	Junho será mesmo o mês dos estudantes?	Antônio Beluco Marra, Demóstenes Teixeira e João Santarosa	28-30
3	23/05/1979	O governo do depois, nunca do agora: De junho a agosto, com uma nova desculpa: a UNE.	Villas-Boas Corrêa	34
4	30/05/1979	Por que <i>Isto É</i> saiu atrasada: UNE: O espaço político dos estudantes.		Capa
5	30/05/1979	A greve e a paz de espírito	Mino Carta	3-4
6	30/05/1979	A UNE é exorcizada: o governo na a reconhece, as ela volta e é absorvida.	Clóvis Rossi	6-9
7	30/05/1979	No passado, o triunfalismo e a tragédia.	Sérgio Buarque de Gusmão	9-10
8	06/06/1979	UNE: Renasce o corpo. Mas falta a cabeça: A diretoria será eleita (diretamente) só em setembro.	João Santarrosa	13-14
9	06/06/1979	Estamos pagando as contas de 15 anos de calote: A UNE e as greves são parcelas do débito acumulado.	Villas-Boas Corrêa	36

10	27/06/1979	A Une Corrige	Cartas de Leitores – Edson Cavalcante	
11	25/07/1979	Libelu: Eis o Fascínio radical	Wagner Carelli	10-14
12	12/09/1979	Movimento Estudantil/SP: Abaixo a chateação!	Pyr Marcondes	44-46
13	03/10/1979	UNE: Os primeiros líderes depois dos mortos.	Flamínio Fantini	50-52
14	10/10/1979	Mirem-se no exemplo de Itajubá.	Mino Carta	3
15	10/10/1979	Um triunfo obtido em solidário mutirão.	Flamínio Fantini	14-15
16	17/10/1979	Muitas ideologias para uma só UNE.	Flamínio Fantini	17
17	17/10/1979	A UNE contra os faraós.	Flamínio Fantini	39
18	14/11/1979	Greve em SP: Um final melancólico.	Luiz Roberto Serrano	16-18
19	05/12/1979	O João e a confusão.	Silvio Lancellotti e Tão Gomes Pinto	3-5
20	12/12/1979	Só a Síndrome de Florianópolis pode explicar.	S. B. G.	10

Ano de 1980

	Data	Título	Autor	Página
1	09/07/1980	Ninguém hoje quer fazer mutirão: Seis diretores da UNE mudaram bruscamente suas posições políticas e povoam os sonhos das organizações fantasmas do “racha”.	Flamínio Fantini e Wagner Carelli	64-65
2	01/10/1980	As moças da PUC serão indenizadas.	Sem assinatura	18
3	08/10/1980	Um desafio aos mitos: os trabalhadores dos canaviais de Pernambuco fizeram a maior greve dos últimos tempos. E mostraram que não ficam atrás dos operários do Sul Maravilha.	José Meirelles Passos	70-72
4	15/10/1980	UNE: O congresso começa, apesar das ameaças.	Sem assinatura	24
5	22/10/1980	O congresso da UNE foi um barato.	José Meirelles Passos	20-21
6	10/12/1980	O plano do professor saiu com o general.	Carlos Alberto Sardenberg e Miriam Guaraciaba	29-30
7	17/12/1980	A política ataca pela periferia.	Maria Helena Passos	18-20

Ano de 1981

	Data	Título	Autor	Página
	25/02/1981	Palavrões contra a segurança nacional?	Nunziu Briguglio	16-18
	08/04/1981	A UNE propõe greve geral contra Ludwig.	Armando Rollemberg e Sheila Kaplan	17-18

Anexo C: Movimento pela Anistia, e pelos Direitos Humanos (1977 a 1981)

Ano de 1977

	Data	Título	Autor	Página
1	11/05/1977	A idade do equilíbrio: o protesto está nas ruas, mas não há violência.	Nirlando Beirão	12-15
2	25/05/1977	No tabuleiro político: Uma nova peça provou que existe. Mas poderá jogar?	Nirlando Beirão	5-10
3	15/06/1977	Direitos Humanos, a questão crucial	Hugo Estenssoro	16-17
4	15/06/1977	Classe média: Insegura? Preocupada? A insatisfação começa no bolso, mas vai além.	Bolivar Lamounier	34-36
5	15/06/1977	A história de uma lenta e gradual desilusão: A classe média está voltando ao velho sonho liberal-democrático.	Paulo Sérgio Pinheiro	37-39
6	22/06/1977	América Latina: “Lobby” contra as ditaduras	Hugo Estenssoro	24
7	06/07/1977	Julgamento: PC do B: Outra difícil defesa	Alex Solnik	15
8	06/07/1977	Entrevista a Dalmo Dallari: Líder dos direitos humanos diz que insatisfação levará à democracia: “É hora de participar”.	I. É.	36-37
9	20/07/1977	Mulheres na rua. E não é para fazer compras.	Maria Inês Castilho	44-45
10	10/08/1977	No “front” paulista: Coisas que estão acontecendo e vão acontecer em São Paulo.	Armando V. Salem e Tão Gomes Pinto	5-10
11	10/08/1977	No Rio, “torturas de costume”.	Sem assinatura	16
12	21/09/1977	Um projeto de anistia.	Thomas Coelho	6
13	02/11/1977	Dois anos depois: De outubro de 75 a outubro de 77, um enredo que começa com Vlado.	Mino Carta	5-8
14	23/11/1977	Presos políticos: a falta que faz o “hábeas corpus”: Aumenta o coro contra o ir e vir das denúncias.	Sem assinatura	15

Ano de 1978

	Data	Título	Autor	Página
1	18/01/1978	Mario Lago põe a boca no mundo: a censura ataca de todos os lados. O velho Lago protesta.	Moacir Japiassu	52-54
2	08/02/1978	Anistia: Ela não é prioritária, diz Portella: Mas alguma coisa terá que ser feita logo.	Thomaz Coelho	13-14
3	22/02/1978	Cassados voltam à política, mas sem anistia: Devolução dos direitos beneficia quase 90%, 10% ficam para depois.	Villas-Boas Corrêa	31
4	22/02/1978	A censura sai. O medo também vai	N. B	52-53

		embora? Rádio e TV saberão decidir o que fazer por si mesmos?		
5	22/02/1978	A América exorciza o seu passado: Hoje, a política é bem diferente do cinismo Kissingeriano.	Paulo Sérgio Pinheiro	54
6	01/03/1978	A anistia e os riscos do revanchismo: Exilados, punidos e seus problemas. E o capitão Sérgio.	André Gustavo Stumpf e José Carlos Bardawil	11-14
7	01/03/1978	A anistia não cura todos os males: Raymundo Faoro, presidente da OAB, fala do assunto do momento, que para ele não é o mais importante.	Sérgio Augusto	14-15
8	01/03/1978	Decretada anistia ampla e irrestrita!	Henfil	74
9	15/03/1978	É a polícia! Socorro! Pega, prende, bate. É a rotina do medo em todo o Brasil.	Percival de Souza e Sílvio Lancellotti	10-15 0
10	22/03/1978	O coronel, os democratas e a democracia.	Mino Carta	4
11	22/03/1978	Entrevista a Dom Paulo Evaristo Arns: O marxismo não chegará: O cardeal defende a ação política e se sente discriminado	I. É.	10-11
12	29/03/1978	Amigos, com cautela: Carter vem buscar pontos comuns. E as cartas que ele trocou com Geisel (uma, aqui revelada) sugerem que alguns existem.	André Gustavo Stumpf	24-26
13	29/03/1978	Presos? Mortos? Um mistério: Foram detidos entre 1971 e 1975. Nunca mais se soube deles.	Sem assinatura	26-27
14	29/03/1978	O que Jimmy vai ouvir do cardeal? Um tema provável: relação dos 23 desaparecidos.	Clóvis Rossi	27-28
15	05/04/1978	Anistia e passaportes	Cartas de leitores	97
16	26/04/1978	A luta de um cético esperançoso.	Mino Carta	4
17	26/04/1978	Chile: Pois é, até o Pinochet concedeu anistia.	Clóvis Rossi	19-20
18	26/04/1978	Igreja busca novos caminhos.	Bernardo Lerer e Clóvis Rossi	79
19	10/05/1978	Presos políticos: Cada vez mais adesões a greve de fome.	Sem assinatura	18
20	10/05/1978	STM e tortura: aparentemente era um caso rotineiro.	Sem assinatura	18-19
21	17/05/1978	O tempo contra o arbítrio	Mino Carta	4
22	17/05/1978	O regime está no banco dos réus: OAB faz acusação contundente e pede democracia.	Clóvis Rossi e J. Nunzio	4-9
23	17/05/1978	Concurso: Um Cartaz para a Anistia.	Propaganda	S/N
24	14/06/1978	Esta reabertura não caiu do Céu: Afinal, a liberdade interessa a amplos setores sociais.	Paul Singer	78-79
25	05/07/1978	Caso Herzog: E não será lida a sentença que estava pronta.	B. L.	15
26	19/05/1978	SBPC-78: Cientistas no palco, é o	Sérgio Augusto	12-15

		USPstock: Muita confusão e boicote velado às ciências sociais.		
27	19/05/1978	Dom Paulo e o fermento na massa.	Dalmo de Abreu Dallari	50
28	19/05/1978	Exilados e passaportes	Rosa Freire D'Aguiar	79
29	28/06/1978	E a imagem como fica?	Sem assinatura	79
30	02/08/1978	Entrevista: Júlio de Santa Ana diz como se trabalha no Conselho Mundial de Igrejas: A fé participante.	Elice Munerato	43-44
31	09/08/1978	Teatro: No palco, o papel do exilado político: A volta de Boal, nesse murro em ponta de faca.	Moacir Japiassu	38-39
32	16/08/1978	Mães de presos políticos e exilados falam: NÃO É HORA DE REVANCHISMO.	Capa	
34	16/08/1978	Presos, exilados, torturados: Suas mães só invocam o estado de direito.	Maurício Dias	10-14
35	23/08/1978	Humanitários?	Mino Carta	4
36	30/08/1978	Prisões, torturas. Mas há sinais de mudança	Antônio Beluco Marra e Nunzio Briguglio	16
37	06/09/1978	Uma semana em que a rua foi da polícia: E uma semana em que não se torturaram os presos políticos.	Clóvis Rossi	8-11
38	13/09/1978	Espetáculo: Saiu a anistia, ampla e geral. Pelo riso: Henfil consegue indignar-se com tudo e ainda fazer rir.	Ruy Castro	72-73
39	27/09/1978	Dossiê da Repressão: OS MORTOS E DESAPARECIDOS	Capa	
40	27/09/1978	Dossiê da Repressão: Desaparecidos?!	Sem assinatura	24-45
41	11/10/1978	Desaparecidos	Cartas de leitores	108
42	25/10/1978	A lei de segurança e os nossos presos políticos.	Capa	
43	25/10/1978	O prólogo da anistia?	Clóvis Rossi e Maurício Dias	10-14
44	25/10/1978	Caso Vlado: As mesmas dúvidas, após três anos.	Sem assinatura	50
45	31/10/1978	As tensas relações entre poder e intelectuais depois de 64: A inteligência cassada, aposentada, exilada	Capa	
46	31/10/1978	Vlado, na hora da Justiça.	Mino Carta	3
47	31/10/1978	A morte de Vlado: O governo é o culpado.	Sem assinatura	4-8
48	31/10/1978	O crime foi pensar.	Maurício Dias	26-33
49	08/11/1978	Abertura: Assim (foto de uma manifestação tranquila)? Ou assim (foto da polícia agredindo manifestantes)?	Capa	
50	08/11/1978	Desculpe, coronel Ludwig, mas...	Mino Carta	3
51	08/11/1978	Abertura e Segurança Nacional: A grande contradição.	José Carlos Bardawil	4-11
52	08/11/1978	Os assassinos eram da polícia. De novo.	Sem assinatura	14-15

53	08/11/1978	Depois de Vlado: O processo à tortura: Agora, reabre-se os casos Fiel Filho, Merlindo, Vannucchi...	Clóvis Rossi e Nunzio Briguglio	26-32
54	15/11/1978	Vem aí outra sentença contra o governo: porque ele não pode provar que Fiel Filho se suicidou.	C. R.	34
55	27/12/1978	Torturas: Fazer pode, mas é proibido ver e contar.	Sônia V. Moreira	10

Ano de 1979

	Data	Título	Autor	Página
1	03/01/1979	A reforma e o seqüestro no Sul	Mino Carta	3
2	03/01/1979	Adeus arbítrio velho...	Antônio Beluco Marra e Tão Gomes Pinto	4-8
3	03/01/1979	A procissão do retorno começa dia 1º	Helena Salem e Nunzio Briguglio	8-9
4	17/01/1979	Sem AI-5: Que espera os 120 ex-banidos?	Antônio Beluco Marra e N. B. F.	30
5	24/01/1979	Anistia: é certo: ela virá. Falta definir como.	A. B. M.	33
6	31/01/1979	Surpresa: Dinarte propões uma anistia.	J. C. B. e M. D.	6
7	14/02/1979	Anistia: Ampla? É possível. Mas bem gradual.	José Carlos Bardawil	12-13
8	14/02/1979	Repressão: Tudo muito estranho.	Osmar Trindade	26-27
9	14/02/1979	Repressão: Tortura tipo exportação.	Ingo Reynaldo Ostrowski e Ricardo Kotscho e colaboradores	28-37
10	28/02/1979	A morte do sargento guerrilheiro.	Tânia Krutscka	28
11	07/03/1979	Nem CPI nem punição, dizem os militares.	Antônio Beluco Marra	9-10
12	07/03/1979	Guerrilha do Araguaia: O mistério do soldado desaparecido.	Palmério Vasconcelos	28
13	07/03/1979	A repressão acusada.	Clóvis Rossi	30-36
14	07/03/1979	Aqueles que não querem a volta dos exilados.	N. B. F.	60-61
15	14/03/1979	O Exército e as denúncias de tortura	Mino Carta	3
16	14/03/1979	Nem tortura nem Benevides. Só anistia.	J. C. B.	5-6
17	14/03/1979	Madre Maurina no Brasil. E liberada.	Sem assinatura	9-10
18	14/03/1979	Caso Flávia: Poder paralelo tenta impedir sua libertação.	Carlos Marchi	10
19	21/03/1979	Tortura, a missa negra do regime.	Sem assinatura	55
20	21/03/1979	“Quero voltar. Mas...”	Rosa Freire D’Aguiar	63-66
21	11/04/1979	Anistia: Há lugar para Prestes e Arraes.	Sem assinatura	8
22	25/04/1979	Anistia: O governo diz que quer, o povo também.	Sem assinatura	15
23	09/05/1979	Tortura é rotina.	Sem assinatura	66-67
24	16/05/1979	Vencidos pela emoção, o MDB	José Carlos Bardawil	16-17

		pede a CPI: Como a voz dos torturados chegou enfim ao congresso.		
25	30/05/1979	Anistia: A brevidade acoplada à possibilidade: Ou seja, ela sai logo mais ainda não tem data marcada (sic).	Tão Gomes Pinto	10-12
26	06/06/1979	ANISTIA: Sem adjetivos.		Capa
27	06/06/1979	Anistia: Ampla, porém restrita.	Maurício Dias e Tão Gomes Pinto	4-8
28	06/06/1979	Fim de Exílio: Ibrahim em Osasco, dez anos depois.	Ricardo Kotscho	29-31
29	13/06/1979	Saem a Arena e MDB, entra a anistia: O governo não quer que a anistia reforce o MDB.	Thomaz Coelho	8-9
30	20/06/1979	Anistia: O projeto sai nos cem dias de governo.	Thomaz Coelho	4-7
31	27/06/1979	A anistia está aumentando, aumentando...	J. C. B.	Não identifiquei
32	04/07/1979	ANISTIA: Depoimentos de quem ficou de fora		Capa
33	04/07/1979	As entrelinhas do ministro Portella	Mino Carta	3
34	04/07/1979	O futuro da anistia	José Carlos Bardawil	4-6
35	04/07/1979	Batendo continência	Clóvis Rossi	7-8
36	04/07/1979	O que muda na política com a anistia	Tão Gomes Pinto	8-10
37	04/07/1979	Editorial: Ainda, e por muito tempo ainda, a anistia.	Raymundo Faoro	10-11
38	04/07/1979	Falam os “terroristas”	Francisco Barreira	12-17
39	18/07/1979	Nos presídios, dúvidas e um pouco de medo.	Nunzio Briguglio	28-29
40	25/07/1979	Direitos Humanos: O conselho justifica o nome. Emfim.	Paulo Godói	9
41	01/08/1979	Anistia: A greve de fome contra o projeto.	Maurício Dias	18
42	01/08/1979	Exilados, futura ponte?	Helena Salem	20-21
43	01/08/1979	Repressão e tortura, os temas de hoje: Os caminhos da ficção brasileira, apesar das censuras.	B. M.	60
44	08/08/1979	Rio, que saudade: os filhos dos desaparecidos.		Capa
45	08/08/1979	Caso Rubens Paiva: Terá chegado afinal a hora da verdade?	Maurício Dias	20-22
46	08/08/1979	Caso Merlin: Uma nova ação por morte no DOI-CODI.	Ricardo Carvalho	22-23
47	08/08/1979	Caso Aézio: O operário suicidou-se ou foi enforcado?	Valério Meinel	23
48	08/08/1979	Órfãos pela repressão	Clóvis Rossi e Ricardo Carvalho	24-27
49	08/08/1979	Visita aos 14 “mahatmas” do Instituto Penal.	Antonio Callado	48
50	15/08/1979	Greve de fome: Agora no estágio do risco de vida.	Valério Meinel	19
51	15/08/1979	Direitos Humanos: Seria Áttila o	Carlos M. Fernandes	20

		flagelo dos gaúchos?		
52	22/08/1979	Direitos Humanos: Um juiz para ouvir como morreu Fiel.	Paulo Sérgio Markun	16-17
53	22/08/1979	Perigo: um mês de protesto pela anistia.	Maria Helana Malta	17
54	22/08/1979	Primeiras histórias da clandestinidade.	Sérgio Buarque de Gusmão	18-21
55	22/08/1979	É subversivo. Almoçou com Jorge Amado	Angélica de Moraes	22
56	29/08/1979	Aqui está enterrado um desaparecido: Luís Eurico Tejera Lisboa (enterrado como Nelson Bueno) - Anistia: A derrota do governo.		Capa
57	29/08/1979	Encontrado: um corpo: Por sete anos Suzana procurou o marido. Ele está num cemitério.	Ricardo Carvalho	4-8
58	29/08/1979	“Temos do direito de saber”	R. C.	7
59	29/08/1979	Anistia Parcial: A batalha no Congresso.	Armando Rolemberg e Ricardo Pereira	9-15
60	29/08/1979	Editorial: A anistia impura.	Raymundo Faoro	15
61	05/09/1979	Confusão da Anistia: Vereadores voltam, operários não.	Alex Gambirásio	19-22
62	05/09/1979	Suicídio de rotina. Mas apareceu um juiz.	Valério Meinel	22--23
63	26/09/1979	Para quem luta pelo ideal, uma punição: Mas para quem trabalhou com a repressão...	José Eustáquio de Oliveira	21
64	26/09/1979	Caso Aézio: Como acobertar uma morte no xadrez	Valério Meinel	22-23
65	26/09/1979	O esquadrão quer anistia. Uma loucura? Há uma certa lógica; eles acham que estavam colaborando.	V. M.	24
66	03/10/1979	Contra a impunidade e por mais amor.	Paulo Sérgio Markun	23-24
67	17/10/1979	A volta de Prestes e o PC: Os eurocomunotropicals.	Sérgio Buarque de Gusmão	4-9
68	31/10/1979	Anistia: A pecadora encontra o caminho de Deus.	José Antônio Silva	61-62
69	07/11/1979	O que pensa este jovem?	Theodomiro	21
70	07/11/1979	Crime conexo não é só o do torturador.	Sérgio Buarque de Gusmão	22
71	07/11/1979	De novo, uma absolvição para Mariel.	Valério Meinel	23
72	14/11/1979	Pode-se criticar retornados?		Capa
73	14/11/1979	O direito de criticar: Por que razão um retornado deve ser intocável?	Silvio Lancellotti	4-7
74	14/11/1979	Quem pagará pela morte de Santo.	Antônio Carlos Fon	19
75	14/11/1979	José Duarte e Apolônio: em cena outra vez: E Duarte conta que ouviu os gritos de um bebê na tortura.	Sérgio Buarque de Gusmão.	20
76	21/11/1979	Como se fabricavam os arrependimentos	Sérgio Buarque de Gusmão.	18-21

77	28/11/1979	Tal como a anistia, o indulto é parcial: A Lei de segurança foi mais generosa e libertou mais gente.	Sérgio Buarque de Gusmão	16-17
78	28/11/1979	Entrevista: Boal	Rosa Freire D'Águiar	79-81
79	12/12/1979	Memórias (e marcas) das prisões políticas.	Sérgio Buarque de Gusmão	22-24
80	12/12/1979	A vez dos presos comuns.	Hamilton Bernardo Cardoso	42-46

Ano de 1980

	Data	Título	Autor	Página
1	02/01/1980	Última punição: a velha burocracia.	Sérgio Buarque de Gusmão	10-11
2	23/01/1980	Ex-presos garantem que havia tortura.	Sérgio Buarque de Gusmão	20-21
3	13/02/1980	Desta vez, os EUA dão boa nota ao Brasil.	Sem assinatura	25
4	20/02/1980	Mais dois soltos. Agora só resta um.	Sem assinatura	11-12
5	26/03/1980	A burocracia ainda emperra a reintegração: só vota ao emprego quem sobreviveu ao crivo das comissões.	Sérgio Buarque de Gusmão	23
6	02/04/1980	A anistia beneficiou os torturadores?	Carlos Alberto Sardenberg	26
7	16/04/1980	Flávia Schilling: As últimas horas em Punta de Rieles.	Nunzio Briguglio	15
8	16/04/1980	Editorial: Os adendos à anistia restrita	Raymundo Faoro	21
9	16/04/1980	Quem responde pela tortura de Hilário?	S. B. G.	27
10	23/04/1980	Está reaberto o caso Rubens Paiva	Sem assinatura	12
11	30/04/1980	Agora, luta contra a condicional.	S. B. G.	23
12	30/04/1980	Preso político, um depósito em conta bancária: Ditaduras eliminam fronteiras com o Satélite Torturar.	Antônio Callado	82
13	07/05/1980	Onde estarão estes seis brasileiros?	Carlos Alberto Sardenberg	20-21
14	07/05/1980	Depois da anistia, a "cassação branca"	Maurício Dias	22-23
15	21/05/1980	DOI-CODI matou a mulher de Stuart Angel.	Sem assinatura	31
16	21/05/1980	Por que não julgam Raul Careca?	José Meirelles Passos	33-34
17	28/05/1980	Quem deve ficar surpreso?	Mino Carta	11
18	25/06/1980	Caso Celiberti: Aqui se tortura.	Sem assinatura	20-23
19	02/07/1980	Reintegrações: Foi para isso que se fez a Revolução?	Benício Medeiros	17
20	02/07/1980	A grande guinada.	Sérgio Buarque de Gusmão	66-74
21	09/07/1980	O advogado agredido.	Sem assinatura	32
22	09/07/1980	Editorial: Peregrinação ou cruzada?	Raymundo Faoro	34
23	09/07/1980	Torturadores de todo o mundo, cuidado: Se pisarem território norte-americano, a lei pode apanhá-los. (sic)	Paulo Sotero	42

24	23/07/1980	Tiros. E aparece o DOPS da abertura: Essa polícia de São Paulo exhibe uma nova imagem na investigação da agressão a Dallari e dos atentados contra escritórios de advogados.	Sérgio Buarque de Gusmão	18-22
25	30/07/1980	O nó dos atentados: Uma ducha na investigação do caso Dallari. Pode-se investigar, mas ninguém verá as fotos dos prováveis suspeitos. Pode-se investigar?	Tão Gomes Pinto	12-17
26	06/08/1980	Os livros que a tortura militar nos deu.	Antonio Callado	55
27	20/08/1980	A polícia cava para esconder duas ossadas.	Antonio Carlos Fon	24-25
28	27/08/1980	Esta não é uma anistia dos pobres	Benício Medeiros	28-29
29	10/09/1980	Órgãos de repressão, comunidade solidária.	Tão Gomes Pinto e Carlos Alberto Sardenberg	18-21
30	08/10/1980	Caso Dallari: O que o DOPS encontrou? Nada? Procure de novo.	Sem assinatura	24
31	22/10/1980	Nobel aos perseguidos	Nunzio Briguglio	38-39
32	22/10/1980	Brasil, ponto chave da não violência.	João Vitor Strauss	40
33	29/10/1980	Condenaram Shibata: o laudo era falso.	José Meirelles Passos	21
34	29/10/1980	Em busca dos guerrilheiros do Araguaia.	Elias Faria	23-24
35	05/11/1980	A tortura ainda é uma rotina nas delegacias.	José Meirelles Passos	25
36	05/11/1980	Especialidade: torturar.	O.R.	27
37	05/11/1980	O grande bispo entre os selvagens do rio	Antonio Callado	56
38	12/11/1980	Morre mais uma na delegacia de Caxias.	Octávio Ribeiro	31
39	19/11/1980	Shibata fala. E reabre velhas histórias.	Sérgio Buarque de Gusmão	33
40	24/12/1980	Houve tortura. E a União deve pagar.	Sérgio Buarque de Gusmão	22
41	24/12/1980	Os ateus de farda e batina que querem enterrar a Igreja.	Antonio Callado	52
42	31/12/1980	A gente começa a se exprimir. Não é pouco.	Mino Carta	11

Ano de 1981

	Data	Título	Autor	Página
1	07/01/1981	Mais um "suicídio" para a União pagar.	Lito Cavalcante e Nunzio Briguglio	14-15
2	21/01/1981	Exilados: A OAB quer que eles fiquem no Brasil.	Maurício Dias	24
3	28/01/1981	Editorial: O inacessível conservador.	Raymundo Faoro	21
4	28/01/1981	O povo em movimento.	Carlos Alberto Sardenberg	62-67
5	11/02/1981	A casa dos horrores.	Lucia Romeu e Antônio Carlos Fon	10-11

6	11/02/1981	O Carneiro era o dr. Lobo	Entrevista a Inês e Amílcar Lobo	12-13
7	11/02/1981	Os europeus vêm ver Lula na Justiça Militar.	Sem assinatura	19
8	18/02/1981	Os assuntos do ministro Walter Pires: anistia e revanchismo.		Capa
9	18/02/1981	O fantasma do passado	Mino Carta	9
10	18/02/1981	O anti-revanchismo.	Tão Gomes Pinto	10-15
11	18/02/1981	Bateram na suspeita. Era uma freira.	Sem assinatura	22
12	18/02/1981	A polícia carioca tem solução?	Antônio Carlos Fon	22-24
13	25/02/1981	A paz do senhor Esquivel	Mino Carta	9
14	04/03/1981	As ilusões e a realidade.	Mino Carta	9